



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GABRIEL AUGUSTO COELHO DE SANTANA

**PAISAGEM E CONTRA-HEGEMONIA NO SUDOESTE DO RECIFE**

Recife

2018

GABRIEL AUGUSTO COÊLHO DE SANTANA

**PAISAGEM E CONTRA-HEGEMONIA NO SUDOESTE DO RECIFE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Área de concentração:** Geografia.

**Orientador:** Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes.

Recife

2018

Catálogo na fonte  
Bibliotecário: Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB4-1689

S232p Santana, Gabriel Augusto Coêlho de.  
Paisagem e contra-hegemonia no sudoeste do Recife / Gabriel Augusto Coêlho de Santana. – 2018.  
114 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2018.  
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Geografia. 2. Espaços urbanos, Sudoeste – Recife.. 3. Paisagem – Contra-hegemonia. 3. Geografia urbana - Paisagem. I. Gomes, Rodrigo Dutra (Orientador). II. Título.

911.3 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-050)

GABRIEL AUGUSTO COÊLHO DE SANTANA

**PAISAGEM E CONTRA-HEGEMONIA NO SUDOESTE DO RECIFE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 27/02/2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes (Orientador – Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Eduardo José Marandola Junior (Examinador Externo)  
Universidade Estadual de Campinas

*Dedico a duas professoras, moradoras do Sudoeste do Recife cuja força me inspira para sempre: Ana Regina e Dona Maria, mãe e avó.*

## AGRADECIMENTOS

O período no qual esta pesquisa foi realizada foi de intensa agitação política no país e de imposição de medidas como a redução dos investimentos em educação, ciência e tecnologia. Assistimos ao colapso de universidades públicas e ao comprometimento da sua capacidade de pesquisa, tendo sido reduzido, por exemplo, o auxílio aos programas de pós-graduação. Também foi a voto proposição que regulamentaria a cobrança para acesso e permanência em cursos de pós-graduação. Um período em que emergiram proposições para cercear a autonomia pedagógica de educadoras (es) e expressões de arte e cultura passaram a ser mais tolhidas. Reconhecendo como vitória coletiva a possibilidade de realizar pesquisa em uma universidade pública neste contexto, agradeço aos movimentos e pessoas que permaneceram mobilizados em defesa da educação pública e da liberdade de pensar.

Inicio agradecendo a Universidade Federal de Pernambuco, de quem sou membro do corpo discente desde o ano de 2005, passando pelo Colégio de Aplicação (CAp), Centro de Educação (CE), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) e Departamento de Ciências Geográficas (DCG) e Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO). Agradeço ao PGGEO, onde concluo o curso de mestrado; a secretaria do PPGEO foi um apoio fundamental, pelo que sou grato aos seus profissionais, especialmente a Eduardo Vêras.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES, pela concessão de bolsa de estudos, fundamental para a realização das atividades de pesquisa. A concessão de bolsas é elemento indispensável para a participação de estudantes de origem popular na pós-graduação, faço votos de que essa política permaneça e se fortaleça.

Preside os trabalhos da banca examinadora o professor Rodrigo Dutra Gomes, de quem sou orientando e a quem agradeço pelos dois anos de debate na construção desta pesquisa. Sou grato pela contribuição para a organização das ideias dispersas, pela desorganização das ideias estáticas e pela transparência com que conduziu o processo de orientação nas recomendações, cobranças e no reconhecimento da dimensão humana de quem é orientado e de si próprio enquanto orientador.

Agradeço aos professores da banca de qualificação, Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida e Eduardo José Marandola Junior, pelas importantes contribuições apresentadas e pelo rico debate durante a redação desta dissertação. Ainda aos professores Nilo Américo e Eduardo Marandola Jr., assim como aos professores Caio Augusto Amorim Maciel e Aduino Gomes Barbosa, agradeço por terem aceito o convite para a banca que avalia este trabalho.

Os grupos de pesquisa nos quais estive antes e durante a execução deste trabalho marcam profundamente o sentido que dou a atividade que desempenho ao pesquisar, fato que repercute que me motiva a lhes agradecer. Ao Grupo de Pesquisas Movimentos Sociais e Espaço Urbano – MSEU, cuja produção reforça o compromisso social da pesquisa; e ao PET Geografia UFPE, onde me foram apresentadas as possibilidades de pesquisa em Geografia.

Agradeço as queridas Josiane Andrade e Alice Oliveira, por termos conversado sobre tudo, inclusive Geografia. Em tempos que a competitividade emerge como método de convivência na sociedade em geral e na pós-graduação em particular, encontrei colegas dispostas à insubmissão que a relação de solidariedade, escuta e compartilhamento de leituras sobre a realidade representam. Também agradeço a Carla Suelânia e Carlos Bispo pela abertura para o diálogo entre diferentes perspectivas no interior de nossa disciplina.

Agradeço ainda ao amigo Osvaldo Morais e ao jornal comunitário Informativo, ao primeiro pela autorização para o uso de fotografias de sua autoria e por coordenar este importante instrumento de comunicação independente e periférica; ao segundo, pelas prestimosas informações que constam do trabalho e pelo firme compromisso em fazer ecoar as vozes dissonantes do Sudoeste do Recife. Também agradeço a Rodolpho Dantas Gouveia pela contribuição técnica com seu conhecimento da cartografia e do geoprocessamento.

O ato de pesquisar é profundamente instigante, desafiador, nos expõe diante de um Mundo a ser compreendido e pela sua beleza, é também um ato que movimenta a subjetividade de quem pesquisa. Assim afirmo para ressaltar que as condições subjetivas e a saúde são questões importantes no cotidiano de quem pesquisa. Passo, por isso, a agradecer àqueles e aquelas que foram fundamentais para que eu prosseguir com este trabalho.

Agradeço ao Grupo Partilhar e a Renata Aquino, instituição psicóloga que viabilizaram o cuidado sistemático com a saúde mental que escolhi ter desde o ano de 2017. Aos amigos e amigas da vida, do colégio e da graduação, pelos quais me senti abraçado e incentivado em cada encontro, também agradeço. Milena Barros Gomes esteve entre essas amigas com a qual era possível entrar em contato a qualquer hora para compartilhar preocupações envolvidas com o trabalho e com a dinâmica da pós-graduação.

Por fim, agradeço a minha família pela compreensão frente aos ritmos que a pesquisa impõe e pelo suporte incondicional que me foi dado na escolha de prosseguir estudando. Por este respeito, agradeço demais a Ana Regina Coêlho de Santana e José Antonio de Santana. Agradeço ainda a Luan Amim de Oliveira Penna, por tudo que já foi dito neste parágrafo e pela ajuda sempre presente, sobretudo no momento da finalização do trabalho.

*A minha janela é minha novela  
É o meu cinema independente  
Que me leva pra sessões vazias  
Com legendas das minhas mentiras  
[...]  
Pra voar aqui no Jiquiá  
Tudo o que eu preciso é do ar  
Dentro e fora das minhas certezas  
Destelhando a minha cabeça*

*Janela no Jiquiá – Lulina e Graxa (LULINA, 2016)*

## RESUMO

A pesquisa objetiva compreender a produção das paisagens pelos agentes produtores do espaço urbano no Sudoeste do Recife, tendo como suporte empírico para a discussão a construção de empreendimentos por agentes imobiliários, as intervenções do Estado como proponente de projetos e mediador da relação entre os agentes e as populações que interagem com a área pelo acesso à moradia. Compreendendo as paisagens como maneiras de ver, articulam estas a materialidade das formas e sua leitura pelos observadores, na medida em resultam da observação da materialidade e são subjetivamente interpretadas conforme os referentes ideológicos de quem observa. Para discutir a relação que as contradições do espaço urbano possuem com a dimensão subjetiva existente entre população e cidade, reivindicamos uma abordagem crítica da paisagem, aproximando-nos da Geografia Cultural Radical e articulando conceitos como valor de uso e de troca, estética da mercadoria, cultura dominante e popular. Nesse sentido, a produção das maneiras de ver pelos agentes hegemônicos da cidade tem na paisagem um instrumento para a realização do valor de troca, uma estética das mercadorias urbanas, uma vez que são tais projeções instrumentos para comunicar uma experiência de sustentabilidade, mobilidade e conforto na cidade consonante com referentes ideológicos da cultura dominante. Em contraposição as paisagens que reproduzem a cultura dominante, estariam aquelas em cujo valor de uso predomina sobre o valor de troca, expressando prioritariamente através da paisagem as relações de moradia e vivências cotidianas.

**Palavras-chave:** Paisagem. Contra-hegemonia. Sudoeste do Recife.

## **ABSTRACT**

The objective of the research is to understand the production of landscapes by agents that produce urban space in the Southwest of Recife. The empirical support for the discussion is the construction of projects by real estate agents, the interventions of the State as a project proponent and mediator of the relationship between agents and the populations that interact with the area for access to housing. Understanding landscapes as ways of seeing, they articulate the materiality of forms and their reading by observers, insofar as they result from the observation of materiality and are subjectively interpreted according to the ideological referents of the observer. In order to discuss the relationship that the contradictions of urban space have with the subjective dimension existing between population and city, we claim a critical approach to the landscape, approaching Radical Cultural Geography and articulating concepts such as use and exchange value, aesthetics of the merchandise, dominant and popular culture. In this sense, the production of the ways of seeing by the hegemonic agents of the city has in the landscape an instrument for the realization of exchange value, an aesthetic of urban goods, since these projections are instruments to communicate an experience of sustainability, mobility and comfort in the city consonant with ideological referents of the dominant culture. In contrast to the landscapes that reproduce the dominant culture, there would be those whose use value predominates over the value of exchange, expressing primarily through the landscape the relations of dwelling and everyday experiences.

**Keywords:** Landscape. Counter-hegemony. Southwest of Recife.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Engenho.....	48
Figura 02 - Gravura representando mocambos no Pina, Recife.....	51
Figura 03 - Habitações no Campo do Jiquiá, década de 1930.....	52
Figura 04 - Habitações no Campo do Jiquiá, década de 1930.....	52
Figura 05 - Vista para o Campo do Jiquiá.....	54
Figura 06 - Crianças no Campo do Jiquiá.....	55
Figura 07 - Vila Popular de Areias, início dos anos 1950.....	57
Figura 08 - Terreno na RPA 05, entre os bairros San Martin e Jiquiá.....	61
Figura 09 - Planeta dos Macacos, Jardim São Paulo, 1976.....	62
Figura 10 - Planeta dos Macacos, Jardim São Paulo, 2006.....	63
Figura 11 - Av. 21 de abril, bairro Mustardinha.....	64
Figura 12 - Rua Nova Europa, San Martin (2011).....	66
Figura 13 - Rua Nova Europa, San Martin (2015).....	67
Figura 14 - Rua des. Lopes Gama, Jiquiá, 2013.....	68
Figura 15 – Áreas de atuação por agente produtor do espaço.....	72
Figura 16 – Logomarcas de empreendimentos previstos para a RPA 05.....	74
Figura 17 – Maquete virtual do Ecocity Jiquiá.....	75
Figura 18 – Cercamento do terreno ao redor da Justiça Federal.....	77
Figura 19 – Registro atual do terreno ao redor da Justiça Federal. ....	78
Figura 20 – Logomarca do Parque do Jiquiá.....	84
Figura 21 – Projeto do Parque Científico e Cultural do Jiquiá.....	85
Figura 22 – Imagem de satélite da UCM Parque do Jiquiá.....	85
Figura 23 – Batalhão de polícia no interior do Parque do Jiquiá.....	86
Figura 24 – Torre de aterrissagem de dirigíveis, Jiquiá, Recife-PE.....	87
Figura 25 – Crescimento vertical das habitações.....	93
Figura 26 – Remoção da ocupação Olga Benário.....	98
Figura 27 – Moradia e prédio da Justiça Federal.....	99

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Sudoeste do Recife (Região Político Administrativa 05).....	43
Mapa 02 - Planta da cidade do Recife e arredores, 1870.....	47
Mapa 03 - Planta da cidade do Recife, 1906.....	50
Mapa 04 - Planta do Recife e seus arredores, 1932.....	53
Mapa 05 - Microrregião 5.3 do Recife.....	59

## LISTA DE SIGLAS

CDU	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
COHAB	CONJUNTO HABITACIONAL
FUNCEF	FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS
LUOS	LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
MLB	MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIROS
PCR	PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE
RPA	REGIÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA
UCM	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAL
UFPE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
UFRPE	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SEMAS	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
ZEIS	ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2</b>	<b>PAISAGEM E CONTRA HEGEMONIA: A MATERIALIDADE DAS FORMAS E A SUBJETIVIDADE DAS MANEIRAS DE VER</b> .....	18
2.1	POR UMA ABORDAGEM CRÍTICA DA PAISAGEM.....	22
2.2	A PRODUÇÃO DA PAISAGEM URBANA: AGENTES HEGEMÔNICOS E CONTRA-HEGEMÔNICOS.....	27
2.3	PAISAGEM E VALOR DE TROCA: A ESTÉTICA DA CIDADE MERCADORIA....	31
2.4	DAS PAISAGENS DA CULTURA DOMINANTE ÀS PAISAGENS DA CULTURA POPULAR.....	36
<b>3</b>	<b>A PRODUÇÃO DA PAISAGEM URBANA DO SUDOESTE DO RECIFE: HISTÓRIA, AGENTES, FORMAS E TRANSFORMAÇÕES</b> .....	42
3.1	A HISTÓRIA DAS PAISAGENS DO SUDOESTE DO RECIFE.....	45
3.2	OS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO NO SUDOESTE DO RECIFE.....	55
3.3	TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA PAISAGEM: A VERTICALIZAÇÃO DAS HABITAÇÕES E A PERSPECTIVA DO VALOR DE USO.....	65
<b>4</b>	<b>PAISAGEM E CONTRA-HEGEMONIA: DA ESTÉTICA DA CIDADE MERCADORIA ÀS PAISAGENS DA CULTURA POPULAR</b> .....	70
4.1	A ESTÉTICA DA CIDADE MERCADORIA: MANEIRAS DE VER DOS AGENTES HEGEMÔNICOS.....	73
4.2	O ESTADO E AS MANEIRAS DE VER O SUDOESTE DO RECIFE.....	81
4.3	PERCEPÇÕES, USOS E INTENÇÕES DOS MORADORES E MORADORAS.....	89
4.4	OUTRAS MANEIRAS DE VER: JORNAL COMUNITÁRIO, FOTOGRAFIA, MÚSICA E QUEM PESQUISA.....	93
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	102
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	106
	<b>ANEXO A - FALAS DOS MORADORES E MORADORAS AO JORNAL COMUNITÁRIO INFORMATIVO</b> .....	109
	<b>APÊNDICE A - PLACAS DE SERVIÇO NO PARQUE DO JIQUIÁ</b> .....	112
	<b>APÊNDICE B - PARQUE DO JIQUIÁ</b> .....	113
	<b>APÊNDICE C - PRAÇA DA JUVENTUDE E HABITAÇÕES</b> .....	114

## 1 INTRODUÇÃO

A produção das paisagens no Sudoeste do Recife por parte dos diferentes agentes produtores do espaço expressa as leituras que estes possuem sobre o presente e o futuro desta área. Marcado pelos engenhos de cana-de-açúcar no período colonial, o Sudoeste do Recife esteve entre as últimas a serem incorporadas a malha urbana contínua da cidade. Neste processo - de conversão da área rural para urbana - participaram os diferentes agentes produtores do espaço, como os antigos proprietários de terra, os agentes do capital imobiliário, o Estado e os chamados grupos sociais excluídos. Esta multiplicidade de agentes e intenções fez do Sudoeste do Recife uma área em que as contradições das relações sociais se expressam na paisagem.

Contemporaneamente, o Sudoeste do Recife, para efeitos de gestão do território do município denominado Região Político Administrativa 05 (RPA 05), é composto por 16 bairros que ocupam majoritariamente áreas de antigos engenhos, transitando do rural para urbano do séc. XIX para os dias atuais. Em uma retrospectiva histórica contextual tanto nestas áreas, como contextualmente em Recife, podemos situar a autoconstrução como parte importante da produção das paisagens, processo que segue ocorrendo na cidade e que está no centro de debates atuais e que desejamos investigar enquanto expressão dos processos de apropriação e uso da área.

Priorizando a recente ação transformadora da paisagem levada adiante pelas populações pobres residentes no Sudoeste do Recife, o problema que a pesquisa suscita é: como a paisagem, na materialidade das formas e na subjetividade de quem as interpreta, pode expressar contra-hegemonias na produção o espaço urbano? Nesse sentido, questionamos ainda em que medida a verticalização de habitações autoconstruídas, os chamados “puxadinhos”, apresentam-se como expressões deste movimento contra-hegemônico de produção da cidade, ensejando maneiras de ver em que a finalidade de uso habitacional esteja acima da realização valor de troca na relação dos sujeitos com o espaço. As paisagens, como pretendemos abordar durante o trabalho, são compreendidas como maneira de ver, reveladoras de perspectivas subjetivas que emergem da observação do espaço pelos sujeitos. Estas maneiras de ver o espaço são construídas tendo como base os referentes ideológicos da cultura em que se inserem os indivíduos. Considerando esta perspectiva, desenvolvemos no primeiro capítulo do trabalho uma discussão sobre a relação entre materialidade e subjetividade a partir do conceito de paisagem, buscando apresentar a dimensão subjetiva das

relações sociais de produção e como a subjetividade contida nas maneiras de ver possibilita a produção de paisagens como “estética das mercadorias” urbanas, ou como instrumentos de valorização de culturas alternativas, colocando a perspectiva dos valores de uso, da relação afetivo-subjetiva com o espaço, acima da perspectiva do valor de troca.

Tomamos como exemplo para desenvolver a discussão sobre as maneiras de ver o Sudoeste do Recife um conflito envolvendo a implementação de projetos por parte do capital imobiliário em um terreno que anteriormente pertencia à União. No terreno, localizado entre os bairros de San Martin e Jiquiá, moradores e moradoras estabeleceram duas comunidades: Caxito e Cabeça de Vaca. O Estado, além de ser proprietário do terreno até 2006, planeja para área imediatamente ao lado deste terreno a construção de um parque, que faz alusão à passagem do dirigível *Graf Zeppelin* no Recife, o Parque Científico e Cultural do Jiquiá. Parte do que seria este parque, no entanto, já foi ocupada por habitações resultantes de autoconstrução, o que provocou, do outro lado da avenida, medidas dos empreendedores para preservar a propriedade da terra.

Considerando a problemática que a pesquisa propõe, nosso objetivo geral consiste em compreender como as paisagens transformadas através da verticalização das habitações autoconstruídas expressam contra-hegemonias no Sudoeste do Recife. Para isto, buscamos: reconstituir historicamente as transformações das paisagens nesta área da cidade; identificar os agentes produtores do espaço que participaram e participam efetivamente da transformação das paisagens e de que forma o fazem; compreender, através dos discursos proferidos por sujeitos que participam direta e indiretamente das transformações no Sudoeste do Recife, os referentes ideológicos que baseiam suas maneiras de ver o espaço.

A perspectiva teórico-metodológica que estabelecemos para abordar a problemática da pesquisa, apresentada no primeiro capítulo, propõe um diálogo entre conceitos de tradições diversas, reivindicando a construção de uma abordagem crítica das paisagens. Para tanto, incorporamos conceitos de tradições diversas, como: o valor de uso e do valor de troca (MARX, 1974) da abordagem dialética marxista; a crítica da estética da mercadoria (HAUG, 1997), de inspiração frankfurtiana; a caracterização dos agentes produtores do espaço (CORRÊA, 1995); a relação entre paisagem, cultura, poder (COSGROVE, 2004) e referentes ideológicos (BERDOULAY, 2012). A mediação para este diálogo parte de uma abordagem da paisagem semelhante àquela desenvolvida no âmbito da chamada Geografia Cultural Radical, na qual as paisagens são compreendidas como maneiras de ver reproduzem os padrões da cultura dominante ou de culturas alternativas.

Para reconstituir as transformações das paisagens ao longo do tempo recorreremos a relatos, imagens, fotografias e mapas históricos. Pela ausência de registros fotográficos do Sudoeste do Recife entre os séculos XVI e XIX, buscamos refazer a trajetória da paisagem rural dos engenhos de Recife a partir da analogia em relação a áreas de semelhante ocupação do solo, a exemplo daquelas representadas na pintura de paisagem holandesa. O uso de mapas históricos auxilia na compreensão do processo de expansão da malha urbana da cidade, diminuta até meados do séc. XX. Com os registros fotográficos da primeira metade do séc. XX, passamos a visualizar a disposição das construções e as diferenças entre o padrão das habitações construídas por políticas do Estado e os mocambos, resultantes da autoconstrução. Tanto os resultados obtidos a partir destes procedimentos quanto os descritos no parágrafo subsequente apresentam-se no segundo capítulo deste trabalho.

Para identificar os agentes produtores do espaço que participam das transformações das paisagens no Sudoeste do Recife utilizamos, além das atividades em campo, documentos oficiais, notícias veiculadas em jornais e outros meios de comunicação. Associando essas ferramentas ao uso de imagens de satélite será possível perceber como cada agente intervém na produção do espaço, seja realizando construções ou mesmo restringindo esta possibilidade. Delimitamos em quatro os agentes aos quais deteremos maior atenção nesta caracterização da área, são eles: o Estado, em sua multiplicidade de poderes e de níveis de organização; os proprietários de terra, que se apresentam na localidade desde o domínio dos engenhos e embora tenham perdido controle de boa parte do território, continuam a existir no Sudoeste do Recife; os promotores imobiliários, que frequentemente trabalham em associação com os dois agentes supramencionados; e os chamados grupos sociais excluídos, que em nossa perspectiva passaremos a abordar como a população pobre da cidade, que lança mão da autoconstrução e, quando organizada em movimentos, das ocupações, como estratégias para obtenção da moradia. Esta última - a população pobre - não se encontra exatamente excluída, mas incluída precariamente na dinâmica da cidade, pelo que substituímos a expressão “grupo social excluído”.

Para compreender os referentes ideológicos que fundamentam as maneiras de ver o Sudoeste do Recife dos diferentes sujeitos que dele participam, buscamos os discursos proferidos por pessoas que representam a perspectiva de cada um dos agentes produtores do espaço. A exposição dos resultados relativos a este objetivo encontrar-se-á no último capítulo da dissertação. As peças publicitárias divulgadas por promotores imobiliários serão instrumentos importantes para compreender a relação entre a paisagem que se tem e àquela

que se deseja ter, como instrumento para potencializar o valor de troca das mercadorias urbanas, associando a estas ideias de modernidade, conforto, sustentabilidade e mobilidade urbana. A perspectiva do Estado pode ser compreendida através dos discursos de seus gestores, mas também através da publicidade em torno dos projetos que possui. Valeremos destas duas ferramentas para entender os referentes ideológicos que balizam as transformações da paisagem que o Estado propõe para o Sudoeste do Recife, assentando seu discurso na ideia de valorizar a memória, a cultura e o meio ambiente. Por fim, a perspectiva da população pobre residente será apresentada através de entrevistas, de matérias em jornais comunitários que trazem fala da população sobre as transformações recentes no Sudoeste do Recife, bem como das falas obtidas sistematicamente nas atividades de campo.

A partir da compreensão da história desta porção do espaço, onde se inscrevem as paisagens que pretendemos abordar, que discutiremos se a autoconstrução e suas feições contemporâneas - a exemplo da verticalização através de puxadinhos - pode se constituir como uma expressão contra-hegemônica na paisagem. Uma maneira de ver em que a noção de uso e o valor subjetivo dos sujeitos com o espaço se eleva a um patamar superior ao da obtenção de valor de troca, que tem na paisagem a estética de mercadorias urbanas.

## **2. PAISAGEM E CONTRA HEGEMONIA: A MATERIALIDADE DAS FORMAS E A SUBJETIVIDADE DAS MANEIRAS DE VER**

A questão central que abordamos neste trabalho é compreender como a paisagem pode, através do crescimento vertical das habitações no sudoeste do Recife, expressar contra-hegemonias na produção do espaço urbano. Responder esta questão exige que nos debrucemos, de antemão, no significado dos conceitos que ela apresenta. Sendo assim, neste primeiro capítulo, nos deteremos a discutir a paisagem e a possibilidade de utilização da mesma no contexto de uma Geografia que se interesse em compreender as contradições da sociedade que se materializam na produção desigual das cidades.

Na realização desta pesquisa, concebemos a paisagem como uma “‘maneira de ver’, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma ‘cena’, uma unidade visual” (COSGROVE, 2004). Sendo a paisagem uma maneira de ver, surge a questão: quem a observa, de que forma o faz? A composição destas unidades visuais se relaciona com a percepção do observador, que constitui através da observação e da sua carga anterior de informações, experiências e valores, uma leitura da paisagem que confere a esta um determinado sentido.

Para Berdoulay, esta carga de informações a ser utilizada para a construção das paisagens por quem as observa, seria “um reservatório de ideias fundamentais, um conjunto de representações que o indivíduo utiliza para justificar suas condutas, especialmente diante de situações particulares” (BERDOULAY, 2012, p. 113), chamado referentes ideológicos. Embora não possua o mesmo sentido, o termo ideológico assume para Berdoulay um significado semelhante àquele conferido por Marx, que atribui à ideologia um papel de falsa consciência. Assim sendo, a paisagem, como pretendemos abordar, se origina de uma relação entre a materialidade e a leitura da mesma, na qual a subjetividade humana ganha destaque.

Uma mesma área, quando observada por pessoas com diferentes referentes ideológicos, origina duas paisagens, ou maneiras de ver, distintas entre si. Da mesma forma, se supusermos que uma pessoa observe uma determinada área em momentos distintos de sua vida, construirá diferentes paisagens, pois seus referentes ideológicos também não são estáticos. Este segundo exemplo se assemelha à célebre constatação de Heráclito: ninguém pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois quando nele se entra novamente, não se encontra as mesmas águas e o próprio ser já se modificou. Parafraseando a assertiva de Heráclito,

poderíamos dizer que ninguém observa duas vezes a mesma paisagem, pois ao observá-la uma segunda vez, a porção do espaço observado transformou-se, assim como seu observador.

Do conceito que apresentamos e do exemplo acima descrito, concluímos ser a paisagem capaz de articular a dimensão material das formas e a subjetividade de suas leituras pelos observadores, podendo ser uma importante ferramenta no âmbito da Geografia para superação das dualidades que historicamente marcaram a disciplina. Para citarmos um exemplo, a amplitude e diversidade na qual o conceito foi construído, podendo ser enumerados ao menos 11 empregos distintos do termo paisagem (Hard apud. GOMES, 2007), assegura seu uso hoje tanto na chamada Geografia Física, como na Geografia Humana.

A frase de Heráclito, como sua paródia, trazem a ideia de transformação constante - do mundo material e da capacidade humana de percebê-lo - e superação de um estado inicial pela sua negação e afirmação. O rio e quem nele adentra continuam sendo os mesmos, embora já não sejam. No entanto, ainda que a paisagem tenha em si um potencial dialético (brevemente desenvolveremos esta ideia) que o exemplo demonstra, seu emprego no âmbito da Geografia Crítica, baseada do materialismo histórico e dialético, é bastante reduzido quando comparado a outros conceitos, como território e espaço.

A corrente do pensamento geográfico que melhor se debruçou sobre o contraditório movimento de produção do espaço urbano deteve-se prioritariamente a dimensão material deste movimento, trazendo a tona questões de grande relevância, como a reanda da terra (não apenas no uso do solo urbano, sobretudo no espaço rural trabalhos com este foco foram desenvolvidos) e as relações de poder que a sobreposição das territorialidades do Capital e da força de trabalho nas cidades revela. No entanto, ao priorizar os processos econômicos, a abordagem da Geografia Crítica por vezes desconsidera o papel da subjetividade na construção das relações sociais de produção.

A escolha da paisagem como categoria para discutir as disputas de classe pela cidade, relevada no problema de pesquisa que levantamos (como, através da paisagem, contra hegemonias se expressam?), tem a intenção deliberada de trilhar um caminho que signifique reconhecer a subjetividade contida nas maneiras de ver em sua relação com a produção das formas pelos sujeitos, pois a nosso juízo, é no movimento dialético entre o que está posto pela realidade material e sua leitura pelos indivíduos e coletividades que as transformações se processam. No entanto, a opção pela paisagem nos levou a constatar que a dissociação entre a análise da materialidade das formas e a interpretação das subjetividades persiste mesmo nas

correntes do pensamento geográfico que se consolidaram em oposição ao paradigma neopositivista dominante.

Conforme Marandola Jr. (2005), a tríade epistemológica que orienta a produção científica no início do século XXI está representada no neo-positivista e nas duas correntes que se originam na crítica a este paradigma, que tomou corpo ainda no século passado, sendo uma de orientação crítica, baseada no marxismo, e outra fenomenológica, de orientação humanista. Na Geografia, de forma simplificada, as duas correntes alternativas ao neopositivismo se expressam nas chamadas Geografia Crítica e Geografia Humanista. As elaborações destas duas correntes criticam a perspectiva fragmentada, de herança cartesiana, com a qual o neo-positivismo se debruça sobre a realidade e anunciam, por caminhos diferentes (e não opostos) a necessidade de uma abordagem do todo, de forma articulada. No entanto, terão estas duas tradições conseguido superar a visão fragmentada que criticam?

A vertente crítica da Geografia se origina em um movimento que extrapola os limites da disciplina e busca, recorrendo a teoria marxista, elaborar uma crítica às abordagens tradicionais das ciências humanas (CAPEL, 1981). A Geografia Crítica compreende o espaço enquanto lócus da reprodução das relações sociais. Entende que o espaço reflete as contradições sociais do processo de produção de mercadorias, sendo este um meio para a acumulação capitalista, uma condição para que esta ocorra e um produto dela (CARLOS, 2008). A ação dos movimentos sociais, a produção desigual das cidades e os conflitos territoriais no campo ganham destaque nesta abordagem da Geografia.

A Geografia Humanista, ainda conforme Capel, deriva do descobrimento da dimensão subjetiva e da experiência pessoal realizado pela Geografia da percepção e do comportamento. Sua crítica ao paradigma neopositivista se fundamenta na fenomenologia e no existencialismo. Rejeitando uma abordagem mecânica das relações humanas, a Geografia Humanista vai à escala do sujeito para ressaltar as questões afetivas, intenções, desejos e simbolismo que marcam as relações entre as pessoas e o espaço em que vivem. Com efeito,

*el énfasis se translada del espacio, un concepto abstracto, al lugar, en ámbito de la existencia real y de la experiencia vivida. El concepto fenomenológico y existencialista de <<Lebenswelt>> está, en último término, en la base de este desplazamiento del interés hacia el <<mundo vivido>> (Lifeworld, monde vécu) (CAPEL, 1981, p. 444).*

A divergência em relação ao paradigma neopositivista dominante nas ciências é o ponto de origem comum entre as tradições crítica e humanista (MARANDOLA JR., 2005). Isso não quer dizer que estas críticas caminham na mesma direção. Enquanto na Geografia

Crítica a ênfase está na produção do espaço e do território, a Geografia Humanista recorre mais ao conceito de lugar. Ao colocar em primeiro plano a dimensão subjetiva, a tradição humanista constrói por vezes um caminho que desconsidera a existência e o peso das relações sociais de produção na construção das subjetividades. Da mesma forma, a primazia da dimensão material dos processos sociais faz com que sejam desconsideradas em algumas formulações em Geografia Crítica a dimensão subjetiva da construção das territorialidades e da (re)produção do espaço. Neste contexto, os agentes produtores do espaço – em uma geografia estritamente materialista - parecem estabelecer uma relação um tanto mecânica, enquanto nos sujeitos de uma geografia permeada pela subjetividade as ações individuais aparentam estar descoladas de suas posições de classe no contraditório processo de produção do urbano que as paisagens expressam.

Desta forma, no seio das correntes que elaboraram a crítica ao paradigma neopositivista pela concepção fragmentada da realidade um erro semelhante provoca a cisão entre as dimensões material e subjetiva. Ora, pode existir território sem subjetividade? Na escala do lugar, do espaço vivido, as contradições das relações sociais de produção não se verificam? A cisão, no âmbito das ciências, entre as dimensões material e subjetiva dos processos sociais não se origina na Geografia, visto que na oposição do empirismo aristotélico ao mundo das ideias de Platão, bem como no idealismo hegeliano e no materialismo marxista, esta polarização se verifica.

Na Geografia, ciência da relação de mulheres e homens com as demais esferas da natureza, a superação da fragmentação da realidade em dimensões subjetiva e material é uma tarefa inconclusa. É na intersecção entre as tradições crítica e humanista que pretendemos trilhar um caminho no qual a paisagem - compreendida como “maneira de ver” e construída a partir de “referentes ideológicos” - revele a dimensão subjetiva existente nas relações sociais de produção.

Para melhor abordar como as paisagens estão relacionadas com as contradições materiais da sociedade, expressando hegemonias e contra hegemonias na produção das cidades, o exercício que faremos a seguir visa discutir como o conceito de paisagem que elegemos dialoga com categorias historicamente utilizadas para abordar o processo de acumulação capitalista, tais como valor de uso e valor de troca. No diálogo entre paisagem e valor encontra-se a abordagem com a qual discutiremos a produção das paisagens no sudoeste do Recife.

## 2.1 POR UMA ABORDAGEM CRÍTICA DA PAISAGEM

Abordar a paisagem em uma perspectiva crítica em Geografia significa compreender de que forma este conceito dialoga com os pilares que a vertente crítica do pensamento geográfico adota em suas formulações. Como já apresentamos, a vertente crítica da Geografia é tributária de um movimento superior aos limites da disciplina, que visou construir uma crítica as abordagens tradicionais das ciências humanas, tendo como base as formulações de Marx, Engels e de pensadores marxistas que os sucederam. Nesse sentido, a abordagem construída pelos geógrafos e geógrafas marxistas incorpora os princípios do materialismo histórico e dialético. Conforme Minayo, o marxismo

Enquanto abordagem que considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais [...] propõe a abordagem dialética que teoricamente faria um desempate entre o positivismo e o compreensivismo, pois junta a proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais. (MINAYO, 2009, p. 24)

A dialética, na abordagem crítica, é compreendida como a lógica pela qual os processos sociais se realizam. É o próprio Engels, na busca de reforçar o caráter materialista da dialética, que esboça princípios pelos quais a dialética seja compreendida não só como a lógica que rege as ações humanas, mas também a natureza (KONDER, 2008). Nesta direção, as leis da dialética se resumiriam essencialmente a três: “1. Lei da passagem da quantidade a qualidade (e vice-versa); 2. Lei da interpenetração dos contrários; 3. Lei da negação da negação” (KONDER, 2008, p. 56). Obedecendo a estas leis, natureza e sociedade estariam em constante transformação através da superação dialética do estágio anterior.

Poderíamos pensar as transformações da paisagem a partir da conversão da quantidade em qualidade, da interpenetração de contrários e da negação da negação? Uma reflexão nesta direção concluiria ser a paisagem um conceito capaz de contribuir para a compreensão das relações de produção, embora não seja uma categoria prioritariamente utilizada com esta finalidade.

Embora não recorramos aqui ao conceito de paisagem conforme Milton Santos, julgamos ser algumas de suas reflexões importantes para compreender a relação entre paisagem e dialética, não apenas por ser um importante representante do pensamento crítico em Geografia, mas por ter sua obra transitado entre as dimensões material e subjetiva ainda cindidas nas tradições crítica e humanista da ciência geográfica. Para Santos, “paisagem e

espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem” (SANTOS, 1988, p. 25). Em *A Natureza do Espaço*, a discussão sobre a paisagem reaparece, na forma de uma distinção epistemológica em relação ao conceito de espaço (SANTOS, 2014), onde se afirma a paisagem como *transtemporal* e o espaço como “sempre presente”, sendo a paisagem uma construção transversal, enquanto o espaço uma construção horizontal.

Três elementos levantados por Santos nos permitem refletir sobre a relação entre paisagem e dialética. O primeiro é sua posição transversal da paisagem em relação ao tempo. Portadora de tempos passados encaixados no tempo presente, a paisagem testemunha o processo histórico da sociedade que a produz. A segunda, diz respeito à ideia de mutação e movimento da paisagem. Embora a ênfase esteja na dimensão material da paisagem, Santos identifica nesta dimensão material o movimento de transformação funcional e estrutural. Neste movimento, novas formas são inseridas e formas antigas são preservadas e recebem novas funções. Julgamos ser este movimento, bem descrito em *Metamorfoses do Espaço Habitado*, o movimento dialético de mutação e movimento da paisagem. Por fim, embora o foco na dimensão material das paisagens seja recorrente, é na leitura subjetiva das formas que o conceito é posicionado. Para Santos

A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso, o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que toda nossa educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva, pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato. Por exemplo, coisas que um arquiteto, um artista veem, outros não podem ver ou o fazem de maneira distinta. Isso é válido, também, para profissionais com diferente formação e para o homem comum. (SANTOS, 1988, p. 22)

Como categoria transtemporal, a paisagem tem relação com a história. Em constante mutação e movimento, a paisagem transforma-se de maneira dialética, preservando alguns elementos, modificando outros e produzindo uma síntese de qualidade diferente em relação ao momento anterior. Assim sendo, uma Geografia que tem na história e na dialética princípios básicos pode se valer da paisagem como instrumento para compreender como, ao longo da história, a sociedade vai se transformando. Por significar uma leitura subjetiva das formas, a paisagem pode ser caminho para compreender como as transformações materiais são lidas e como essas leituras impulsionam novas transformações.

Ainda no esforço de articular a paisagem e as leis da dialética, recorreremos a mais um exemplo. Imaginemos uma rua na qual, em virtude de uma alegada falta de segurança, moradores comecem a aumentar os muros e portões de suas casas. Observando a ação dos demais vizinhos, e submetidos à sensação compartilhada coletivamente de insegurança, outros

moradores recorrem ao mesmo expediente, modificando os muros e portões de seus domicílios. Em um dado momento, a mudança das casas em grande quantidade provoca uma mudança em toda a rua, que qualitativamente já não possui as mesmas características que possuía.

Na sequência do exemplo anterior, as modificações em quantidade provocaram uma mudança de qualidade. No entanto, partindo da compreensão que as maneiras de ver diferem de observador para observador, a transformação na paisagem que gera a sensação de segurança para os moradores, pode não provocar tal sentimento nos pedestres que fazem uso da rua. Assim, o que é seguro para o morador, que se vê protegido com o aumento dos muros e portões, pode significar sensação de insegurança para quem utiliza a rua para deslocar-se a pé. O que é seguro para um, representa o contrário para outro.

O exemplo acima nos permite compreender que diferentes perspectivas, diferentes maneiras de ver ou paisagens, são possíveis em um mesmo espaço, uma vez que não só os referentes ideológicos são distintos, mas também os usos e os ritmos das pessoas no espaço são distintos. Essas diferenças aprofundam-se ainda mais quando são colocadas em discussão perspectivas de agentes produtores do espaço cujos interesses são conflitantes.

A disputa pelo que é seguro ou inseguro, regular ou irregular, sustentável ou não-sustentável, legal ou ilegal, marca as diferenças nas maneiras de ver de um morador de uma recente ocupação urbana, para um chefe de empreendimento imobiliário, ou mesmo um gestor público. Expressões como “habitação subnormal”, utilizadas ainda hoje por órgãos públicos para qualificar áreas de autoconstrução em bairros populares, trazem em si um conteúdo que revela o como esta paisagem, mais do que normal na trajetória de cidades como o Recife, é qualificada na visão de agentes públicos.

A construção de referentes ideológicos, que orientam os sujeitos a definir o que é legal e ilegal, regular irregular, natural ou social, é realizada no plano da cultura. Por serem os referentes ideológicos construídos em meio a contradições de classe, a relação entre a dimensão subjetiva da paisagem e as transformações nas cidades não elimina estas contradições, mas reforçam a complexidade das mesmas e a impossibilidade de abordarmos de forma mecânica e economicista o urbano. A ênfase nas dimensões econômica e territorial das contradições sociais não deve impedir-nos de perceber que também no plano da cultura as relações de classe se expressam. Sobre a relação entre cultura e poder, assim enunciou Cosgrove:

Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isso é bem mais concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isso às vezes é chamado de hegemonia cultural (CONSGROVE, 2004, pp. 226-227).

Se a autoconstrução, prática mais do que comum nas grandes cidades, é compreendida por técnicos do Estado como construção de habitações “subnormais”, isso não ocorre somente porque tais construções são por vezes feitas sem obedecer legislações ou sem acompanhamento de engenheiros de construção civil, mas porque o padrão “normal” de construção corresponde a um conjunto de procedimentos dos quais as classes populares não se apropriaram, mas que são o padrão de construção exercido por classes de maior poder aquisitivo. Na prática, o que é percebido como normal ou “subnormal” reflete não apenas o que está ou não na lei, mas o que no plano da cultura, corresponde a percepção de agentes hegemônicos sobre a produção da cidade.

A paisagem no contexto de uma abordagem crítica em Geografia deve ser compreendida enquanto uma unidade dialética e transtemporal, em constante processo de transformação e que guarda em seu interior a contradição entre seus elementos constitutivos. Pensada como “maneira de ver”, a paisagem está em constante transformação, seja porque mudam os elementos materiais que a compõe, seja porque também se modificam aqueles que a observam. São estas maneiras de ver, guiadas pelos referentes ideológicos, que orientam as maneiras de agir no espaço, proporcionando transformações na paisagem. É preciso ainda levar em consideração que a construção dos referentes ideológicos que norteiam a percepção das paisagens ocorre em uma sociedade de classes, onde aparelhos ideológicos reforçam as perspectivas de agentes hegemônicos sobre o que é regular ou não, sustentável ou não, seguro ou inseguro.

Esforços no sentido de estabelecer conexões no plano da teoria entre a questão do sujeito, da subjetividade e das contradições sociais, superando uma perspectiva redutora destas contradições à esfera econômica. No Brasil, destacamos as contribuições de Santos (2014), a quem já nos referimos anteriormente ao discutir a relação entre cultura dominante, cultura de massa e a difusão dos referentes ideológicos. Objetivando discutir a questão do sujeito na produção do espaço, Moraes (2005) alerta-nos que

Este produção social do espaço material, esta valorização objetiva da superfície da Terra, esta agregação de trabalho ao solo, passa inapelavelmente pelas representações que os homens estabelecem acerca do seu espaço. Não há humanização do planeta sem uma apropriação intelectual dos lugares, sem uma

elaboração mental dos dados da paisagem, enfim, sem uma valorização subjetiva do espaço (MORAES, 2005, p. 15)

No caso da chamada Geografia Cultural Radical. Notório é que tais ideias tenham nascido “embaladas” por um contexto histórico-geográfico de ascensão de movimentos culturais contestatórios no plano dos costumes, cuja força se fez notar em países como a Inglaterra, onde tais formulações se originam. Cosgrove e Jackson assim descreveram a emergência de uma vertente crítica na geografia cultural:

*The field of cultural geography has become the focus of renewed interest over the past decade producing a crop of new directions. In 1978 Cosgrove anticipated fruitful cooperation between a humanist cultural geography and Marxist social geography ' in a joint exploration of the world of man (sic) and the geographies of the mind '. Blaut (1979) turned to socialism and Third World politics to provide his own radical critique of cultural geography while Jackson (1980) sought a similar rapprochement between cultural and social geography, drawing on the ideas and methods of social anthropology (COSGROVE e JACKSON, 1987, p. 95).*

Para Barbosa (2014), esta vertente da geografia cultural, por ele denominada “Geografia Cultural Marxista”, contrapõem-se a uma tendência em Geografia de reduzir a problemática social à discussão dos aspectos econômicos. Nesse sentido, esta Geografia Cultural Radical seria uma formulação na direção da superação da ausência da dimensão simbólica e cultural na abordagem crítica e das contradições sociais na abordagem cultural. No entanto, mesmo aqueles que buscam articular as abordagens marxistas com o estudo das paisagens e de uma Geografia mais próxima da dimensão subjetiva reconhecem que

*Culture has relatively little weight in the corpus of radical geography— or at least in how that corpus has hitherto been constructed. Recurring topics like industrialization, housing, and underdevelopment have been approached mainly from a classical or structural Marxist perspective of political economy. (DANIELS, 1989, p. 2003)*

A relação entre cultura e poder é a trilha pela qual os geógrafos ingleses percorreram esta “nova direção na geografia cultural”. Daniels (op. cit.) considera que a melhor adequação no âmbito de uma geografia marxista do conceito de paisagem é realizada por Cosgrove, que discute a origem da ideia de paisagem no contexto do nascente capitalismo do Renascimento na Itália. A aproximação entre o marxismo e as paisagens realizada por Cosgrove motivou-nos a adotar neste trabalho sua compreensão destas enquanto “maneiras de ver”, construídas em uma sociedade onde a reprodução do poder se realiza através da cultura.

Cosgrove (1998) afirma que o marxismo e a geografia cultural iniciam no mesmo ponto ontológico: na rejeição aos determinismos e a explicações lineares, caracterizando a relação entre humanos e natureza como histórica. No entanto, embora possuam importantes pressupostos compartilhados, ambos falharam em manter esses pressupostos e não terem desenvolvido um diálogo mútuo. Este diálogo se basearia no reconhecimento, por parte de uma geografia marxista, de que o mundo vivido, ainda que simbolicamente constituído, é material, não sendo este mundo vivido fruto de uma consciência abstrata, mas do encontro entre sujeito e objeto, entre a consciência e a materialidade.

Ao observar de forma desatenta à produção crítica em Geografia poderíamos dizer, injustamente, que “as análises marxistas voltadas para a consideração dos valores, crenças, significados e subjetividade são quase inexistentes” (MINAYO, 2009, p. 24), embora se admita o caráter ainda minoritário desses trabalhos. Minoritários, mas não inexistentes. Formulações com o objetivo de superar a visão fragmentadora das dimensões material e subjetiva estão em discussão, sendo a Geografia Cultural Radical exemplo desse esforço.

As articulações entre paisagem, história e dialética nos asseguram que é possível utilizá-la como conceito para investigar como as contradições sociais se expressam na cidade. Porém, o problema que levantamos no presente trabalho é compreender como a paisagem pode, através do crescimento vertical das habitações no sudoeste do Recife, expressar contra-hegemonias no sudoeste do Recife. A resolução de tal pergunta exige, para além de uma reflexão sobre a capacidade de as paisagens expressarem hegemonia e contra-hegemonias, instrumentos teóricos e metodológicos para identificar tais expressões.

## 2.2 A PRODUÇÃO DA PAISAGEM URBANA: AGENTES HEGEMÔNICOS E CONTRA-HEGEMÔNICOS

Ainda com base na Geografia Cultural Radical, se busca construir ferramentas pelas quais seja possível compreender a expressão das contra-hegemonias através das paisagens. Sendo a área em discussão uma área do município do Recife, que não possui mais zona rural (embora possamos admitir que existam ainda ruralidades em seu interior), as paisagens que nos interessarão identificar estão inscritas no espaço urbano. Este, por sua vez, é resultado da atuação dos mais variados agentes, uma síntese em constante processo de mutação que contém, de forma articulada e fragmentada, objetos construídos conforme os interesses de seus agentes produtores.

Admitindo como pressuposto que a sociedade, sob o desenvolvimento capitalista, encontra-se dividida em classes, “uma posição diferente na sociedade significa experiência e consciência diferentes” (COSGROVE, 2004, p. 226). Isso não significa, por óbvio, que todos os indivíduos de uma mesma classe estão fadados a participar de forma semelhante da cultura, ao rechaçar abordagens economicistas queremos nos afastar deste equívoco. No entanto, há mais semelhança, no plano das experiências, entre as vivências de trabalhadoras que utilizam o transporte público diariamente do que entre uma dessas trabalhadoras e um empresário que não faça uso desses meios de transporte.

A designação do gênero feminino no exemplo anterior visa negritar que as experiências das mulheres no espaço público e, portanto, as leituras que dessa vivência derivam, tendem a ter mais similaridade entre si do que quando comparadas as vivências masculinas, sobretudo no contexto de uma sociedade que reproduz na cultura não apenas uma dominação de classe, mas de gênero, raça, orientação sexual e opção religiosa como a sociedade brasileira. Essas desigualdades influem na construção do olhar de cada um desses grupos sobre a cidade. Uma área que, na percepção masculina generalizada, parece segura, pode não inspirar segurança para mulheres e pessoas LGBT.

Sobre a diferenciação das experiências entre indivíduos de posições distintas em uma mesma sociedade, advoga Cosgrove (2004) que tais diferenças constituem, em certa medida, culturas diferentes. Isso fica mais evidente para a compreensão ao percebermos que manifestações culturais como a música variam em sua produção e consumo no interior de uma mesma cidade. As perspectivas de entretenimento e lazer também se distinguem no interior de uma mesma sociedade. Não se manifestam regras rígidas em relação à compreensão destes fenômenos, mas indubitavelmente o gênero Brega se consolidou nos subúrbios do Recife, como o Funk e originalmente o Samba não eram gêneros musicalmente produzidos e consumidos nos bairros nobres do Rio de Janeiro.

Quando falamos em hegemonia e contra-hegemonias no urbano, não nos reduzimos ao domínio de grandes extensões do solo ou a propriedade dos meios para promover transformações através de construções de grande impacto. Hegemonia compreendida como sugere Gramsci, isto é, “algo que opera não só pela estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer” (GRUPPI, 1978, p. 03), não significando apenas o domínio das condições materiais para se estabelecer em posição favorável frente aos demais agentes produtores do espaço, mas, sobretudo diz respeito às condições de informar esta

dominação no plano ideológico, reforçando a posição de poder econômico e político na reprodução da cultura.

Com base nesta concepção, haveria grupos cuja prevalência frente aos demais é exercida na esfera ideológica, orientando uma visão de mundo mais aproximada às vivências e subjetividades de sujeitos pertencentes a este grupo. O poder, reproduzido na cultura hegemônica, dos grupos sociais dominantes é

mantido e reproduzido, até um ponto consideravelmente importante, por sua capacidade de projetar e comunicar, por quaisquer meios disponíveis e por todos os outros níveis e divisões sociais, uma imagem do mundo consoante com sua própria experiência e ter essa imagem aceita como reflexo verdadeiro da realidade de cada um” (COSGROVE, op. cit., p. 230)

Discutimos páginas atrás que a percepção sobre o que é seguro e inseguro, legal e ilegal, regular e irregular, sustentável ou não-sustentável, varia conforme as distintas maneiras de ver um mesmo lugar. O grupo social hegemônico, portanto, é aquele que “convence”, através da ideologia, que sua percepção sobre o mundo é a percepção válida. Não é nosso objetivo desvendar plenamente como este processo ocorre, mas os Aparelhos Ideológicos de Estado, conforme Althusser (1980) teriam justamente o papel de exercer a prevalência política das posições burguesas pela ideologia, enquanto os aparelhos repressivos do Estado o fariam através da violência. Os aparelhos ideológicos político, jurídico, escolar e da informação teriam importante papel para consolidar as ideias da classe dominante como ideias dominantes.

Quando se trata da produção do espaço urbano, estes aparelhos ideológicos também reforçam o predomínio das ideias dos grupos hegemônicos. Já demos um exemplo nesse sentido: o uso da expressão “habitação subnormal” para classificar áreas de autoconstrução das classes populares. As habitações são consideradas “subnormais” não porque sejam exceção nas grandes cidades, mas porque o que é compreendido ideologicamente como normal é aquilo que na visão dos grupos sócias dominantes é percebido como normal, regular. Esta “maneira de ver” o que é normal ou não é reproduzida pelo discurso dos agentes hegemônicos, incorporado em manuais técnicos e livros didáticos, publicado pelos meios de comunicação e legitimado pela legislação vigente. Os aparelhos ideológicos do Estado “abraçam” e legitimam a paisagem conforme um grupo social a percebe. A própria paisagem torna-se um aparelho ideológico que reproduz a cultura dominante.

É percebendo a capacidade de, através da paisagem, se expressar hegemonias contra-hegemonias, que é possível pensarmos em “paisagens da cultura dominante” e “paisagens

alternativas” (COSGROVE, 2004). As paisagens da cultura dominante reproduziriam os valores simbólicos dos grupos sociais que detém a hegemonia cultural e a exercem através dos aparelhos ideológicos e da paisagem. Já as paisagens alternativas expressariam valores culturais que, distinguindo-se da cultura hegemônica, colocam em evidência referentes ideológicos de grupos sociais não hegemônicos, sejam estes minoritários do ponto de vista étnico, ou detentores de menor poder econômico e político.

Embora considerando válida a distinção entre paisagens da cultura dominante e paisagens alternativas, é necessário que a utilização dessas categorias seja cuidadosa. Pois ainda que uma paisagem expresse majoritariamente símbolos associados à cultura dominante ou a culturas alternativas, o risco desta forma de compreender as paisagens está em considerá-las entidades homogêneas. Dificilmente uma paisagem, sobretudo quando falamos de paisagens urbanas, é constituída de elementos exclusivamente associados a um grupo ou classe social. Assim sendo, as paisagens são predominantemente da cultura dominante ou predominantemente alternativas.

Até o momento, temos apresentado alguns exemplos sobre como as maneiras de ver se distinguem entre uma ou outra perspectiva de forma assistemática. Mas se na cidade há processos hegemônicos e contra-hegemônicos de produção das paisagens, isso se deve ao fato de no espaço urbano estarem concentrados não só os interesses mais diversos, como agentes produtores do espaço, cuja relação com a paisagem se estabelece de maneiras diferentes.

São agentes produtores do espaço urbano o Estado, os proprietários de terra, os promotores imobiliários, os proprietários de meios de produção (notadamente industriais) e os “grupos sociais excluídos” (CORRÊA, 1995). Cada uma dessas categorias simplifica um arranjo complexo de sujeitos e esferas de intervenção. Por exemplo, se consideramos o agente “Estado”, no contexto brasileiro, será necessário ressaltar que há diferenças entre as competências estatais nas esferas do município, dos estados e da União. Da mesma forma, os proprietários de meios de produção e promotores imobiliários constroem estratégias de intervenção distintas no espaço. Embora seja verdade que as diferenças existem, é importante notar que há muitas semelhanças na atuação de promotores imobiliários e proprietários de meios de produção e uma visão comum da cidade como condição para estabelecer não valores de uso, mas valores de troca.

O maior esforço de simplificação, no entanto, foi exercido ao considerar como “grupos sociais excluídos” um conjunto diverso de sujeitos, incluídos de forma precária no espaço urbano por serem a força de trabalho e consumo necessária para realização da acumulação. A

lógica da permanência desses sujeitos na cidade, no entanto, não está atrelada a noção de valor de troca, da cidade enquanto mercadoria, mas de usos como a moradia, o acesso ao trabalho assalariado e mesmo as relações afetivas e familiares.

A prioridade entre valor de uso e valor de troca conferida pelos agentes produtores do espaço marcará a produção material destes na cidade. Buscando articular esta dimensão material (da produção do espaço) com a dimensão subjetiva (das maneiras de ver) questionamo-nos: qual a relação das paisagens com o valor de troca, isto é, da dimensão subjetiva no processo de valorização capitalista do espaço urbano? Da mesma forma, como os usos atribuídos por esses agentes no espaço se reproduzem nas percepções e paisagens por eles realizadas?

Na realidade, tal questionamento nos devolve a reflexão inicial deste trabalho sobre a dimensão subjetiva que subjaz as contraditórias relações sociais de produção, nos levando a um caminho que compreende o “modo de produção é um modo de vida, apoiado no mundo material por seres humanos intencionais” (COSGROVE, 1998, p. 03). No capitalismo contemporâneo, onde a propaganda e o marketing assumem um papel central, o peso da subjetividade nas relações de consumo se amplia. A cidade, pensada como instrumento para a acumulação pelo valor de troca, não estaria sendo atingida por estas transformações? Não seria a paisagem a embalagem ideal da cidade mercadoria?

### 2.3 PAISAGEM E VALOR DE TROCA: A ESTÉTICA DA CIDADE MERCADORIA

O aprofundamento das divisões no interior da Geografia está relacionado com a abordagem que se quer do objeto de estudo, do que ele demanda para ser analisado. Com base no que a geógrafa(o) julga ser a melhor maneira de lidar com o objeto, ela(e) adotará uma abordagem mais fenomenológica, materialista, neopositivista. O que ocorre, porém, quando o objeto de estudo exige uma abordagem que transite entre as diferentes formas de fazer Geografia? Não apenas as correntes de pensamento encontram-se cindidas, mas os próprios conceitos e categorias foram se especializando no interior destes fragmentos das ciências geográficas. O lugar é um conceito frequentemente associado à Geografia Humanista, o território à Geografia Crítica, a paisagem significa uma coisa para a Geomorfologia e outra para a Geografia Urbana.

Dada a divisão dos conceitos por corrente de pensamento e área de estudo da Geografia, a questão que se nos coloca é com quais conceitos e categorias trabalhar de modo

que esses sejam úteis para uma abordagem do objeto onde as dimensões material e subjetiva não se achem dissociadas. Uma questão que se coloca desde a pergunta originária da pesquisa: como, através da paisagem, contra-hegemonias se expressam?

No entanto, a escolha do arcabouço de conceitos deve levar em conta, além do problema de pesquisa, a natureza do objeto, de modo que seja possível uma leitura do segundo com o suporte do primeiro. Nesse sentido, ressaltamos que as paisagens que aqui trabalharemos estão circunscritas ao Sudoeste do Recife. Se tratando de paisagens urbanas, consideraremos a presença dos agentes produtores do espaço (guardadas as ressalvas do tópico 1.2), suas intenções, suas formas de perceber e agir no espaço. As maneiras de ver expressas por representantes do Estado, proprietários fundiários e moradores são reveladoras de sob quais referentes ideológicos dão suporte as leituras que tais sujeitos fazem do urbano, bem como de suas intenções ao agir.

Compreendendo a cidade como condição das relações sociais de produção, em um contexto onde as contradições entre capital e trabalho não se dissolveram, mas tornaram-se mais complexas e sofisticadas, continua a cidade sendo expressão espacial do processo de acumulação de capitais. Não podemos afirmar que a cidade é apenas isso, seria desprezar que na mesma produzem-se, dialeticamente, entraves à acumulação. Deixar de afirma-lo, porém, é não reconhecer que a explícita divisão entre pessoas que vivem do trabalho e proprietários dos meios de produzir deságua na produção de uma cidade onde as diferenças entre classes sociais se expressam como desigualdades. Fica evidente que tais contradições não se dissolveram, por exemplo, quando se percebe no Recife que o acesso a terra para construção de habitações continua seguindo a histórica divisão na qual as áreas susceptíveis a enchentes e deslizamentos são ocupadas pela população mais pobre, enquanto as áreas menos susceptíveis a estes eventos e que proporcionam “conforto” ambiental são historicamente propriedades de populações de maior poder aquisitivo.

As desigualdades na cidade não significam, a nosso juízo, que existam duas cidades que não se comunicam, um concepção que negaria que a interpenetração de contrários se verifica na cidade sob a forma de uma paisagem expressa os contrastes da sociedade. O ponto que queremos reforçar aqui consiste em perceber que se a cidade, por um lado, não se resume a feição geomorfológica da acumulação capitalista, tampouco podemos compreendê-la desconsiderando que os aspectos econômicos, em uma sociedade marcada por desigualdades de classe, mas também de gênero e de raça, têm importante peso não só na disputa pelo uso do solo urbano, mas na produção diversificada das maneiras de ver.

Consideramos a importância dos processos econômicos para a produção das paisagens urbanas, bem como as desigualdades que se originam nas relações sociais de produção. No entanto, as contradições internas do processo de acumulação precisam ser bem discutidas, para que não julguemos que a divisão de classes implica, na cidade, em um movimento de constante oposição entre um bloco que reúne todas as formas de capital e um bloco que reúne todas as resistências ao primeiro. Este binarismo simplifica em demasia as relações de produção, que estão repletas de contradições e de movimentos fora desta polarização. Valeria a pena, para citar um exemplo, investigar como o uso do crédito - instrumento de instituições financeiras - por parte das classes populares se relaciona com os processos de autoconstrução, através do parcelamento da compra de materiais de construção. Utilizando o crédito, uma ferramenta do capital financeiro criado com a finalidade de dar sequência ao processo de acumulação em tempos de crise, as classes populares ampliam sua área construída nas cidades, o que por sua vez cria entraves para o avanço livre do capital imobiliário.

O que importa dizer, em nossa compreensão, é que os aspectos econômicos não se realizam com um metabolismo maquínico, mas social, portanto as ações no plano material são realizadas por seres humanos intencionais, que participam de uma cultura, acham-se mergulhados em referentes ideológicos e participam de interesses de classe. É com base nesses pressupostos que perguntamos: quais as motivações para estar na cidade de moradores do Sudoeste do Recife? Quais interesses possuem os proprietários de terra nessa porção do espaço? Como esses interesses se traduzem em “maneiras de ver” coerentes com tais desejos?

Do ponto de vista dos proprietários de terra, a atuação na cidade se dá com a intenção de obtenção de uma maior renda fundiária com suas propriedades, pelo que se pode concluir que “estão fundamentalmente interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso” (CORRÊA, 1995, p. 16). Na perspectiva de promotores imobiliários, a presença na cidade também tem relação com a ideia de valor de troca, sendo que para estes a o objeto de venda deixa de ser a terra e sua renda, passando a ser a habitação, apartamento em prédio, ou casa em condomínio fechado, o instrumento para a realização do valor de troca.

Na altura em que começamos a falar sobre valor de troca, convém sublinhar que

O produto do trabalho adquire a forma-mercadoria quando o seu valor adquire a forma de valor-de-troca, oposta à sua forma natural; quando, portanto, ele é representado como a unidade em que se funda esta contradição. Daqui resulta que a forma simples assumida pelo valor da mercadoria é também a forma elementar sob a qual o produto do trabalho se apresenta como mercadoria; e que, portanto, o desenvolvimento da forma-mercadoria coincide com o desenvolvimento da forma-valor (MARX, 1974).

O desenvolvimento dos valores de troca ocorre paralelamente ao desenvolvimento da mercadoria. Destarte, recorrer à expressão “valor de troca” ao abordar a comercialização do solo urbano e dos imóveis é reconhecer a dimensão de mercadoria a eles associada.

Para que a realização do valor de troca aconteça, necessário é que aquilo que se comercializa (solo urbano, imóveis, mercadoria) apresente uma imagem que transmita ao comprador um potencial valor de uso, pois “a necessidade não possuidora de um precisa coincidir com a posse não necessária do outro” (HAUG, 1997, p. 23) para que as trocas se realizem, satisfazendo o valor de troca almejado pelo agente imobiliário/fundiário e possibilitando o uso para aquele que realiza a compra. Para a construção dessa imagem, cada vez mais necessária é a influencia da publicidade, do design, do discurso em forma de imagem e som que informa ao comprador a expectativa do uso.

Esta “sedução” pela estética da mercadoria apela aos referentes ideológicos socialmente difundidos através dos aparelhos ideológicos, oferecendo mais do que o simples uso, por exemplo, o habitar, mas uma experiência na cidade associada à ideia de sustentabilidade, contato com a natureza, conforto, segurança e praticidade. Inúmeras são as propagandas associando a venda de lotes de terra, apartamentos, que fazem uso dessas palavras “mágicas”. Em diversas paisagens que aqui discutiremos, tal padrão igualmente se verifica.

A estética da mercadoria, conforme Haug

Designa um complexo funcionalmente determinado pelo valor de troca e oriundo da forma final dada à mercadoria, de manifestações concretas e das relações sensuais entre sujeito e objeto por elas condicionadas [...] (HAUG, 1997, p. 15).

Através da estética da mercadoria é possível pensar a relação entre paisagem e valor de troca, pois

[...] A análise dessas relações possibilita o acesso ao lado subjetivo da economia política capitalista, na medida em que o subjetivo representa, ao mesmo tempo, o resultado e o pressuposto de seu funcionamento (Idem, p. 15).

As formulações de Haug vão ao encontro de uma preocupação aqui já levantada, que consiste em abordar a dimensão subjetiva das relações de produção. Em sua compreensão, a realização do valor de troca se dá com a elaboração de uma estética condizente com as aspirações subjetivas. Sua perspectiva não significa uma ruptura com o materialismo, pois considera o subjetivo como resultado da economia política; tampouco despreza a dimensão

subjetiva das relações de produção, considerando esta o pressuposto para o funcionamento do sistema de produção material.

Trazendo para a Geografia as preocupações acima expostas, o conceito de paisagem torna-se relevante, pois na paisagem a construção da subjetividade é diversa, mas não ocorre desconsiderando os elementos concretos que se observa. Observando uma árvore, é até possível que alguém diga que enxerga um edifício, mas certamente o que será relatado pela quase totalidade dos observadores é que ali se observa uma árvore. No entanto, para que esta árvore seja socialmente reconhecida, nas diferentes maneiras de ver, como árvore, é preciso que, numa dada cultura, as pessoas tenham uma compreensão abstrata, no plano das ideias e da subjetividade, do que chamam de árvore. Assim sendo, as maneiras de ver não se constroem a revelia da dimensão material, no entanto, a interação das pessoas com o mundo material tem como pressuposto as suas subjetividades.

Feita esta digressão, retornemos a relação entre paisagem e valor de troca. Como vimos, do ponto de vista de agentes imobiliários e fundiários, a relação como a cidade se dá tendo o valor de troca como finalidade e o valor de uso como mecanismo para alcançar tal fim. Pelo conceito de estética da mercadoria, alcançamos a dimensão subjetiva das relações de troca, pela qual “o valor de uso estético prometido pela mercadoria torna-se então instrumento para obter dinheiro” (HAUG, 1997, p. 27). Ocorre que as mercadorias aqui discutidas são dotadas de atributos que as diferenciam sobremaneira de bens de consumo não duráveis, aparelhos eletrônicos ou gêneros alimentícios. É fácil perceber, quando se trata de comercializar chocolates, que a estética da mercadoria materializar-se-ia nas embalagens do produto e na propaganda em meios de comunicação fazendo referência não só as qualidades do produto, mas associando o mesmo a ideia de felicidade, prazer e bem-estar.

Na escala da cidade, mercadorias são um tanto mais difíceis de embrulhar que caixas de chocolate. Qual é, pois, a embalagem de um prédio, de um condomínio fechado, de um loteamento de terra? Certo é que a propaganda nos meios de comunicação cumprirá um papel semelhante àquele desempenhado para a venda de mercadorias de menor porte. Comerciais de TV destacando os atributos do empreendimento imobiliário, sua localização estratégica na cidade e tantas outras qualidades. Mas para que tais mercadorias transmitam a sensação de segurança, conforto, praticidade, é preciso mais que a propaganda informando tais atributos, afinal de contas, o prejuízo econômico entre uma propaganda enganosa de chocolate e uma propaganda enganosa de um apartamento tem dimensões tão diferentes quanto a natureza dos produtos.

Para que a troca se realize, conforme o conceito de estética da mercadoria, é fundamental que a mercadoria expresse, aos olhos daquele que nela tenha interesse, a capacidade de atender ao uso esperado. Desta forma, a estética das mercadorias urbanas corresponde as maneiras de ver e, por conseguinte, aos referentes ideológicos que o agente imobiliário/fundiário julgam ser aqueles que corresponder ao uso desejado pelo comprador.

Se não é possível embrulhar estas mercadorias, a própria paisagem em seu entorno deverá ser capaz de informar, aos olhos de quem a observa e conforme seus referentes ideológicos, que o produto é sinônimo de conforto, praticidade, segurança, convívio com o que se convencionou chamar natureza, fácil mobilidade e tantos valores quantos forem capazes de, dialogando com referentes ideológicos socialmente generalizados, proporcionar a obtenção do valor de troca. As paisagens que são capazes de - segundo seus aspectos materiais e sua observação guiada pelos referentes ideológicos - impulsionar a realização do valor de troca tal qual uma embalagem o é para produtos de menor porte, são a estética das mercadorias urbanas.

#### 2.4 DAS PAISAGENS DA CULTURA DOMINANTE ÀS PAISAGENS DA CULTURA POPULAR

A dimensão material de uma paisagem urbana resulta da intervenção conjunta, articulada ou conflituosa, dos agentes que na cidade se fazem presentes. É por ser a paisagem resultado desta sobreposição de ações em sentidos diversos que ressaltamos o cuidado necessário ao se utilizar expressões como “paisagem da cultura dominante” e “paisagens alternativas”, como sugere Cosgrove (2004). Assim sendo, quando assim nos referirmos, discutimos paisagens onde predominam elementos da cultura dominante ou de culturas alternativas, sem que a predominância signifique completa homogeneidade.

As maneiras de ver nas quais predominam referentes ideológicos socialmente difundidos através de aparelhos ideológicos tendem a reproduzir leituras parciais (de um grupo, ou de intenção específica) como sendo leituras oficiais sobre uma área. No entanto, as maneiras de ver são distintas conforme os agentes que as pronunciam. Nem mesmo entre indivíduos considerados semelhantes no que concerne a posição de classe tais maneiras de ver são uniformizadas, embora devam existir mais semelhanças entre elas quando comparadas com as paisagens sob a perspectiva de indivíduos de outro grupo social.

As maneiras de ver que não estão em plena compatibilidade com os referentes ideológicos da cultura dominante são construídas tendo como referencia valores de culturas alternativas, que se expressam materialmente de forma diferente dos valores da cultura dominante, assim como são percebidos de forma diferente no conjunto da cidade. Um exemplo pertinente ao caso brasileiro é a distinção entre templos religiosos cristãos daqueles destinados aos cultos das religiões de matriz africana. A cultura alternativa se expressa materialmente, torna-se visível e contrapõem-se as formas convencionais da cultura dominante.

Perguntamos como a paisagem pode expressar contra-hegemonias e como isto é possível através do crescimento vertical das habitações. As contra-hegemonias se expressam quando a cultura alternativa se materializa em formas cuja finalidade atende a perspectiva do valor de uso frente ao valor de troca. Quando, nas maneiras de ver pronunciadas pelos sujeitos indicam a prevalência do uso sobre a troca, a paisagem não é instrumento para a elaboração de uma estética das mercadorias urbanas. A construção dos chamados puxadinhos, que provoca um crescimento vertical nos domicílios dos bairros mais pobres, não é feita obedecendo aos critérios de uma racionalidade técnica da cultura dominante, podendo por isso ser considerada como “irregular” ou “subnormal” na perspectiva desta racionalidade. No entanto, afirmar que não existe racionalidade na autoconstrução realizada nos bairros mais pobres da cidade seria concluir, equivocadamente, que uma boa parte da cidade é construída de forma irracional. Em contraposição a esta conclusão, deveríamos questionar: qual racionalidade move esta maneira de ver e de agir na cidade?

A possibilidade de se constituírem maneiras de ver distintas do discurso massificado pelos aparelhos ideológicos se afirma em virtude das diferenças existentes no interior de uma mesma sociedade, do ponto de vista cultural. Para apresentar tais distinções, Cosgrove (2004) define culturas dominante, alternativa, residual e emergente. Considerando que o que se estabelece como paisagem da cultura dominante se afirma, necessariamente, de uma condição de poder superior em relação às demais para fazer valer sua maneira de ver como a correta, os chamados grupos sociais excluídos, despossuídos dessas condições, constituem seus mecanismos de difusão da cultura em condições de propagação mais reduzidas.

Ainda que não possuam o controle de meios de comunicação massivos e outros aparelhos ideológicos, jamais poderíamos concluir que os discursos e as maneiras de ver que emergem da população mais pobre não são relevantes para compreender as paisagens da cidade. Primeiramente, porque mesmo não sendo detentora de poder econômico e

institucional, continua sendo em termos demográficos a maioria da sociedade. Em segundo lugar, porque esta parcela da população não é totalmente permeável aos referentes ideológicos da cultura dominante.

Se há, por um lado, uma resistência organizada aos valores culturais dominantes, há também a resistência inconsciente daqueles que “não dispõem dos recursos para adquirir aquelas coisas que transmitem e asseguram essa cultura de massa” (SANTOS, 2014, p. 327). Os referentes ideológicos da cultura dominante estarão tão mais generalizados na sociedade quanto forem mais presentes no cotidiano os aparelhos ideológicos que asseguram sua difusão. Se entre as classes populares a exposição a esses aparelhos ideológicos é menor, abre-se uma brecha para a construção de discursos e práticas sociais descolados da cultura dominante, permitindo emergir culturas alternativas.

Se a difusão dos referentes ideológicos da cultura dominante não é plenamente assimilada pela população mais pobre em virtude de seu distanciamento em relação aos recursos de propagação de tais valores, faz sentido a afirmação de Santos de que a força dos fracos é seu tempo lento (SANTOS, 2013) e que sua produção contrasta com a produção racional dos “espaços luminosos” da metrópole. Tal concepção se acha melhor desenvolvida em *A Natureza do Espaço*, no qual a discussão sobre o tempo lento é retomada. Vejamos:

As classes médias amolecidas deixam absorver-se pela cultura de massa e dela tiram o argumento para racionalizar sua existência empobrecida. Os carentes, sobretudo os mais pobres, estão isentos dessa absorção, mesmo porque não dispõem dos recursos para adquirir aquelas coisas que transmitem e asseguram essa cultura de massa. É por isso que as cidades, crescentemente inigualitárias, tendem a abrigar, ao mesmo tempo, uma cultura de massa e uma cultura popular, que colaboram e se atritam, interferem e se excluem, somam-se e se subtraem num jogo dialético sem fim (SANTOS, 2014, p. 327).

Inúmeras são as adjetivações ao termo cultura conforme cada autor as busca qualificar. Cosgrove (2004), por um lado, fala em cultura dominante; já Santos (2014), utiliza a expressão cultura de massa. Sem eliminar as distinções semânticas que um e outro termo apresentam, consideraremos equivalentes tais expressões no que concerne ao essencial: cultura de massa e cultura dominante expressam a racionalidade daqueles que dispõem do controle dos aparelhos ideológicos, do poder econômico e institucional e que buscam constituir uma hegemonia em torno de sua visão de mundo.

Da mesma forma, Cosgrove apresenta a expressão cultura alternativa, enquanto Santos discute cultura popular. Aqui, não se trata de sinônimos, mas a cultura popular pode ser compreendida como uma das formas de cultura alternativa. A palavra “alternativa” indica

apenas a posição de distanciamento de uma cultura frente a dominante; já a palavra “popular” indica não só o afastamento da cultura popular em relação à cultura dominante, mas ressalta que este distanciamento é provocado pelas diferenças de classe existentes na sociedade. Para Santos, enquanto “a cultura de massa é indiferente à ecologia social”, a cultura popular “tem raízes na terra onde se vive e simboliza o homem e seu entorno” (Op. it.).

Assim como pensamos em paisagens onde predomina a cultura dominante, poderíamos também pensar em paisagens onde a cultura popular se expressa de forma hegemônica. Consideramos paisagens predominantemente da cultura popular aquelas onde as formas rejeitam a racionalidade técnica da cultura dominante. São, por isso, frequentemente percebidas como irracionais por agentes cujos referentes ideológicos se associam aos valores da cultura dominante (que aqui, utilizamos como quase sinônimo de cultura de massa). Não são paisagens irracionais, antes pelo contrário, estão impregnadas de uma racionalidade onde os valores de uso se sobrepõem a estética da mercadoria. O belo, aqui, não é o que facilita a realização do valor de troca, mas o que reforça os usos que os sujeitos da cultura popular protagonizam.

Tomamos como exemplo agora o objeto de nossa pesquisa: o crescimento vertical da periferia através da construção dos puxadinhos. Para compreender a distinção entre paisagens da cultura dominante e paisagens da cultura popular, compararemos tal fenômeno com a verticalização na perspectiva dos agentes imobiliários, com a construção de prédios. Em ambos os casos, a paisagem se transforma pela introdução de novas formas e pela verticalização. Na perspectiva dos agentes imobiliários, a verticalização não tem como finalidade o uso habitar, mas a comercialização ou especulação com os valores de imóveis vazios. Sob a perspectiva dos agentes da cultura popular, a verticalização de seus domicílios com a construção de puxadinhos não tem como finalidade a realização do valor de troca ou a especulação imobiliária. Para um imóvel como um prédio, importante é que a paisagem represente esteticamente os referentes ideológicos associados a expectativa de uso por parte do comprador, pois a condição de habitação de um apartamento é precedida por sua condição de mercadoria. Tal fato não ocorre quando se constrói uma casa em cima de outra em um bairro periférico. A habitação pode até se tornar mercadoria, mas foi construída e para ser habitação, e sua estética dispensa os critérios estéticos de uma mercadoria urbana.

Consideramos que nas paisagens onde predomina a cultura popular há uma prevalência dos valores de uso sobre o valor de troca das formas espaciais. Mas há duas hipóteses que esta interpretação abre margem e queremos desde logo refutá-las. A primeira é

de que a prevalência do valor de uso sobre o valor de troca seja a eliminação do valor de troca. Consideramos esta hipótese um equívoco, pois embora as maneiras de ver expressem o uso como sendo a prioridade, também as formas originadas pela autoconstrução na periferia são objetos de comercialização e para isso precisarão atender as expectativas de uso de seus compradores; estas diferem das expectativas de alguém que compre um apartamento em um prédio ou um lote em condomínio fechado, mas nem por isso deixam de existir.

A segunda caracterização que queremos evitar é a que compreende o uso em uma perspectiva instrumental, isto é, algo que serve para fazer alguma coisa e só. Se alguém precisa de um martelo para afixar algo na parede, o uso do martelo é simplesmente aquele. No entanto, as pessoas não se relacionam com o lugar onde vivem com esta perspectiva mecânica de uso. Se o objetivo da construção de um domicílio fosse apenas atender ao uso habitacional, haveria outras formas de atendê-lo. Mas a opção pelo uso se dá também pelas relações afetivas e simbólicas construídas naquele espaço, a exemplo da solidariedade e vizinhança, a perspectiva de pertencimento, a proximidade familiar, todas estas questões se relacionam diretamente com o uso, e embora não sejam consideradas “usos”, guiam os sujeitos para a realização de suas atividades. Portanto, quando falamos da prevalência dos valores de uso sobre os valores de troca, queremos também ressaltar a prevalência desses valores afetivos e subjetivos que modificam as maneiras de ver o espaço de cada indivíduo.

Concluídas as ressalvas, retornamos – pela última vez – a pergunta geradora da pesquisa, com vistas a explicitar de forma sucinta como estão articuladas as ideias e conceitos expostos neste primeiro capítulo. Perguntamos como, através do crescimento vertical das habitações no Sudoeste do Recife, a paisagem pode expressar contra hegemonias na produção do espaço urbano. Partimos da compreensão das paisagens como maneiras de ver, constituídas a partir de referentes ideológicos que justificam as visões de mundo dos indivíduos, assim sendo, a paisagem seria um conceito fortemente associado a subjetividade dos sujeitos. Identificamos aí um impasse: a geografia que se debruçou sobre o estudo das contradições da sociedade e de suas relações de produção não tinha como foco de seus estudos a cultura e a subjetividade, sendo necessário construir um espaço para a subjetividade na crítica da economia política, através da relação entre a materialidade das formas e a subjetividade de suas interpretações. Seria necessária uma abordagem crítica do conceito de paisagem onde a subjetividade das relações sociais de produção não fosse desconsiderada.

Encontramos na chamada geografia cultural radical um esforço no sentido de abordar a subjetividade como componente da discussão sobre as contradições sociais, tendo a

paisagem como suporte teórico. Cosgrove (2004), que concebe as paisagens como maneiras de ver e compreende como indissociáveis o modo de produção e o modo de vida, afirma ser a cultura um mecanismo de reprodução do poder, pelo qual enumera paisagens da cultura dominante, paisagens da cultura alternativa, da cultura emergente ou residual. Ressalvando o fato de não considerarmos nenhuma paisagem totalmente associada a uma cultura específica, destacamos nestas formulações a capacidade de associar as maneiras de ver, e, portanto, a subjetividade, com a disputa pela hegemonia da cultura em uma dada localidade.

Em tal disputa, onde reconhecemos a existência de classes e de agentes produtores do espaço com intenções várias, a subjetividade contida nas maneiras de ver pode estar fortemente associada à realização do valor de troca, correspondendo à paisagem a uma estética das mercadorias urbanas. Essa estética é justificada por valores socialmente difundidos através dos aparelhos ideológicos do Estado, cujo papel consiste em reproduzir ideias sobre o que é regular e irregular, legal ou ilegal, sustentável ou não-sustentável, seguro ou inseguro, conforme as maneiras de ver daqueles que detêm o controle sobre tais aparelhos.

Por outro lado, nas maneiras de ver e nas formas que se materializam, os valores de uso podem prevalecer em relação aos valores de troca, produzindo paisagens que não são moldadas conforme a racionalidade técnica da cultura dominante. São paisagens fortemente vinculadas aos valores de uso conferidos pelas classes populares, que ultrapassam a ideia de uso mecânico e se associam aos valores simbólicos e relações subjetivas dos sujeitos com o espaço. São paisagens tidas como irracionais do ponto de vista da cultura dominante, mas apresentam outra racionalidade, associada à cultura popular.

A população mais pobre, embora sujeita a incorporar elementos da cultura dominante em suas maneiras de ver, consegue também elaborar visões alternativas, a exemplo da cultura popular. Conforme Santos (2013; 2014) isso é possível em virtude do *tempo lento* que essa parcela da população imprime em suas ações, um tempo parcialmente desconectado dos valores da racionalidade da cultura dominante, uma vez que não dispõem da mesma forma que a classe média, por exemplo, dos meios de difusão dos referentes ideológicos. Há assim, uma resistência inconsciente à cultura dominante. Contudo, devemos também considerar as resistências conscientes, representadas nos movimentos de cultura popular, nos movimentos sociais urbanos, que no contraditório processo de elaboração de suas ações, incorporam também elementos da cultura dominante, mas acabam por construir uma cultura alternativa onde a prevalência do valor de uso sobre o valor de troca marca as maneiras de ver.

### **3 A PRODUÇÃO DA PAISAGEM URBANA DO SUDOESTE DO RECIFE: HISTÓRIA, AGENTES, FORMAS E TRANSFORMAÇÕES**

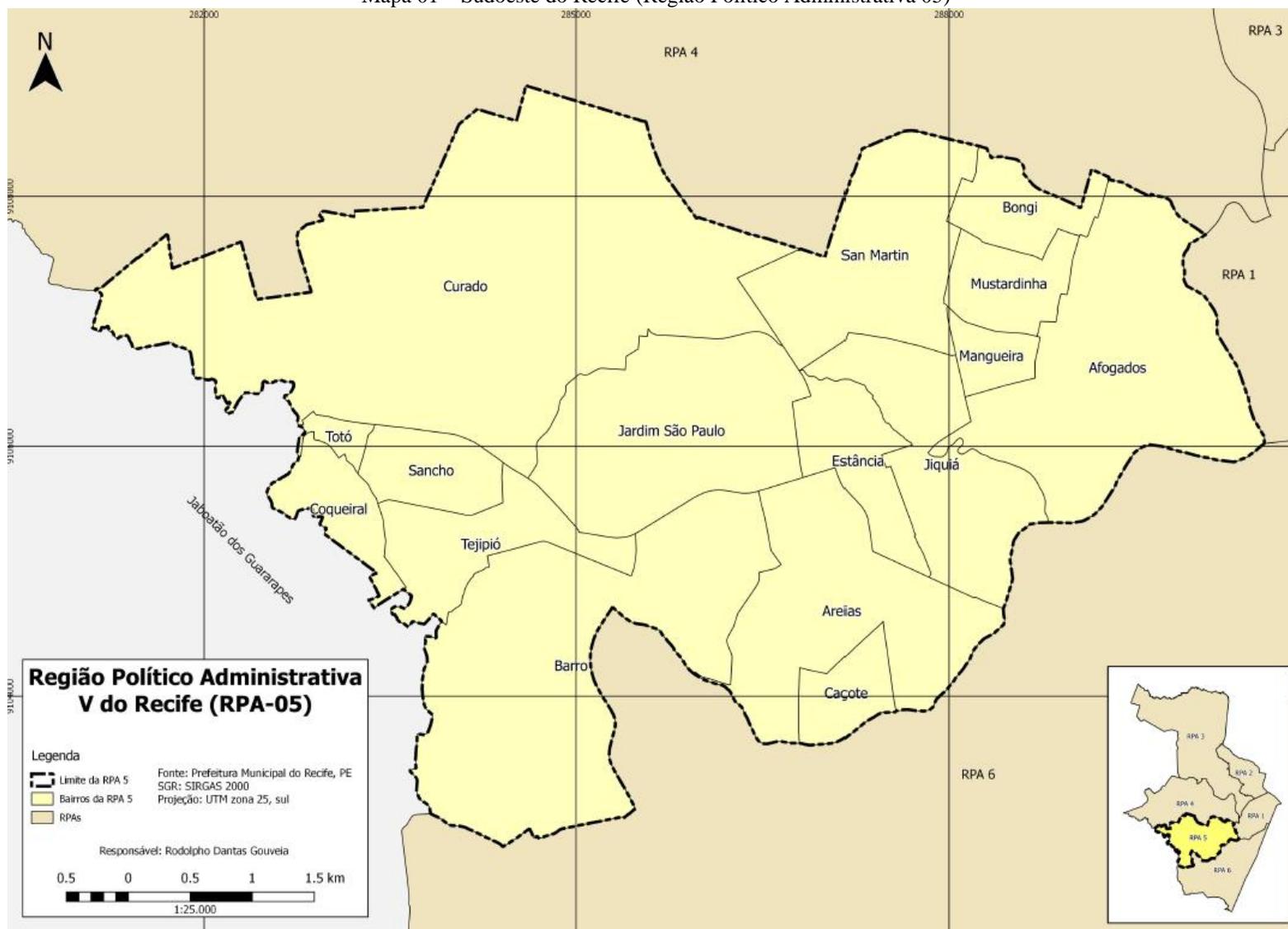
As paisagens que discutiremos localizam-se no Sudoeste do Recife, porção do território municipal que é composta por 16 bairros que na esfera da gestão das políticas e do planejamento das ações pelo poder público municipal corresponde à chamada Região Político Administrativa V (RPA-05). Alertamos, contudo, que nosso objeto de estudo não é a RPA-05 (Mapa 01), mas paisagens nela inscritas. Evidentemente, não poderíamos compreender a gênese e as transformações destas paisagens desconsiderando os aspectos que marcam a dinâmica da porção do espaço em que elas se localizam, por isso nosso primeiro passo para compreender as paisagens é construir um entendimento sobre a dinâmica do espaço que as circunscreve.

Para a construção deste panorama mínimo sobre o Sudoeste do Recife, onde estão as paisagens que orientam a pesquisa, tornou-se necessário levantar um conjunto de fontes que extrapolam os limites das pesquisas já realizadas nos bairros da RPA-05 e dos levantamentos estatísticos elaborados em relação a toda a cidade. Por este motivo, consideramos pertinente apresentar no início deste capítulo uma reflexão sobre o uso das fontes e as limitações e possibilidades que estas apresentam para como ferramentas para responder a questão fundamental de nossa pesquisa, qual seja: compreender como, através das paisagens no Sudoeste do Recife, contra-hegemonias se expressam.

A procura por paisagens que expressem predominantemente a cultura popular no contexto de espaços metropolitanos requer que reconheçamos, em meio à diversidade de agentes que as grandes cidades apresentam, quais os lugares onde a predominância das ações pertença aos sujeitos da cultura popular ocorre. Contudo, mesmo nestas áreas, apenas em fragmentos muito reduzidos poderia se afirmar uma produção de paisagem totalmente associada a apenas um grupo social. Em cidades marcadas pelo desigual processo de ocupação das terras, a exemplo do Recife, áreas onde a predominância da ocupação com fins de moradias destinada a população pobre são os denominados subúrbios ou áreas periféricas; assim são reconhecidos os bairros do Sudoeste do Recife.

Importa salientar que estas nomenclaturas correspondem a maneiras de ver as áreas destinadas a habitação da população pobre. O prefixo *sub*, contido na palavra subúrbio, informa que, em alguma perspectiva, tais áreas são consideradas inferiores ao patamar do que deve ser qualificado como *urbe*. A terminologia subúrbio continua a ser utilizada, para citar

Mapa 01 – Sudoeste do Recife (Região Política Administrativa 05)



Elaborado por: Rodolpho Dantas Gouveia.

um exemplo, no site oficial do consórcio de transportes da Região Metropolitana do Recife<sup>1</sup>, orientando a população a compreender como *sub* urbano os locais de moradia de onde partem as linhas de ônibus. Da mesma forma ocorre em relação a palavra periferia, que indica uma posição de centralidade na cidade para áreas cuja finalidade não seja a habitação da população mais pobre. O que é urbano (em contraposição ao suburbano) e o que é central (em contraposição ao periférico) correspondem ao padrão de construção e de atividades que atenderia as expectativas de uma maneira de ver associada aos referentes ideológicos da cultura dominante.

Objetivando identificar como se expressam as maneiras de ver divergentes das desenvolvidas pelos agentes imobiliários e pelo Estado através da propaganda e da publicidade, chega-se a um impasse: a pouca documentação da história dos bairros considerados suburbanos do Recife. No que diz respeito a localidade que circunscreve as paisagens que discutiremos, ao consultar as dissertações e teses do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO-UFPE) disponíveis no repositório institucional da universidade<sup>2</sup>, verificou-se que apenas dois documentos – dos 282 disponíveis – têm como objeto de reflexão e análise áreas reduzidas do Sudoeste do Recife. Portanto, para uma caracterização da área de estudo, recorreremos a incorporação de fontes alternativas, como matérias de jornais, textos literários, relatos orais, fotografias, entre outros instrumentos pelos quais se possa apreender informações sobre a área.

Mesmo nas fontes alternativas de pesquisa, o registro das “maneiras de ver” associadas aos agentes da cultura dominante predomina, uma vez que os meios de propagação de seus discursos – os aparelhos ideológicos de Estado – possuem um alcance superior quando comparados aos que veiculam as maneiras de ver enunciadas por agentes das culturas emergentes, alternativas, ou residuais. Um exemplo disto são as publicações em jornais na primeira metade do século XX, onde há pouquíssimo espaço para as falas de moradores e moradoras a respeito de algum fato, predominando um discurso jornalístico que não revela as maneiras de ver das pessoas que vivem na área que está sendo abordada na reportagem.

Destarte, a procura pelas maneiras de ver a cidade em uma perspectiva da cultura popular implica em considerar os discursos proferidos pelos sujeitos que produzem esta

---

<sup>1</sup> Menções ao termo “subúrbio” no site do Grande Recife Consórcio de Transporte. A terminologia é também utilizada em placas nos veículos utilizados no transporte coletivo. Disponível em: <<http://www.granderecife.pe.gov.br/web/grande-recife/sistema-estrutural-integrado>>. Acesso em 01 set. 2017.

<sup>2</sup> Teses e dissertações do PPGEO-UFPE disponíveis do repositório institucional da UFPE. Disponível em <<http://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/195/browse?type=title>>. Acesso em 24 out. 2017.

cultura alternativa na cidade. Considerando a diminuta produção científica a respeito do Sudoeste do Recife e a predominância, mesmo em fontes alternativas, de abordagens distanciadas da percepção dos sujeitos de cultura popular, as narrativas construídas pelos moradores e moradoras ganham especial relevância, uma vez que constituem-se como uma das importantes fontes pelas quais se pode obter informações sobre as transformações na paisagem do Sudoeste do Recife. Nesse sentido, o emprego dos relatos como parte dos instrumentos para compreender as maneiras de ver a cidade constituem-se como parte importante dos resultados que almejamos obter.

Não deteremo-nos em organizar uma caracterização da área de estudo baseada nos levantamentos quantitativos e estatísticas a respeito da RPA-05, pois por mais importantes que sejam para fins de planejamento urbano, os indicadores e estatísticas não traduzem o processo histórico de ocupação dessa localidade, seu desenvolvimento e principais agentes de sua transformação ao longo do tempo. Os números e estatísticas tendem a uniformizar e classificar, quando a abordagem a partir das paisagens tende a ressaltar as especificidades do lugar e de seu processo histórico.

### 3.1 A HISTÓRIA DAS PAISAGENS DO SUDOESTE DO RECIFE

Considerando a diminuta produção de trabalhos acerca do Sudoeste de Recife, iniciamos a reconstituição da trajetória dessa porção do espaço através da coleta de registros antigos do Recife em que a área esteja de alguma forma representada. Auxiliam-nos a compreender como a área onde hoje se localiza a RPA-05 do Recife foi incorporada a malha urbana da cidade recursos como a cartografia histórica e os registros fotográficos. Os primeiros registros fotográficos que utilizamos para fazer a reconstituição parcial das paisagens do Recife datam da primeira metade do Século XX, de modo que restariam prejudicadas, se apenas utilizamos fotografias, informações sobre as formas que antecederam este período. Nesse sentido, informações obtidas de momentos anteriores ao registro em fotografia constam em relatos e trabalhos que mencionam aspectos da ocupação do Recife no período colonial.

A representação cartográfica e os registros fotográficos são recursos que não estavam largamente difundidos no contexto do início do século pretérito, mas correspondiam a tecnologias e técnicas restritas a um pequeno grupo de pessoas que dispunha das condições para seu emprego. Por isso, não consideramos as cartas e as fotografias como representações

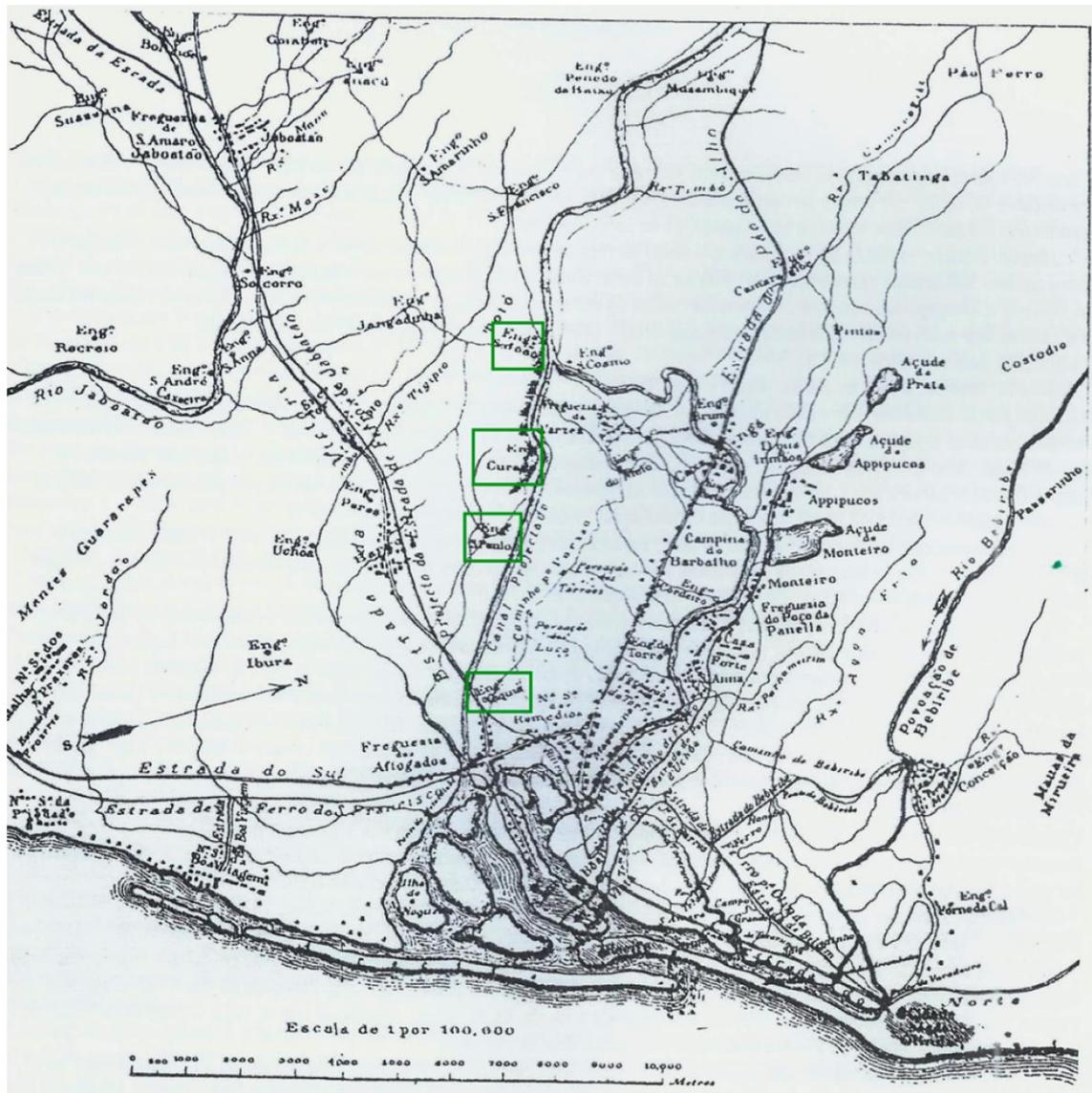
imparciais de uma realidade, mas como registros históricos que nos possibilitam pensar como se deu a dinâmica de expansão do Recife para a porção sudoeste de seu sítio urbano atual, registros datados e produzidos com intencionalidades, demandas e maneiras de ver de seus produtores.

As áreas de mais antiga instalação de povoado no que hoje corresponde ao sudoeste do seu território, são as dos atuais bairros de Afogados e Jiquiá. A origem desses dois núcleos de povoamento está relacionada com aspectos da formação socioespacial do Pernambuco nos primeiros séculos de dominação portuguesa, de economia fortemente vinculada ao cultivo da cana-de-açúcar, tendo os engenhos como expressão na paisagem das características da sociedade colonial. No Séc. XVI o que se considerava como Recife se limitava a “um pequeno povoado, cuja principal atividade era a exportação da cana-de-açúcar, com base nos engenhos de açúcar” (ALVES, 2009, p.30). Neste contexto, no ano de 1598, procedeu-se a demarcação judicial das Terras do Jiquiá (COSTA, 2013), onde estava situado um engenho de açúcar que foi mantido até 1630, quando por ocasião da invasão holandesa viria a ser abandonado.

A posição estratégica que o engenho ocupava naquela altura justificava-se pela proximidade em relação ao rio Jiquiá. Os rios desempenhavam naquela época importante papel nos fluxos de mercadorias e também no deslocamento para o interior do continente, sendo estratégica a dominação das terras que os margeavam para o controle do território. Mais do que caminhos, os rios tornaram-se vetores do crescimento da cidade do Recife que, conforme Castilho, “aconteceu a partir da área do porto – núcleo central e histórico da cidade, seguindo as vias de comunicação articuladas àquela área: os rios em princípio, e as estradas (ferrovias, rodovias etc.) posteriormente” (CASTILHO, 2013, p. 156). O surgimento do povoado dos Afogados entre o rio Jiquiá e um braço do rio Capibaribe atesta a relação entre a expansão do Recife e seus rios, bem como a relevância de sua situação sob o ponto de vista do controle do território.

Até o final do Séc. XIX, a paisagem no Sudoeste do Recife foi predominantemente rural, fato que só começa a se alterar lentamente na primeira metade do Séc. XX. Em 1870 (Mapa 2), ainda era possível identificar a presença dos engenhos como atividade dominante no que hoje é a RPA 05 e em seu entorno. Na planta da cidade do Recife de 1870 está registrada a presença do Engenho Jiquiá e deslocando-se para oeste na carta, outros engenhos podem ser observados, a exemplo dos Engenhos S. Paulo, Curado, S. Francisco.

Mapa 02 – Planta da cidade do Recife e arredores, 1870



Fonte: MELO, M.L. *Metropolização e Subdesenvolvimento, O caso do Recife*. Recife: UFPE, 1978 (adaptado pelo autor). Engenhos localizados na atual RPA 05 do Recife destacados em verde.

Muitos bairros do Recife têm em seu nome uma referência aos engenhos que os antecederam. No caso do Sudoeste do Recife, como atesta a carta de 1870, há três bairros que preservam estes nomes: Jiquiá (Engenho Jiquiá), Curado (Engenho Curado) e Jardim São Paulo (Engenho S. Paulo). No entanto, a extensão territorial dos engenhos era maior do que a dos atuais bairros. É o que confirma Pereira da Costa:

Da tradicional Estância do Jiquiá, mantém ainda a sua memória, a propriedade chamada *Sítio da Estância*, onde ela campeou, cuja localidade, com outras mais, nomeadamente as do Piranga, Caçote e Areias, pertenciam as terras do extinto Engenho do Jiquiá (COSTA, 2013, p. 105)

Os nomes das localidades pertencentes as terras do Engenho Jiquiá anunciam, assim como os nomes dos engenhos, os futuros bairros que ali surgiriam. Jiquiá, Jardim São Paulo, Curado, Areias, Caçote, Estância, Piranga (se tornaria Ypiranga, em Afogados). O povoado do Barro, que surgiu no século XIX e daria origem ao bairro de mesmo nome, edificou-se em terras do Engenho Peres (COSTA, 2013). Além disso, quando comparados os mapas 1 e 2, no local onde hoje estão os bairros Totó e Tejipió, estava o engenho S. João.

Em termos de transformação da paisagem no que hoje é o Sudoeste do Recife, o que se viu do séc. XVI até o final do séc. XIX foi a substituição das vegetações nativas pela monocultura da cana-de-açúcar, tendo como expressão no espaço desta atividade a presença dos engenhos. A pintura de paisagem holandesa, notadamente das obras de Frans Post (Figura 01), nos auxilia a reconstituir parcialmente a imagem dos engenhos. Recordemos que na quase totalidade deste período vigia no Brasil um regime escravocrata sob o qual estavam organizados os engenhos do Pernambuco, nos quais a presença da casa grande, da senzala e das capelas refletiam as características daquela sociedade.

Figura 01 – Engenho



ENGENHO de Açúcar. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra14453/engenho-de-acucar>>. Acesso em: 16 de Nov. 2017.

Se do ponto de vista da paisagem os engenhos se destacavam, no que concerne aos agentes produtores do espaço, poderiam ser identificados até este momento: os proprietários fundiários, senhores de engenho; escravas e escravos, que tinham na senzala o local de aprisionamento, construía quando das fugas os quilombos, expressões no espaço da resistência ao processo de dominação escravagista.

Diferia desta configuração, marcada pela presença dos engenhos, a Freguesia dos Afogados. Pereira da Costa, que viveu entre 1851 e 1923, assim descreveu Afogados em *Arredores do Recife*

Os Afogados, propriamente hoje um dos bairros da cidade, são uma grande e bela povoação, com vida animadíssima e recursos próprios, com duas estações de caminhos de ferro uma linha de bondes elétricos, e uma grande população, que além do perímetro central da povoação se estende, sem solução de continuidade, a outros centros em paragens diversas, com as denominações de Escobar, Miramar, Sertãozinho, Piranga, Remédios, Catucá e Malunguinhos (COSTA, 2013, p. 13).

A feição urbana já impressa na povoação dos Afogados tem relação com sua origem, que data da ocupação dos holandeses (1630-1654) e da construção do forte Príncipe Guilherme. A povoação é definida na obra *América*, publicada por Arnoldus Montanus em Amsterdã no ano de 1671, como “um extenso e compacto agrupamento de casas, de boa construção e feição flamenga, e, em situação de destaque, uma capela, isoladamente disposta” (COSTA, op. cit., p. 09). Com efeito, Gilberto Freyre constata que a antecipação das condições de vida urbana em Pernambuco “se verificou em consequência, principalmente, do domínio holandês, que comprometera ao mesmo tempo o poder dos senhores de engenho e o da igreja de Roma” (FREYRE, 2004, p. 107), fator que explica a distinção entre Afogados e as demais localidades, onde a presença dos engenhos foi predominante até o final do século XIX.

Mesmo nos mapas que datam do início do séc. XX apenas porções do que são os bairros do Jiquiá e Afogados se acham representadas (Mapa 03), com o restante do que é a RPA 05 da atualidade representado quase como um vazio. Como expusemos tais áreas já se encontravam em uso, com ocupações predominantemente rurais. Se a presença holandesa havia, por um lado, consolidado um núcleo de atividades urbanas, os engenhos, por outro, chegariam até o séc. XIX, alcançando seu auge nos séculos XVII e XVIII no chamado ciclo da cana-de-açúcar. A substituição dos engenhos pelas formas urbanas que os sucederam na primeira metade do séc. XX se explica, em parte, pelo declínio da atividade açucareira, bem como pelo processo de “modernização” que ganharia vigor a partir da década de 1930.



Como colocamos no início deste capítulo, as representações cartográficas não podem ser consideradas imparciais no que concerne a representação do espaço, pois elas mesmas em sua construção revelam as “maneiras de ver”, intencionalidades e finalidades a que se destinam. No caso da planta de 1906 (Mapa 3), produzida por membros do Instituto de Engenheiros Cívicos de Londres, a ausência de representação de engenhos, sítios e fazendas que ainda faziam parte da paisagem do Recife no início do séc. XX exprime o interesse específico dos ingleses em representar as áreas urbanas, escondendo áreas rurais que ainda existiam no que corresponde ao atual território do Recife. Esta representação se justifica pelas atividades aqui promovidas pelo capital inglês, a exemplo da instalação de ferrovias, tendo sido a *Recife – São Francisco Railway (RSF)* a primeira estrada de ferro do Brasil, inaugurada já em 1858 (SANTOS e DABAT, 2017). Isto considerado, ao observar os mapas da primeira metade do séc. XX e as áreas aparentemente vazias que estes apresentam, não deixamos de considerar a possibilidade de haverem ali atividades rurais sendo desenvolvidas.

A transição do séc. XIX para o séc. XX foi marcada por transformações e permanências. A abolição da escravidão em 1888, não acompanhada de uma democratização do acesso a terra, fez com que as desigualdades representadas no par casa-grande e senzala tenham se reproduzido mesmo com a generalização do trabalho chamado livre. O sobrado, apresentado por Gilberto Freyre (2004) como oponente burguês das casas-grandes dos senhores de engenho, produziu como par dialético o mocambo (Figura 02), habitação precária que expressava a permanência das relações de profunda desigualdade que marcavam um Brasil recém-saído da escravidão formal.

Figura 02 – Gravura representando mocambos no Pina, Recife



Fonte: FREYRE, Gilberto. Guia Prático, Histórico e Sentimental da cidade do Recife.

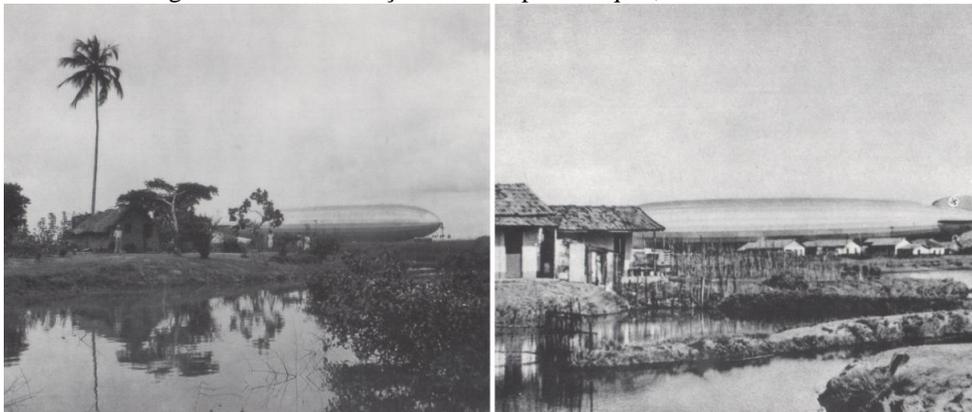
Distanciamos-nos da perspectiva saudosista com que Freyre apresenta a transição da escravidão para o trabalho livre, da casa-grande para o sobrado, na qual chega a considerar a vida no regime escravocrata mais farta para os escravos do que a vida nos mocambos para os trabalhadores livres. Recordamos que também suas formulações correspondem a maneiras de ver, construídas com referentes ideológicos em um dado momento histórico. Interessa-nos neste contexto assinalar que do declínio da economia do açúcar, da transição do trabalho escravo para o chamado trabalho livre e da dinamização de atividades industriais – notadamente na primeira metade do séc. XX, novas formas espaciais emergiram, transformando as paisagens. No caso do Recife, a multiplicação dos mocambos é uma característica relevante.

Os registros dos primeiros mocambos do Recife datam da segunda década do séc. XIX (PONTUAL, 2001), mas generalizam-se como autoconstrução da população mais pobre na primeira metade do séc. XX. Segundo Pontual,

[...] pelo censo de 1913, os mocambos perfaziam um total de 16.347 prédios ou 43,3% dos prédios existentes, no de 1939 eles totalizavam 45.581, abrangendo 63,7% dos imóveis da cidade. Se em 1913 os mocambos não só “cercavam a cidade como um babado” como estavam “enquistados em áreas mais urbanizadas”, em 1939 essa situação devia ser aterradora. Já não se diferenciava a figuração da cidade da imagem do mocambo (PONTUAL, 2001, p. 427).

Retonando ao sudoeste do Recife, a generalização dos mocambos como forma de autoconstrução própria das populações pobres da cidade teve também lugar nas terras dos antigos engenhos de açúcar. A similaridade entre a gravura que representa o mocambo no Pina (Figura 2) e as habitações registradas em fotografia nas terras do que foi o Engenho Jiquiá, quando da passagem do *Graf Zeppelin* no Recife (Figuras 3 e 4), atestam que os mocambos tornaram-se também parte da paisagem naquela porção do Recife.

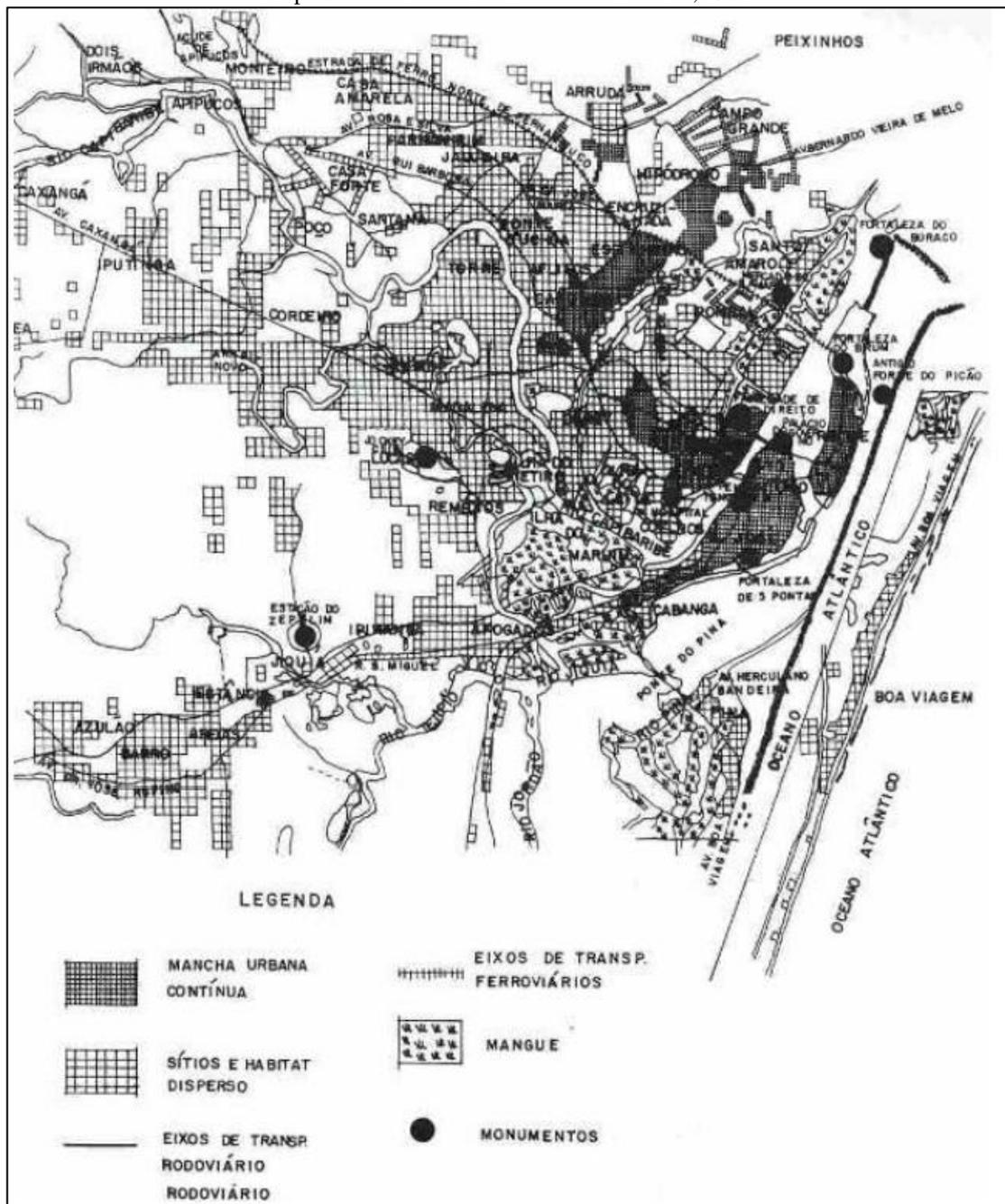
Figuras 3 e 4 – Habitações no Campo do Jiquiá, década de 1930



Fonte: FIGUEIREDO, Jobson. *Zeppelin no Recife*. Recife: Poço Cultural, 2015.

Paralelamente ao crescimento da quantidade de mocambos no Recife, a mancha urbana da cidade se expandiu rumo a oeste, tendo como eixos dessa extensão as rodovias e estradas de ferro. Em planta do Recife de 1932 (Mapa 04) já se verifica uma faixa contínua de crescimento da cidade na direção sudoeste, já estando denominados na carta o Jiquiá, a Estância, Areias e Barro. No entanto, entre este primeiro eixo de crescimento e o que se desenvolve margeando a Av. Caxangá, verifica-se uma área extensa em branco, sem nenhuma representação na legenda.

Mapa 04 – Planta do Recife e seus arredores, 1932



Fonte: Barreto (apud Vasconcelos e Sá, 2011).

Embora na planta de 1932 a área correspondente ao Jiquiá encontre na legenda apenas a característica de sítios e habitat disperso, aglomerados de maior densidade que os povoados coloniais já se encontravam em consolidação. Um ano antes, ainda no contexto da passagem do dirigível alemão *Graf Zeppelin*, registraram-se fotografias em que é possível observar uma parte do que seria o Jiquiá naquela época (Figura 05), nas proximidades da torre de aterrissagem que lá permanece nos dias atuais (registrada no mapa 04 como monumento). Se a imagem nos permite, por um lado, confirmar que se tratavam de habitações ainda muito espaçadas, por outro, já seria esta uma paisagem diferente dos engenhos que hegemonizavam o sudoeste do Recife nos séculos passados.

Figura 05 – Vista para o Campo do Jiquiá



Fonte: FIGUEIREDO, Jobson. *Zeppelin no Recife*. Recife: Poço Cultural, 2015.

O que as imagens obtidas no contexto da passagem do dirigível e de sua atracação no Campo do Jiquiá (Figuras 03, 04 e 05) revelam é que a multiplicidade do padrão construtivo das habitações já era uma marca do Recife naquele contexto. Os mocambos representavam uma forma de autoconstrução daquelas populações que, recém-saídas do julgo da escravidão, seguiam despossuídas de terra e de condições mínimas para a construção de alvenaria. Não por acaso, a imagem do mocambo repete-se sempre nas margens de córregos, áreas suscetíveis a enchentes, como as que ocorreram nos anos de 1896 e 1924 (ANDRADE, 1987). Veremos que também estes eventos influenciaram a produção das paisagens no Sudoeste do Recife.

### 3.2 OS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO NO SUDOESTE DO RECIFE

Os mocambos, que se generalizaram no Recife na primeira metade do séc. XX interessaram-nos em particular pela similaridade em relação as formas de autoconstrução que o sucederam e que continuam a marcar presença nas paisagens do Recife contemporâneo. Saindo da perspectiva que enxerga as paisagens apenas em sua materialidade, pensando-as como maneiras de ver que traduzem referentes ideológicos, foram também os mocambos alvos de distintos discursos e ações por parte dos demais agentes produtores do espaço. Pesaram sobre o mocambo o estigma da moradia irregular, da construção em áreas sem título de propriedade, as insalubridade e da proliferação de doenças, chegando na década de 1930 esta estigmatização ao seu auge, ensejando maneiras de ver que justificavam maneiras de agir para a eliminação física desta modalidade de construção na cidade.

Por outro lado, foi o mocambo uma das poucas alternativas de moradia de uma parcela imensa da população que historicamente não teve acesso a terra seja no espaço rural ou nas emergentes cidades. O registro de crianças, em sua maioria negras, banhando-se em córrego nas proximidades do Campo do Jiquiá (Figura 06), dimensiona a relação que as populações mais pobres da cidade estabeleceram com suas águas, uma relação de moradia que começa com os mocambos, mas que atravessa o tempo e transforma-se nas palafitas das margens dos rios do Recife.

Figura 06 – Crianças no Campo do Jiquiá



Fonte: FIGUEIREDO, Jobson. Zeppelin no Recife. Recife: Poço Cultural, 2015.

Construídos por agentes produtores do espaço que poderiam ser considerados, conforme define Corrêa, “grupos sociais excluídos”, os mocambos proliferavam-se pelo

Recife. Na década de 1930, teve início a mais forte repressão a sua existência. Virgínia Pontual assim descreve tal processo:

Com o interventor Agamenon Magalhães, o combate aos mocambos tornou-se uma das principais linhas de ação do Estado Novo em Pernambuco. Num primeiro momento, a atuação do governo de Agamenon Magalhães caracterizou-se apenas pela destruição dos mocambos; porém, após as articulações com as carteiras prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), assistiu-se a um surto construtivo de vilas habitacionais destinadas às entidades profissionais e corporativas e aos segmentos profissionais não-organizados (PONTUAL, 2001, p. 427).

A violenta ação contra os mocambos foi uma marca do Estado Novo em Pernambuco, uma ação que expressava a posição do Estado como agente produtor do espaço que naquele momento operava não só pela eliminação do mocambo da paisagem da cidade, como apresentava a construção de vilas como alternativa ao mesmo. Nossa compreensão das paisagens como maneiras de ver, constituídas a partir de referentes ideológicos, nos impele a indagar: sob quais referentes ideológicos tais ações se justificavam? Acreditamos que no caráter “modernizador” do Estado Novo está contido o ideário que legitimou naquele momento a luta contra o mocambo. Segundo Leite

O interventor anunciava: Não tem conversa. O mocambo é um mal e como tal deveria ser extirpado. Mal contra a saúde e social. ‘Mal social e célula de descontentamento aberta a todas as infiltrações que provocariam explosões sociais’. O Estado Novo queria um novo homem, transformando o atraso em modernidade. Um homem capaz de participar com seu trabalho e a sua crença no futuro, na edificação de um novo Brasil. O Estado Novo buscou permanentemente inculcar sua concepção de mundo e seus valores, dentro de uma tradição corporativa, embasado no modelo tradicional de família, deus, pátria e ordem. Ele se significava como a superação das estruturas arcaicas e rurais que sustentavam o Brasil antes de 1930. O mocambo era incompatível como o novo homem brasileiro articulado pelos mentores do Estado Novo (LEITE, 2010 p. 02).

Nos referentes ideológicos de uma época marcada pela transição do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial, da substituição das importações, do crescimento das indústrias e da ideia de modernização, deflagra-se uma guerra contra os mocambos no Recife. Um enfrentamento que implicava não apenas na destruição das habitações, mas da produção de discursos que justificassem tal medida. Discursos que chegaram a associar o mocambo a subversão da ordem política, como o que foi proferido pelo interventor Agamenon Magalhães.

A investida do Estado Novo contra os mocambos aumentava a pressão por habitação, pelo que foram construídas vilas habitacionais como política que buscava conter o

crescimento da quantidade de mocambos (PONTUAL, 2001). Esta situação inaugura um tipo de intervenção que está presente em diversos bairros do sudoeste do Recife, na qual o Estado passa a ser produtor de habitações populares. Souza (apud. BRAGA, 2014) identifica três momentos distintos na política habitacional do Recife: entre 1965 e 1978, marcado pela pressão das grandes empresas de construção civil e pela execução de conjuntos habitacionais; o segundo, entre 1979 e 1986 (ano em que o Banco Nacional de Habitação – BNH é extinto), que representa a construção dos COHABs; e o terceiro, entre 1987 e 2000, caracterizado pelo declínio dos programas convencionais. Estão fora desta divisão tanto o período que antecede ditadura civil-militar de 1964, como o período pós 2000, quando se estabeleceram novas políticas de habitação.

Embora as políticas de habitação tenham se desenvolvido no Recife em geral, e na RPA 05 em particular (Figura 07), tais programas não substituíram nem fizeram cessar o processo de autoconstrução nos bairros de população mais pobre. Contudo, a construção das vilas e dos conjuntos habitacionais promovidas pelo Estado imprimiam na paisagem um padrão e regularidade nas formas contrastante com as áreas de autoconstrução.

Figura 07 – Vila Popular De Areias, Início Dos Anos 1950



Fonte: CAVALCANTI, Carlos Bezerra. O Recife e seus bairros. Recife: Câmara Municipal, 1998.

A instalação de fábricas, as primeiras políticas habitacionais e expansão da autoconstrução foram progressivamente transformando a paisagem rural que persistia no Sudoeste do Recife, conferindo a este outra feição, predominantemente urbana. Nesta transição é possível identificar os agentes produtores do espaço que desenvolveram e que contemporaneamente desenvolvem suas atividades na cidade. Destacaremos, daqui por diante,

o papel que cada um desses agentes (a saber: o Estado, os proprietários de terra, os promotores imobiliários e a população pobre) desempenha no contexto da RPA 05 do Recife. Para aproximar, tanto do ponto de vista da escala cartográfica, quanto no marco temporal a caracterização da do Sudoeste do Recife ao período atual, recorreremos mais uma vez as fotografias e também as imagens de satélite disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife<sup>3</sup>.

Acerca do Estado, enquanto agente produtor no do espaço do Recife, já tecemos alguns comentários, a exemplo da sua intervenção no que diz respeito a repressão aos mocambos no período varguista. De lá para cá, esta atuação se tornou mais complexa, com a distribuição de responsabilidades entre as diferentes esferas e poderes do próprio Estado. Decisões tanto em escala federal, estadual ou municipal podem interferir na atuação deste agente em uma data localidade, lembrando que este não só constrói, como possui lotes de terra e regula a ação dos demais agentes. No Sudoeste do Recife é possível identificar esta multiplicidade de atribuições do Estado, responsável por ações como a pavimentação de ruas, mas também pela construção de prédios de repartições públicas (a exemplo da Justiça Federal, localizada na divisa entre os bairros San Martin e Curado), de conjuntos habitacionais e da regulação do uso do solo na RPA 05.

O fato de ser o Sudoeste do Recife uma das áreas de mais recente incorporação a mancha urbana contínua da cidade faz com que ainda haja nele áreas verdes de grande proporção, com vegetação secundária, uma vez que boa parte destas áreas pertenceram a antigos engenhos. Nesse sentido, a ação do Estado, na esfera municipal, incorporou também a demarcação de áreas protegidas, para as quais a ocupação com habitações, indústrias e outras construções não avançou. Na lei de uso e ocupação do solo (LUOS) aprovada em 1996, seis das 21 unidades de conservação municipais (UCM) criadas estavam localizadas na RPA 05<sup>4</sup>, naquele momento a área da cidade com o maior número de UCM. Observando o mapa da microrregião 5.3 (Mapa 05) é possível compreender a dimensão da medida promovida pelo município.

---

<sup>3</sup> Os mapas e imagens de satélite do Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife, produzido em 2005, encontram-se disponíveis em: <<https://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/downloads.html>>. Acesso em 30 out. 2017.

<sup>4</sup> Lista das Unidades de Conservação do Recife. Disponível em <[http://meioambiente.recife.pe.gov.br/sites/default/files/midia/arquivos/pagina-basica/lista\\_das\\_ucs\\_do\\_recife.pdf](http://meioambiente.recife.pe.gov.br/sites/default/files/midia/arquivos/pagina-basica/lista_das_ucs_do_recife.pdf)>. Acesso em 05 nov. 2017.

Mapa 05 – Microrregião 5.3 do Recife



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife.

Nos bairros do Curado e do Barro a presença das unidades de conservação inibiu o avanço das construções, diferentemente do que ocorreu nos bairros de Jardim São Paulo, Totó, Coqueiral, Sancho e Tejipió.

Os proprietários fundiários continuaram a existir, com muito menos domínio que os antigos senhores de engenho, mas ainda possuidores de parcelas importantes do território do município. No Sudoeste do Recife, poucos terrenos de grande extensão restam que pertençam a propriedades familiares, a exemplo da família Brennand, que na RPA 04 continua dona de terrenos extensos. Boa parte do que foram os engenhos da atual RPA 05 tornaram-se loteamentos e áreas cuja ocupação predominante é a habitação.

Entre os bairros Jiquiá e San Martin, no entorno do edifício sede da Justiça Federal, localiza-se um desses poucos terrenos. Em consulta a imagens de satélite de 2002<sup>5</sup> e 2016 (Figura 08), pode-se constatar que a área permaneceu sem ocupação por pelo menos 14 anos. No entanto, após ocupação urbana realizada no ano de 2015<sup>6</sup>, a empresa dona do terreno entrou com pedido de reintegração de posse, pois possui para a área projetos como a construção de um condomínio residencial, além de um shopping que se planeja ali instalar. Portanto, percebe-se que há uma relação entre a propriedade da terra e os projetos planejados pelos promotores imobiliários, fazendo com que estes dois agentes – como propunha Corrêa – atuem em conjunto através da especulação com os valores de terrenos que, até se tornarem viáveis economicamente, permanecem sem utilização. A Ocupação Olga Benário, que tem noticiada sua remoção do terreno aparentemente sem uso (na perspectiva da população), mas com uso especulativo, representou uma intervenção do movimento social de moradia em um contexto no qual poucos terrenos de grande porte restam para serem incorporados com finalidade habitacional.

---

<sup>5</sup> Consultar imagem da Microrregião 5.1. do Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife. Disponível em < [https://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/doc/mapas/satelite/micro5\\_1.jpg](https://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/doc/mapas/satelite/micro5_1.jpg)>. Acesso em 30 out. 2017.

<sup>6</sup> Notícia de retirada de ocupação no terreno destinado a construção dos empreendimentos *EcoCity Jiquiá* e *Shopping Metropolitano*. Disponível em <<http://g1.globo.com/pe/pe-noticias/2015/05/terreno-com-15-mil-barracos-e-desocupado-no-jiquia-no-recife.html>>. Acesso em: 28 jun. 2016 .

Figura 08 – Terreno na RPA 05, entre os bairros San Martin E Jiquiá



Fonte: Google Maps. Acesso em: 28 jun. 2016.

Os conflitos envolvendo o terreno supramencionado envolvem tanto os agentes econômicos - proprietários de terra e capital imobiliário – quanto as populações pobres e o Estado. Alvo de ocupações urbanas, com projetos imobiliários e comerciais propostos nos conselhos de política urbana da cidade, a área é também sofre intervenções do Estado, na esfera municipal. Na figura 08, identificamos ao lado do terreno o Campo do Jiquiá, UCM que a Prefeitura do Recife pretende transformar em espaço de lazer e entretenimento. Pela multiplicidade de agentes envolvidos, que expressam em suas ações perspectivas diversas a respeito do futuro desta área, isto é, distintas maneiras de ver, será ela alvo de especial atenção no decorrer deste trabalho. Veremos que os discursos sobre o futuro desta área traduzem maneiras distintas de ver a cidade, revelando os referentes ideológicos que justificam ações contra ocupações, pautando-se por ideias de modernização e revitalização do local.

Os chamados grupos sociais excluídos englobam uma diversidade de populações que participam do processo de produção do espaço também de forma diversa. Se considerarmos, para simplificação da expressão, que são estas as pessoas de menor renda da cidade, que historicamente não tiveram acesso a terra e que participam nas relações sociais de produção entre aqueles que não são proprietários de meios de produção, inúmeras são as possibilidades diferentes de intervenção dessas pessoas na cidade. É o que se verifica na história do Recife, e particularmente do sudoeste recifense. Entre as formas de participação na produção da cidade destes agentes produtores, a autoconstrução se destaca. Despossuídos dos terrenos de maior

valor de troca, passam a ocupar as áreas que margeiam rios e córregos, bem como as encostas dos morros.

Serrano (2006), ao analisar uma área de autoconstrução no bairro Jardim São Paulo, destaca com um importante exemplo como se realiza a ação das populações pobres no Sudoeste do Recife. O lugar em questão é a comunidade Planeta dos Macacos, cuja ocupação teve início em 1975. Impulsionada por uma severa enchente que acometeu naquele ano o Recife, a ocupação em 1976 (Figura 09) possuía um padrão de construção muito semelhante ao dos mocambos. Em trinta anos, percebe-se uma mudança relevante no padrão construtivo do lugar, mas dois elementos se preservam: a autoconstrução e a população que a realiza.

Figura 09 – Planeta dos Macacos, Jardim São Paulo, 1976



Fonte: Jornal da Cidade. In: SERRANO, Maria José Vitoriano. **Planeta dos Macacos**: a negação do pertencer ao lugar e suas implicações na construção do espaço do cidadão. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-graduação em Geografia, UFPE, 2006.

Figura 10 – Planeta dos Macacos, Jardim São Paulo, 2006



Fonte: Amós Serrano. In: SERRANO, Maria José Vitoriano. **Planeta dos Macacos**: a negação do pertencer ao lugar e suas implicações na construção do espaço do cidadão. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-graduação em Geografia, UFPE, 2006.

Prosseguindo a comparação entre as figuras 09 e 10, desta feita quanto ao que as distingue, nota-se a substituição das construções com materiais menos resistentes por casas de alvenaria, ainda sem acabamento em sua quase totalidade. Algumas das casas de alvenaria também possuem laje e um segundo piso. Este crescimento vertical das habitações autoconstruídas soluciona a ausência de condições para obter novos terrenos. Muitas seriam as explicações para as diferenças entre a forma de autoconstrução que os mocambos e as palafitas representavam (e continuam a representar) e àquelas que a autoconstrução das habitações na atualidade representa. Não é nosso objetivo investigar as causas desta transformação, mas sim como estas expressam, através da paisagem, contra-hegemonias na produção da cidade. Contudo, poderíamos supor que o aumento da renda média das populações mais pobres, bem como a expansão do acesso ao crédito a esta parcela da sociedade, teriam possibilitado o melhoramento das construções durante os trinta anos de intervalo entre as imagens. Da mesma forma, foi a área alçada a condição de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) em 1994, de modo que teve a segurança de que as políticas de remoção não a atingiria.

Seja através da autoconstrução, como também pelo acesso a políticas habitacionais promovidas pelo Estado, os chamados grupos sociais excluídos participam como agentes da produção do Sudoeste do Recife de forma intensa. Entre as áreas pobres mais densas, em

áreas de planície da cidade, está o bairro de San Martin (CLEMENTINO e SOUZA, 2009). Nos bairros da Mustardinha (Figura 11) e Mangueira, construções semelhantes às observadas na figura 10 são encontradas, o que caracteriza também a autoconstrução como importante marca de suas paisagens, reveladora dos agentes que ali residem.

Figura 11 – Av. 21 de abril, bairro Mustardinha



Foto: Gabriel Augusto. Data: 12 nov. 2017

A autoconstrução empreendida pela população de baixa renda nas cidades tem sido historicamente alvo de estigmatização. O exemplo da perseguição aos mocambos, no contexto da década de 1930, poderia encontrar semelhanças com as desapropriações e reintegrações de posse que contemporaneamente se realizam. A ocupação que mencionamos, nas proximidades do Campo do Jiquiá, realizou-se em propriedade que há pelo menos 14 anos não vem sendo utilizado para cumprir qualquer função social. Contudo, ainda que esteja incompatível com a legislação vigente, que prevê que as propriedades devam atender a função social, apenas a ocupação é considerada “ilegal” sob a ótica da decisão judicial, reproduzida através da reportagem. A definição sobre o que é legal e ilegal, regular ou irregular, sustentável e insustentável acaba por ser construída tendo como suporte referentes ideológicos da cultura dominante.

Na construção das maneiras de ver e de agir dos chamados grupos sociais excluídos, percebemos ao menos duas formas de resistência. A primeira é aquela que se realiza quase que de forma espontânea, onde permanecer na cidade por si só já se configura como

resistência e a autoconstrução é a principal tática para lograr êxito. A segunda forma é a dos movimentos sociais urbanos, que organizam conscientemente a luta das camadas populares no sentido de atender as demandas, como é o caso da habitação. Nestas duas formas de agir, podem se constituir formas de ver o espaço que tenham a perspectiva do valor de uso acima da do valor de troca, isto é, tanto para a autoconstrução quanto para a ação dos movimentos sociais o que está em jogo é a realização de um uso, que é concreto, como a moradia, mas também simbólico, pois envolve as relações que os sujeitos estabelecem com os lugares onde vivem e com as pessoas com que convivem.

Diferentemente dos agentes imobiliários e dos proprietários de terra, para os quais a produção do espaço e as maneiras de ver (estética das mercadorias da cidade) estão orientadas para a realização do valor de troca, a edificação dos chamados puxadinhos da autoconstrução pode até ter como consequência uma venda futura, mas seu objetivo original se relaciona com o uso habitacional. Por colocar, através de sua ação, a perspectiva do valor de uso acima da perspectiva do valor de troca, entendemos que os sujeitos que participam dos processos de autoconstrução e dos movimentos sociais podem também constituir maneiras originais de ver a cidade, nas quais a paisagem não se resume a embalagem das mercadorias urbanas, passando a expressar valores que não de troca, mas de uso desde a perspectiva mais pragmática – o habitar – ao sentido mais subjetivo, isto é, das relações que os sujeitos estabelecem em seus locais de moradia, de vizinhança, da cooperação para a autoconstrução, da formação de identidades coletivas.

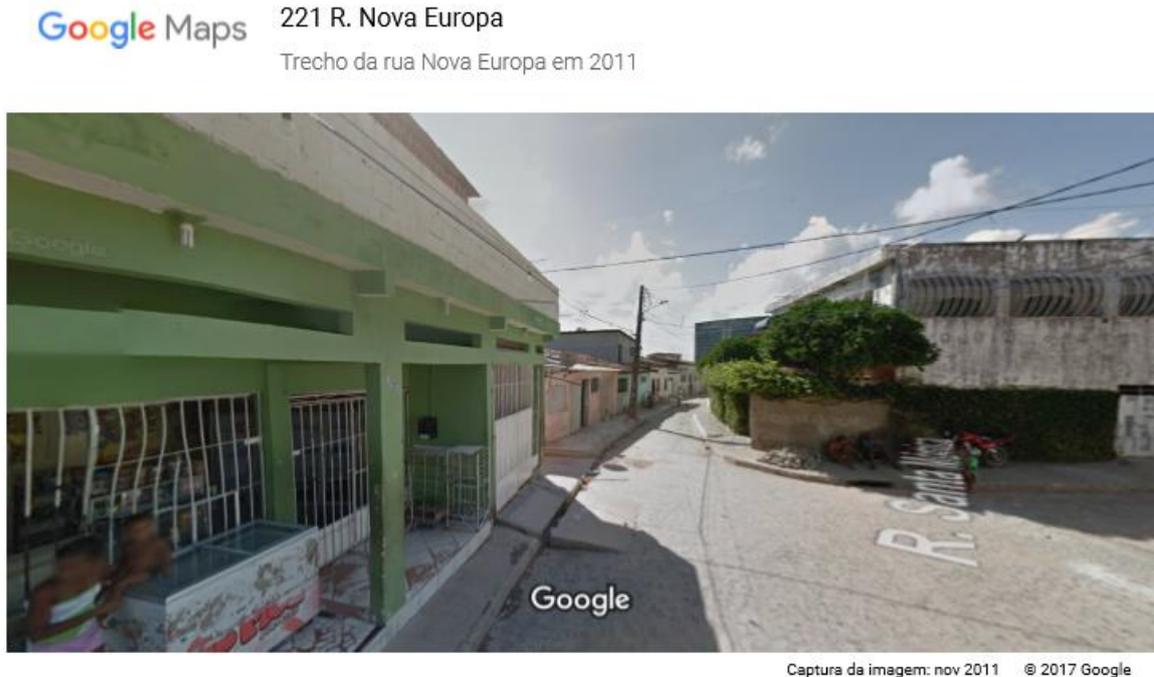
### 3.3 TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA PAISAGEM: A VERTICALIZAÇÃO DAS HABITAÇÕES E A PERSPECTIVA DO VALOR DE USO

Para apresentar a verticalização das habitações que resultaram de autoconstrução no Sudoeste do Recife, transformação recente do ponto de vista histórico, o uso dos mapas e imagens de satélite apresenta limitações. Primeiro, porque a “vista de cima” que essas ferramentas proporcionam não nos permite observar o crescimento vertical das habitações. Segundo, porque pensando as paisagens como maneiras de ver, importa que estejamos atentos não somente ao que foi ou é construído, mas também como as pessoas percebem tais transformações e com elas interagem.

Com o auxílio do *Google Street View*, buscamos apresentar o que denominamos crescimento vertical das habitações. Tomemos como exemplo a Rua Nova Europa, no bairro San Martin (Figuras 12 e 13), que fica nas imediações do edifício da Justiça Federal, portanto

também próxima do terreno ao qual nos referimos na figura 08. Na primeira imagem conseguimos observar ao fundo o edifício do judiciário federal, enquanto no prolongamento da rua Nova Europa pode-se identificar, sobretudo ao lado esquerdo da imagem, habitações mais modestas logo após o que parece ser um pequeno mercado.

Figura 12 – Rua Nova Europa, San Martin (2011)



Fonte: Google Street View.

Na sequência, observamos o mesmo trecho da Rua Nova Europa, agora no ano de 2015 (figura 13). Com maior dificuldade, é possível visualizar o edifício da Justiça Federal ao fundo da imagem, como também o pequeno mercado, que serviram como referência para atestar que, em tempos diferentes, trata-se do mesmo trecho da rua. No entanto, ao lado esquerdo (após o mercado) o que se observa é um crescimento vertical de praticamente todas as habitações localizadas no prolongamento da rua.

Google Maps  
 Figura 13 – Rua Nova Europa, San Martin (2015)  
 209 R. Nova Europa  
 Trecho da rua Nova Europa, 2015



Captura da imagem: nov 2015 © 2017 Google

Fonte: Google Street View.

Inúmeros outros locais do Sudoeste do Recife, em diferentes bairros, poderiam ser utilizados para exemplificar o que chamamos crescimento vertical das habitações que resultaram da autoconstrução. A construção de um primeiro andar nessas habitações tem possibilitado o surgimento de diversas configurações: pequeno comércio familiar no térreo e moradia do primeiro andar; ampliação do domicílio já existente; divisão do domicílio existente em dois.

É possível distinguir estas três formas de ocupação pela simples observação das fachadas das construções. Quando há um pequeno comércio, este fica no térreo e aberto para entrada de pessoas. Se tratando de mais de um domicílio em uma mesma construção, podem ser identificadas modificações na rede elétrica, geralmente com mais de um relógio contador de consumo de energia na fachada, isso quando não há uma escada de acesso ao domicílio que fica na parte de cima da construção. Casas na rua Des. Lopes Gama (Figura 14), nas proximidades do Campo do Jiquiá, possuem esta configuração.

Figura 14 – Rua des. Lopes Gama, Jiquiá, 2013



Fonte: Google Street View.

Nas avenidas mais movimentadas de bairros como Mustardinha, Mangueira, San Martin e Jardim São Paulo, o uso habitacional divide espaço com o uso comercial. No entanto, adentrando as ruas menos movimentadas, o que se percebe é a predominância do uso dos domicílios conjugados para fins habitacionais. A existência de pequenos comércios não significa o abandono da perspectiva do valor de uso pela do valor de troca, pois o uso comercial que é dado a estes domicílios não tem como finalidade a acumulação de capitais ou a especulação imobiliária, visando em sua maioria atender as demandas básicas da família que instalou ali seu comércio que, mesmo possuindo estabelecimento fixo, poderia ser considerado parcialmente informal.

A perspectiva de verticalização que a autoconstrução trás consigo difere da forma convencional com que lidamos com o fenômeno da verticalização sob a ótica dos agentes imobiliários. No caso do segundo, a verticalização não visa atender a demanda da cidade por habitação e a diminuição com isso de seu déficit habitacional, mas tem como primeira finalidade a disponibilização de mercadorias urbanas através das quais seja possível a reprodução do capital. Verticalizar seus domicílios, em se tratando das populações pobres da cidade, tem uma finalidade associada ao uso habitacional, não sendo a prioridade a realização do valor de troca.

A este valor de uso, acrescente-se que nos locais de moradia se estabelecem também as relações familiares, de vizinhança e processos que dizem respeito a relação subjetiva que as pessoas tem com o espaço, sendo necessário incorporar a esta perspectiva do valor de uso um valor subjetivo e afetivo das pessoas com os locais de moradia. Baseando-nos nesta perspectiva ampliada do valor de uso que a autoconstrução trás consigo, é que pretendemos entender não só a materialidade do fenômeno – o crescimento vertical das habitações – mas como este contribui também para a construção de referentes ideológicos e, como consequência, de maneiras de ver a cidade distintas daquelas que tenham na realização do valor de troca sua principal intenção. Para desvendar estas maneiras de ver, será necessário deslocar a atenção dos agentes produtores do espaço – uma perspectiva mais generalizante - para os sujeitos que, de forma concreta, participam do cotidiano do Sudoeste do Recife como representações desses agentes.

#### 4 PAISAGEM E CONTRA-HEGEMONIA: DA ESTÉTICA DA CIDADE MERCADORIA ÀS PAISAGENS DA CULTURA POPULAR

Neste capítulo iniciamos propriamente a apresentação e discussão das maneiras de ver e dos referentes ideológicos que as justificam. Destacado o papel de cada agente produtor do espaço no contexto do Sudoeste do Recife, passamos a apresentar os discursos pronunciados por sujeitos que representam posições de um determinado agente. Daremos ênfase neste capítulo ao caso que envolve o terreno delimitado na figura 08 e o Parque do Jiquiá, localizado imediatamente ao lado deste terreno. O faremos por ser este caso permeado por discursos de diferentes sujeitos sobre uma mesma localidade; sujeitos que representam o Estado, os proprietários de terra, o capital imobiliário e a população pobre que reside nas imediações. Considerados como resultados que expressam maneiras de ver dos sujeitos não apenas nas suas falas, mas nas produções de imagens publicitárias, declarações em jornais, vídeos de divulgação de empreendimentos privados ou de projetos do poder público, entrevistas concedidas em 20 reportagens de um jornal comunitário local e argumentos com os quais entramos em contato a partir das atividades em campo.

Para contextualizar as posições sobre o processo que envolve a área em discussão, é importante que informemos como cada agente produtor do espaço tem projetado e atuado nas transformações locais recentes. Tanto agentes imobiliários, como o Estado e a população pobre têm construído simultaneamente intervenções nas proximidades do Parque do Jiquiá que denotam os projetos que possuem para tal área.

Os agentes imobiliários planejam, há pelo menos sete anos, a construção de dois empreendimentos principais – um shopping e um condomínio residencial - ao redor dos quais seria inaugurado um “bairro planejado”<sup>7</sup>. Apresentado em 2011 ao poder público municipal por representantes das empresas responsáveis pelo projeto<sup>8</sup>, o empreendimento inicia os trâmites legais para viabilizar sua execução no início de 2012. Paralelamente as tratativas legais exigidas para projetos de grande porte, começam empresas a divulgar peças publicitárias nas quais são projetadas imagens de como ficaria o terreno após a finalização das obras do *Shopping Metropolitano* e *EcoCity Jiquiá* (nome dos dois principais empreendimentos). Através das peças publicitárias e de documentos exigidos para o licenciamento da obra torna-

<sup>7</sup> Assim denominado em sites de divulgação de construtoras e empreendimentos imobiliários, bem como em notícias veiculadas na mídia.

<sup>8</sup> “João da Costa discute projeto para construção de bairro sustentável e novo shopping. Disponível em <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/27/12/2011/joao-da-costa-discute-projeto-para-construcao-de-bairro-sustentavel-e-novo>>. Acesso em 22 jan. 2018.

se possível compreender parcialmente a paisagem que se propõe para a área. Já em 2018 as obras dos dois empreendimentos não iniciaram, no entanto verificaram-se neste intervalo transformações promovidas por parte dos proprietários do terreno que alteraram a paisagem local e as relações que as populações do entorno estabeleciam com o terreno, ao lado do qual localizam-se as autodenominadas comunidades do Caxito e Cabeça da Vaca.

Como já nos referimos anteriormente, ao Estado enquanto agente produtor do espaço cabe não apenas o papel de viabilizar a construção de prédios públicos, habitações em políticas sociais e obras de pavimentação drenagem; é também este um regulador da ação dos demais agentes. No que concerne ao caso empírico que passamos a abordar, o Estado se faz presente em suas múltiplas atribuições e esferas de poder. A União detém o prédio da Justiça Federal, circundado pelo terreno onde se pretende construir o shopping e o condomínio residencial; ao município pertence à Unidade de Conservação Municipal Parque do Jiquiá. Além de proprietário, o papel regulador do Estado se apresenta na medida em que este assegura a manutenção da propriedade do terreno destinado ao projeto dos agentes imobiliários e gere os conflitos entre os proprietários fundiários e moradores das comunidades circunvizinhas.

No terreno da UCM, a Prefeitura do Recife tem em execução a implantação do *Parque Científico e Cultural do Jiquiá*, cujo contrato de elaboração do projeto foi celebrado março de 2012. Inconcluso desde então, as áreas circundantes a um dos equipamentos públicos do que seria o futuro parque acabaram por serem ocupadas por autoconstrução também em 2012, paralelamente as primeiras obras do parque. Para compreender como o Estado participa da produção das paisagens, recorreremos aos projetos elaborados pela administração pública para a área e a falas de gestores acerca das ações no local, quais sejam: a construção do parque e a mediação entre os agentes imobiliários a população residente na comunidade do Caxito, Cabeça de Vaca e no terreno do próprio Parque do Jiquiá.

Os bairros que circundam a área em discussão (Jiquiá, San Martin, Mustardinha/Mangueira) tem expressiva ocupação por parte de uma população mais pobre, que utilizou por vezes a autoconstrução como procedimento para o acesso à moradia. Apresentam-se como exemplo disso as comunidades do Caxito e Cabeça da Vaca, localizadas em uma das extremidades do terreno onde se pretende implantar o condomínio residencial e o shopping acima referidos. Na área destinada à construção do Parque do Jiquiá, uma ocupação mais recente (2012) que as comunidades já consolidadas se estabeleceu preenchendo com habitações uma área de interesse para a prefeitura. Além disso, foi o terreno dos agentes

imobiliários objeto de uma ocupação urbana no ano de 2015, realizada pelo Movimento de Luta nos Bairros (MLB) e denominada Ocupação Olga Benário<sup>9</sup>. A ocupação esteve por cerca de um mês no terreno, que logo foi objeto de reintegração de posse concedida judicialmente em favor dos proprietários da área ociosa e realizada pelo governo do estado de Pernambuco através do uso da força policial. Aqui buscamos compreender a perspectiva dos moradores e moradoras, além do contato direto com os mesmos, através das entrevistas concedidas em jornais locais; a exemplo do jornal comunitário *Informativo*, que noticiou os conflitos envolvendo as comunidades e os agentes imobiliários.

Poderíamos resumidamente destacar os agentes envolvidos mais diretamente com a disputa pela área e que expressam esta disputa na paisagem (figura 15): os agentes imobiliários, detentores do terreno onde se pretende a construção de um shopping e um “bairro planejado” (destaque em vermelho); o Estado, enquanto mediador dos conflitos e gestor de bens públicos (destaque em azul claro e amarelo); os grupos sociais excluídos, enquanto promotores de ocupações urbanas (destaque em rosa: ocupação Olga Benário; destaque em verde: Caxito e Cabeça de Vaca; destaque em laranja: ocupação em terreno do Parque do Jiquiá).

Figura 15 – Áreas de atuação por agente produtor do espaço



Disponível em: <<https://sscrecife.files.wordpress.com/2011/12/ecocity.jpg?w=497&h=541>>. Acesso 22 jan. 2018 (adaptado pelo autor - original com destaques em vermelho e amarelo).

<sup>9</sup> Notícia do Jornal “A Verdade”, que mantém relação com o MLB, acerca da Ocupação Olga Benário. Disponível em: <<http://averdade.org.br/2015/05/ocupacao-olga-benario-resiste/>>. Acesso em 23 jan. 2018.

As áreas identificadas na figura 15 informam de maneira aproximada onde cada um dos agentes concentra mais acentuadamente seu domínio e atividades. No entanto, tais divisões não se apresentam como limites, havendo interpenetrações e práticas desenvolvidas pelas populações do entorno no terreno destinado aos empreendimentos, bem como na própria UCM Parque do Jiquiá. Para se deslocar e ter acesso rápido as avenidas de maior circulação de transporte no local, os moradores utilizam o terreno dos agentes imobiliários com passagem. Neste, há ainda campos de futebol utilizados pela população, de modo que seu uso, embora seja exercido nos limites do que é permitido pelos proprietários, é exercido por quem mora na sua proximidade.

Destacados os agentes que interagem na produção do espaço, passamos a discutir como a ação de cada um desses repercute em termos de produção das paisagens. Levou-se em consideração aquilo que já foi realizado de transformações recentes, o que se planeja realizar, as representações, imagens e percepções construídas no conflito sobre os rumos das áreas.

#### 4.1 A ESTÉTICA DA CIDADE MERCADORIA: MANEIRAS DE VER DOS AGENTES HEGEMÔNICOS

Retomando os conceitos apresentados no item 1.3. deste trabalho, buscaremos compreender a produção das maneiras de ver pelos agentes hegemônicos como parte da produção de uma estética das mercadorias urbanas, referenciada ideologicamente pela aproximação das transformações da paisagem propostas pelo capital imobiliário e pelos proprietários de terra com ideias de mobilidade urbana, sustentabilidade (reaproximação da natureza) e segurança. Para apresentar estas maneiras de ver valeremo-nos de projetos e pareceres apresentados aos conselhos de política urbana do Recife, imagens das peças publicitárias de empreendimentos do capital imobiliário e falas de seus representantes em reuniões oficiais e entrevistas. Para discutir tais maneiras de ver, retornamos ao conceito de estética da mercadoria (HAUG, 1997), pelo qual chegamos à compreensão da paisagem como estética da cidade mercadoria, uma maneira de ver que objetiva potencializar o valor de troca dos empreendimentos urbanos pela construção de uma imagem em conformidade com os referentes ideológicos da cultura dominante.

Para a área que discutimos, os agentes imobiliários detêm dois projetos prioritários: a construção do condomínio residencial EcoCity Jiquiá e de um shopping. Os dois empreendimentos se articulam, tendo sido apresentados ao poder público municipal ainda no

ano de 2011, que o qualificou como “bairro sustentável” (rever nota 08) e “um novo conceito de bairro, que vai integrar planejamento, conforto, lazer, praticidade e, principalmente, sustentabilidade”. A associação do empreendimento com a ideia de sustentabilidade é uma característica que se faz presente em todas as ações de divulgação e peças publicitárias, a exemplo da logomarca (figura 16), que mescla tons de verde e azul em referência a cobertura vegetal e os cursos d’água próximos ao terreno.

Figura 16 – Logomarcas de empreendimentos previstos para a RPA 05



Fonte: Vídeos divulgação do *EcoCity Jiquiá* e *Shopping Metropolitano*. Disponíveis em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Xy6e7xnIEoY>> e <[https://www.youtube.com/watch?v=C-H\\_71Fm95M](https://www.youtube.com/watch?v=C-H_71Fm95M)>. Acesso em 26 jun. 2016.

Há, como expressam as logomarcas, uma preocupação em vincular a imagem dos empreendimentos à ideia de sustentabilidade. Tal preocupação acompanhou a criação das marcas, a elaboração dos projetos, as peças de divulgação publicitária e os documentos exigidos pela legislação urbana em vigor. No momento em que o projeto foi apresentado ao poder público, a cobertura midiática anunciava o projeto como “primeiro bairro sustentável”<sup>10</sup> ou “primeiro bairro planejado” do Recife, embora naquela altura nenhum projeto tenha sido formalmente protocolado para tramitar nos órgãos públicos responsáveis pelo planejamento urbano.

Em fala atribuída ao diretor de negócios da empresa responsável pelo projeto<sup>11</sup>, este afirma: “*vale ressaltar que não será um conjunto habitacional. Os prédios não serão iguais, nem haverá muros no bairro, pois estará totalmente integrado à cidade*”. A reportagem

<sup>10</sup> Clube da Construção Civil, congrega diretores de empresas do setor, assim noticiou a construção do *EcoCity Jiquiá*. Disponível em: <<http://www.c3clube.com.br/site/conteudo/322-ecocity-jiquia-o-primeiro-bairro-sustentavel-d.html>>. Acesso 22 jan. 2018.

<sup>11</sup> Notícia atribuída ao jornal Diário de Pernambuco, reproduzida no site da Associação Pernambucana de Shopping Centers. Disponível em: <<http://www.apesce.com.br/noticias/?id=227>>. Acesso em 28 jan. 2018.

apresenta como fio condutor do texto a diferença entre um antigo projeto para a área – de construção de um habitacional para população de baixa renda – e a proposição do bairro planejado (figura 17). Ao sublinhar os aspectos que julga diferenciarem o seu projeto de um conjunto habitacional, o diretor de negócios avalia a ausência de muro como característica que faz o empreendimento estar “totalmente integrado à cidade”.

Figura 17 – Maquete virtual do *Ecocity Jiquiá*



Fonte: Divulgação do *EcoCity Jiquiá*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Xy6e7xnIEoY>>. Acesso em 27 jun. 2016.

A maquete virtual do empreendimento fornece um panorama das áreas do seu entorno. Associada com a observação em campo é possível compreender a dinâmica da área e suas diferenças em relação ao projeto. Na figura 17, é possível observar na parte superior direita o início do Parque do Jiquiá e, ao seu lado direito a área onde se localizam as comunidades do Caxito e Cabeça de Vaca. Acima da área ocupada pela projeção do “bairro planejado”, encontra-se uma área em cinza (como todo o entorno é representado) do bairro de San Martin, majoritariamente ocupada por casas originadas em autoconstrução e comércio de pequeno porte. Nesse sentido, ainda que a alegada ausência de muro corrobore para uma ideia de integração com a cidade, há uma grande diferença entre o padrão das habitações autoconstruída do entorno e os prédios que se projeta construir naquele terreno.

Estar integrado à cidade aparece aqui como argumento positivo em favor de um projeto sem muros, quando em outros empreendimentos a presença dos muros é sinônima de segurança e exclusividade, a exemplo dos condomínios fechados. Perceber esta distinção é importante para compreender que não existe um padrão único de intervenção por parte dos agentes imobiliários no que diz respeito à elaboração de propostas de paisagem. De acordo com os valores que se pretende destacar, a presença dos muros pode ser ou não conveniente para uma estética da mercadoria em conformidade com o produto anunciado e, por conseguinte, com a expectativa de realização do uso por parte dos futuros compradores.

Se o muro, por um lado, não contribui para uma ideia de integração à cidade, valor que os empreendedores pretendem associar ao projeto, torna-se uma importante ferramenta quando este ainda não está em execução, com a finalidade de estabelecer os limites de propriedade e inibir usos distintos daquele determinado ou permitido pelos proprietários. É o que ocorre contemporaneamente com o terreno destinado ao *EcoCity* e ao shopping (destaque em vermelho na figura 16). Discutiremos no item 3.3. a repercussão desta medida no cotidiano dos moradores e moradoras do entorno.

Em registros fotográficos realizados da Av. João Cabral de Melo Neto entre os meses de dezembro de 2011 – quando o empreendimento é anunciado – e setembro de 2015 (figura 18) percebe-se uma mudança no entorno do terreno destinado à construção dos edifícios e do shopping. Inicialmente, o terreno não possuía qualquer delimitação construída, passando a ser delimitado por um muro baixo em 2013, muro que é elevado entre os anos de 2013 e 2015. Não obtivemos nenhuma explicação formal para a mudança, no entanto, entre os anos de 2012 e 2013 - quando o poder público inicia as obras do Parque do Jiquiá - parte do terreno destinado à construção de uma praça passou a ser ocupado por moradores e moradoras, que estabeleceram já naquele ano casas de alvenaria através de autoconstrução (destaque em laranja na figura 16).

Paralelamente a esta primeira ocupação, que ocorre bem em frente ao terreno do futuro shopping, o primeiro muro é levantado. Entre os anos de 2013 e 2015, o muro baixo é elevado e circunda todo o terreno do empreendimento. Também neste período ocorre a Ocupação Olga Benário (destaque em rosa na figura 16), que desta feita ocupa parte da área destinada ao projeto de bairro planejado. Nesse sentido, embora não haja confirmações, é grande a possibilidade de o muro ter se estabelecido como limite para evitar o avanço das ocupações para o terreno do empreendimento. Paralelamente a construção dos muros, a vigilância do terreno passa a ser realizada por pessoas contratadas com esta finalidade e aumenta a

limitação de acesso ao mesmo, antes mais permeável à circulação e atividades de moradores do entorno.

Figura 18 – Cercamento do terreno ao redor da Justiça Federal



Fonte: Google Street View.

No ano de 2017 pouco havia mudado em relação ao terreno, quando comparamos as imagens dos anos de 2015 e 2016 com as que registramos em campo (figura 19). Assim como nas imagens anteriores, apenas o prédio da Justiça Federal se destaca no terreno do empreendimento, enquanto as comunidades do Caxito e Cabeça de Vaca permanecem no local original. A permanência das comunidades, no entanto, tem sido objeto de discussão tanto por parte dos empreendedores, como foi objeto de discussão em audiência pública na Câmara Municipal.

Figura 19 – Registro atual do terreno ao redor da Justiça Federal



Fonte: registro do autor. Data: 17 nov. 2017.

Em julho de 2014, através de entrevista concedida ao jornal comunitário *Informativo*, a assessoria de imprensa da empresa responsável pela construção do shopping manifestou sua leitura acerca da permanência das comunidades na proximidade do terreno<sup>12</sup>. Quando perguntada sobre a necessidade de remoção de moradias para a realização das obras, a assessoria responde: “*Haverá necessidade da desocupação da população que se encontra irregularmente instalada impedindo obras determinadas pelo Setor Público ao empreendedor*”. Em seguida, quando perguntada se há algum levantamento sobre quantidade de residências que serão removidas e sobre as ações que a empresa pensa tomar para que ocorra a desocupação, responde:

<sup>12</sup> Matéria em que assessoria da empresa *Ancar Ivanhoé* responde à jornal comunitário perguntas acerca da remoção de moradias das comunidades do Caxito e Cabeça de Vaca, nas proximidades do terreno destinado à construção de um novo shopping. Disponível em: <<http://informativo.com.br/ecocity-jiquia-e-shopping-metropolitano-e-seus-desdobramentos/>>. Acesso em 22 jan. 2018.

*“São invasores que se estabeleceram sobre as margens do Rio Jiquiá e canais de drenagem desde 10 anos para cá, sob um olhar descompromissado das várias administrações municipais no que pese uma legislação ambiental definir tais ocupações como crime; [...] O Setor Público precisa atuar até porque a conta dessas doenças é maior que o esforço público de solução da questão de moradia. Ou seja, são 800 famílias que fizeram ocupação irregular na periferia do imóvel e que se sentem prejudicadas contra 160.000 famílias humildes em sua maioria, mas ordeiras, respeitadoras da legislação, pequenos empreendedores, que serão beneficiados fortemente pelo forte incremento da economia previsto para a região com o Ecocity Jiquiá”*

Nas respostas da assessoria de imprensa dos empreendedores resta clara a caracterização que possuem sobre as comunidades próximas ao empreendimento: “ocupação irregular”, “ocupação ilegal”, “invasores” cuja ocupação se configura como “crime” perante a legislação ambiental. Há ainda uma diferenciação por parte do assessor que respondeu entre os que qualificou como “invasores” e as famílias “humildes em sua maioria, mas ordeiras, respeitadoras da legislação, pequenos empreendedores”. Insalubre, irregular, ilegal, criminosa, degradadora da área em que ocorre; os argumentos de que se vale o assessor para caracterizar as ocupações recuperam argumentos que de semelhante modo foram utilizados na perspectiva de combate aos mocambos do século XX do Recife.

Na sequência da entrevista, torna o assessor a utilizar a diferenciação entre invasores e ordeiros: *“Há uma política de aproveitamento de mão de obra local sempre que formada por pessoas/famílias ordeiras e dentro da legalidade”*. A informação é assimilada pelo discurso do parecerista que recomendou ao Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) do Recife a aprovação do projeto: *“[...]tem como prática [a empreendedora] investir na formação e desenvolvimento das pessoas que moram no entorno de seus empreendimentos, aproveitando-as para trabalharem durante o período de construção e depois nas lojas”*. Esta informação associa-se a um componente forte no discurso empregado pelos responsáveis pelo empreendimento em seu favor: a criação de postos de trabalho e o envolvimento dos moradores e moradoras do entorno. Em outra reportagem, agora fala o co-presidente da empresa responsável pelo shopping:

*“O nosso compromisso é levar progresso, emprego e qualidade de vida às comunidades onde nossos shoppings estão localizados. Antes mesmo da construção, nos preocupamos em conhecer, a fundo, o comportamento e o perfil dos moradores da região, seus hábitos, cultura e demandas e seus sonhos”*<sup>13</sup>.

No discurso de empreendedores e assessores das empresas recorrentemente aparecem

---

<sup>13</sup> Matéria com fala do co-presidente da *Ancar Ivanhoé*. Disponível em: <<http://informativo.com.br/no-jiquia-para-que-o-progresso-e-a-justica-social-trilhem-no-mesmo-caminho/>>. Acesso em 22 jan. 2018.

palavras como “desenvolvimento”, “progresso” e expressões como “incremento à economia”, “desenvolvimento regional”. Também com relação a este conjunto de palavras, é possível estabelecer um paralelo entre os referentes ideológicos que motivavam as ações de remoções dos mocambos – sinônimos de atraso e insalubridade – e sua substituição por projetos habitacionais estatais consorciados com as construtoras. O progresso que aterrissava na década de 1930 no Campo do Jiquiá sob a forma de um Zeppelin, aterrissa uma vez mais, agora com um “bairro planejado”, que se apresenta no plano do discurso como contraponto “sustentável” em relação às ocupações “irregulares”.

Um último aspecto, no que concerne à posição dos agentes hegemônicos na produção do espaço urbano em Recife, encontra-se na mediação entre os interesses de tais agentes e a política urbana do município. Este obtido através de consulta ao parecer aprovado no CDU do Recife autorizando o início das obras do shopping, no qual o parecerista avalia que o empreendimento “[...] será um indutor do crescimento de nossa cidade para áreas ainda não habitadas, contribuindo para descentralização comercial e habitacional e a valorização imobiliária do entorno [...]”<sup>14</sup>. O parecer acerca do shopping foi elaborado pelo conselheiro representante da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) do Recife, alegando ser a área do empreendimento “não habitada”, pelo que o parecer aparentemente desconhece a existência das ocupações consolidadas no entorno do terreno, as quais a própria empreendedora reconhece.

Em resumo, os representantes dos empreendimentos compreendem que a paisagem, conforme projetam, inspira valores como a integração com a cidade, sustentabilidade, incremento à economia local pela geração de empregos, ordem e planejamento; a assessoria de imprensa de uma das empresas contrapõe a estes valores as ocupações, qualificando-as como exemplos de desordem, desrespeito as leis e degradação do ambiente. Compõe o discurso dos empreendedores e de seus assessores a ideia de que o projeto se estabelece contribuindo para a população do entorno, consideração mais fortemente representada pelo discurso do copresidente da empreendedora. A assessoria de imprensa exacerba esta compreensão, afirmando que o projeto beneficiará 160 mil famílias, mas expõe uma contraposição entre o que considera famílias “humildes, mas ordeiras” e as 800 que “fizeram ocupação irregular” na extremidade do terreno, referindo-se às comunidades do Caxito e Cabeça de Vaca.

---

<sup>14</sup> Íntegra do parecer favorável ao projeto do *Shopping Metropolitano* apresentado ao CDU do Recife em 12 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://licenciamento.recife.pe.gov.br/sites/default/files/Parecer%20do%20Projeto%20do%20Shopping%20Metropolitano,%20no%20Jiquiá.pdf>>. Acesso em 28 jun. 2016.

#### 4.2 O ESTADO E AS MANEIRAS DE VER O SUDOESTE DO RECIFE

Para apresentar as maneiras de ver que se relacionam com o Estado, pensado este enquanto agente produtor do espaço nos marcos do que discutimos nos itens 1.2. e 2.2., levaremos em consideração as falas de representantes de instituições de Estado em meios de comunicação, bem como projetos por este planejado ou em fase de implementação. No caso do terreno da figura 08 e do Parque do Jiquiá, é possível perceber este agente produtor do espaço em sua condição de construtor de novas edificações e também de regulador do uso e ocupação do solo pelos demais agentes. Nos discursos proferidos por representantes do Estado, sobretudo na esfera municipal, ideias como a preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural são recorrentes.

Iniciamos a discussão da perspectiva do Estado por compreender o seu papel enquanto detentor de terras no contexto do conflito entre usos e perspectivas de paisagem no Sudoeste do Recife, particularmente nas áreas anteriormente destacadas (rever figura 15). Almejando compreender a relação entre a propriedade da terra e a produção das maneiras de ver, recorreremos a uma apresentação de como a ação do Estado se verificou em termos de produção do espaço, como proponente de construções e mediador da relação entre os demais agentes. Isto implica em apresentar as percepções dos sujeitos que representam o Estado, paralelamente a apresentação de como este tem efetivamente atuado.

Está sob posse do Estado, na esfera da União, o prédio da Justiça Federal. O edifício é circundado pelo terreno que pertence atualmente aos empreendedores que ali planejam realizar a construção de um shopping e de um “bairro planejado”. O terreno do empreendimento hoje pertence à *Jiquiá Desenvolvimento Imobiliário*, já pertenceu a *Itacon Empreendimentos*<sup>15</sup>, mas antes pertencia à Fundação os Economiários Federais (FUNCEF)<sup>16</sup>, fundo de pensão dos trabalhadores da Caixa Econômica Federal. Seguindo na direção da Av. João Cabral de Melo Neto, encontra-se o Parque do Jiquiá, unidade de conservação municipal, que antes possuía como proprietária a mesma Caixa Econômica.

O que ocorreu com relação à propriedade dos terrenos foi a transferência da mesma de um banco público e do fundo de pensão de seus trabalhadores para o município do Recife e

<sup>15</sup> Notícia apresenta plano da Itacon Empreendimentos de construir um residencial destinado à população em faixa de renda entre 3 e 10 salários mínimos, projeto que antecedeu a proposição do EcoCity Jiquiá, no mesmo terreno. Disponível em: <<http://www.revistanegociospe.com.br/materia/Um-horizonte-verde>>. Acesso em 31 jan. 2018

<sup>16</sup> Alienação do terreno pertencente à FUNCEF é noticiada, atendendo a resolução do Conselho Monetário Nacional. Disponível em : <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2006/05/22/alienacao-do-terreno-de-jiquia-rendera-a-funcef-r-734-milhoes/>>. Acesso em 31 jan. 2018.

para a iniciativa privada, respectivamente. Com relação a propriedade que permaneceu sob controle do Estado, agora na esfera municipal, o prefeito de então afirmou: “*a Caixa devia todo o IPTU daqui há vários anos desse parque, fizemos o encontro de contas e pagamos 1 milhão e pouco e nos tornamos proprietários do Parque do Jiquiá*”<sup>17</sup>. Desde a aquisição, o projeto da prefeitura era construir o *Parque Científico e Cultural do Jiquiá*. Muitas foram as considerações do então prefeito do Recife, João da Costa, acerca da iniciativa, das quais destacamos trechos pertinentes para compreender a quais ideias o gestor busca associá-la:

*O Recife traz muitos desafios para quem o governa. Esses desafios são apaixonantes e nos estimulam a trabalhar para vencê-los e realizá-los. Um deles foi o de estruturar uma série de parques, locais que garantam a preservação desses espaços dentro de uma política de sustentabilidade, de lazer, entretenimento e preservação da memória histórica e cultural*<sup>18</sup>.

*Vamos começar a implementar um conjunto de parques da cidade do Recife, que articula a preservação da memória histórica, que preserva o espaço de lazer, e que são fundamentais para a gente garantir a qualidade de vida do presente e do futuro. Estamos falando do Parque do Jiquiá, do Parque dos Manguezais, da recuperação do Parque do Caiara e do Parque de Santana, da Criação do Parque de Apipucos, além do Parque Dona Lindu e do Sítio Trindade*<sup>19</sup>.

*Começamos esse processo três anos atrás, quando adquirimos o espaço da Caixa Econômica Federal. O parque está cercado por bairros de grande densidade populacional e que não dispõem de um espaço como esse, de preservação ambiental e histórica*<sup>20</sup>.

*Pra nós é um momento de grande felicidade porque é o primeiro passo para concretizar um sonho de muito tempo que é transformar aquela área num espaço de uso público do ponto de vista científico, ambiental e cultural. Uma área circundada por bairros populosos como Estância, Afogados, San Martin e Jardim São Paulo e que não dispõe de um espaço público qualificado*<sup>21</sup>

Constituem elementos que se repetem nas diferentes falas do gestor: a referências aos bairros populosos do entorno do futuro parque; o caráter de preservação ambiental – uma vez que se trata de uma unidade de conservação do município - e histórica, pelo fato de ali

<sup>17</sup> Prefeito fala no Parque do Jiquiá em evento no dia 23 de março de 2012, no qual foi assinado contrato para elaboração de projeto do parque e convênios com a UFPE para sua implementação. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=yV7Keh8wWyk>>. Acesso em 22 jan. 2018

<sup>18</sup> Fala do prefeito na ordem de serviço para restauração da Torre do Zeppelin. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/16/03/2012/prefeito-assina-ordem-de-servico-para-restauracao-da-torre-do-zeppelin-no-jiquia>>. Acesso 22 jan. 2018.

<sup>19</sup> Fala do prefeito na abertura da Semana de Meio Ambiente do Recife, faz referência a um conjunto de parques em construção/recuperação. Disponível em: < <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/05/06/2011/joao-da-costa-abre-semana-do-meio-ambiente>>. Acesso em 22 jan. 218

<sup>20</sup> Anúncio de ação conjunta do governo federal, estadual e municipal para implantação do Parque Científico e Cultural do Jiquiá. Disponível em: <<http://m.blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2009/11/16/estado-uniao-e-pecr-anunciam-parque-de-r-50-milhoes-que-junta-lazer-e-cultura-no-jiquia/>>. Acesso em 22 jan. 2018.

<sup>21</sup> Trecho de fala em evento que reuniu ministro da ciência e tecnologia do governo federal, governador de Pernambuco e prefeito do Recife, objetivando anunciar parceria na implantação do Parque Científico e Cultural do Jiquiá. Disponível em < <http://www.vermelho.org.br/noticia/119527-1>>. Acesso em 30 jan. 2018.

permanecer a torre de atracação do *Graf Zeppelin* e paióis construídos no contexto da II Guerra Mundial; a articulação deste parque com um conjunto de parques cuja finalidade incluiria atividades de lazer e cultura. No evento em que estiveram, além do prefeito, governador de Pernambuco e ministro da ciência e tecnologia do governo federal, o segundo afirmou se tratar de um “*espaço belíssimo, ligado a lugares que precisam dessa atenção. Isso dialoga com qualidade de vida, com valorização do conhecimento, com valores que estamos lutando para incorporar às novas gerações, dialoga com paz, com redução de violência*”<sup>22</sup>. O discurso acerca da qualidade de vida é retomado, acrescido de outros elementos como a promoção da paz e da redução da violência.

O secretário de ciência, tecnologia e desenvolvimento econômico do Recife, à época do lançamento do projeto de parque, reforçava em suas falas aspectos que relacionava dimensão da memória e história da cidade.

*“A torre se constitui como patrimônio único no mundo. Representa o avanço científico e tecnológico que foi o Zeppelin para a década de 30 e é uma memória viva da arquitetura do início do século XX, que encurtou pela metade a distância entre a Europa e o Brasil [...] O monumento pertencia à Caixa Econômica Federal e foi tombado pela Fundarpe em 1984. Quando a prefeitura comprou, em 2006, ele estava para cair. Foi feito um processo de estabilização e projetos e regulamentação da área de proteção ambiental”<sup>23</sup>*

Portanto, o conjunto de ideias aos quais se busca associar esta intervenção transita entre a preservação ambiental e do patrimônio histórico/cultural e a promoção de um espaço público que ofereça serviços de lazer, entretenimento e educação para as populações do entorno. São estes referenciais que se busca transmitir a partir da elaboração da logomarca do Parque do Jiquiá (figura 20). Nela destacam-se seis figuras, da esquerda para direita: a torre do Zeppelin: representando preservação do patrimônio histórico; a constelação do cruzeiro do sul: representa um futuro observatório astronômico; uma bola: simbolizando área de lazer/esporte; máscara de teatro e clave de sol: atividades ligadas à cultura; folhas: sinônimo de preservação ambiental; representação de molécula: representando caráter científico do parque.

<sup>22</sup> Fala do então governador de Pernambuco, Eduardo Campos, no evento que anunciou parceria entre prefeitura, governo do estado e União para viabilizar Parque do Jiquiá. Disponível em: <<http://m.blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2009/11/16/estado-uniao-e-pcr-anunciam-parque-de-r-50-milhoes-que-junta-lazer-e-cultura-no-jiquia/>>. Acesso em 22 jan. 2018.

<sup>23</sup> José Bertotti, secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico da prefeitura em 16 de março de 2012. Disponível em <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/03/obra-para-restaurar-torre-do-zeppelin-e-dois-paiois-e-autorizada-no-recife.html>>. Acesso em 22 jan. 2018.

Figura 20 – Logomarca do Parque do Jiquiá<sup>24</sup>

Fonte: Prefeitura do Recife.

Também se associaram a elaboração do projeto e sua execução - ainda na esfera do Estado - as duas universidades públicas existentes no Recife. A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) participou da elaboração do plano estratégico de implantação do parque, do projeto pedagógico e dos projetos museográfico e museológico<sup>25</sup>, ainda sob a gestão do prefeito João da Costa. Mais recentemente, no ano de 2015, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) assinou convênio com a Prefeitura do Recife, cujo protocolo de intenções envolvia o desenvolvimento de atividades no parque<sup>26</sup>. A TV Universitária (vinculada à UFPE), no entanto, noticiou em 2015 que o projeto não havia saído do papel<sup>27</sup>, reforçando através da fala de uma das docentes da universidade que a área *“é potencial pra ser um parque urbano, com toda uma temática voltada pra essa passagem do Graf Zeppelin pelo Recife, que é uma coisa histórica, que faz parte da nossa memória, da nossa cultura”*, fala que retoma os elementos originais do projeto elaborado em parceria com a UFPE (figura 21).

<sup>24</sup> Disponível em: <<http://3.bp.blogspot.com/-Kc4zGChi7u4/T2DWfUD7PoI/AAAAAAAAAiU/04ckf-A3RrY/s1600/convite+Jiquiá.jpg>>. Acesso em 22 jan. 2018.

<sup>25</sup> Prefeitura noticia apresentação dos planos de implantação e projetos do parque elaborados em parceria com a UFPE. Disponível em <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/06/12/2012/prefeitura-do-recife-apresenta-projetos-do-parque-do-jiquia>>. Acesso em 30 jan. 2018.

<sup>26</sup> Prefeito Geraldo Julio e Reitora Maria José de Sena assinam convênio que prevê cooperação entre as instituições na promoção de atividades no Parque do Jiquiá. Disponível em <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/16/10/2015/prefeito-gerald-julio-assina-convenio-com-ufrpe>>. Acesso em 22 jan. 2018.

<sup>27</sup> Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=HQHqH\\_2Pvic](https://www.youtube.com/watch?v=HQHqH_2Pvic)>. Acesso em 15 dez. 2017.

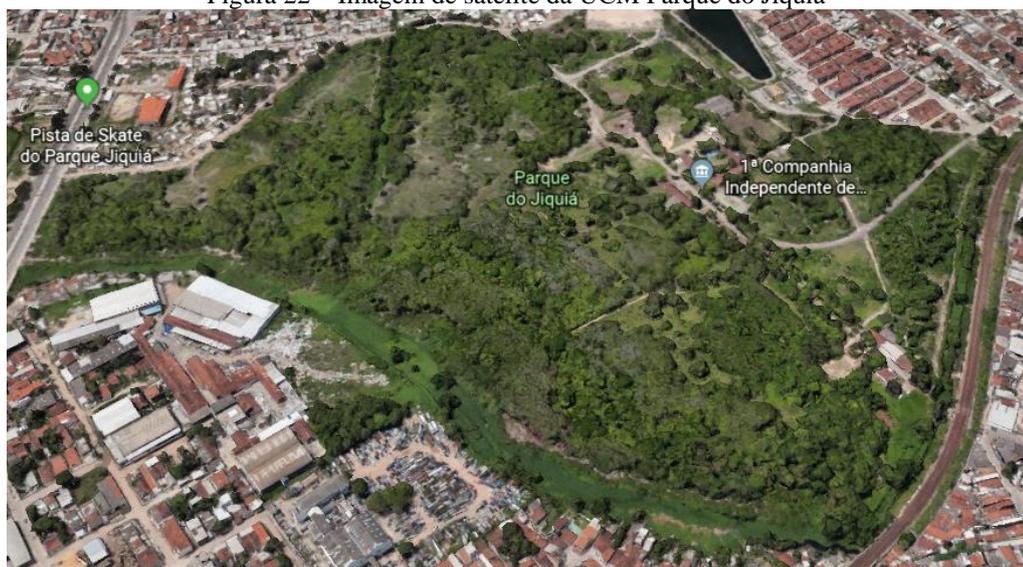
Figura 21 – Projeto do Parque Científico e Cultural do Jiquiá



Fonte: Jornal Informativo. Disponível em <<http://informativo.com.br/parque-cientifico-e-cultural-do-jiquia-podemudar-a-vida-das-comunidades-do-entorno/>>. Acesso em 22 jan. 2018.

Quando comparadas a projeção do que seria o Parque do Jiquiá e imagem de satélite de 2018 (figura 22) percebe-se que há uma grande distância entre o que havia sido projetado e o que já foi entregue. Nas idas ao campo, constatamos que apenas a *Praça da Juventude* (apêndice 03), equipamento localizado na Av. João Cabral de Melo Neto, foi concluída. A praça se encontra em uma das extremidades do Parque do Jiquiá, tendo sido integralmente circundada por uma nova ocupação urbana (retomar figura 15, destaque em laranja).

Figura 22 – Imagem de satélite da UCM Parque do Jiquiá



Fonte: Google Earth. Obtida em 24 jan. 2018.

Nas proximidades da torre do Zeppelin, na parte interna do Parque do Jiquiá, funciona atualmente um batalhão da polícia militar do estado, que ocupa os antigos paióis construídos à época da II Guerra. Em campo, foram os servidores do batalhão os únicos funcionários encontrados. Questionando se havia algum responsável pelas obras de reparo na torre para dirigíveis e construção do parque, informaram-nos que ali não havia nenhum responsável pelas obras ou pelo parque, apenas o funcionamento do batalhão. Na parede de um dos paióis utilizados para funcionamento do batalhão de polícia (figura 23) a imagem de uma caveira circundada pelas palavras “operações especiais – aqui é base”; ao lado, o desenho de uma folha antiga apresenta o título “mandamentos”, seguido das palavras “agressividade controlada, controle emocional, disciplina consciente, espírito de corpo, flexibilidade, honestidade, iniciativa, lealdade, liderança, perseverança, versatilidade”.

A polícia, como instituição de Estado, participa assim na produção da paisagem, apresentando os princípios da corporação na parte externa do prédio pelo qual é necessário passar para ter acesso à torre do *Graf Zeppelin*. Salta aos olhos o contraste entre o campo semântico no qual transitam as falas dos gestores, ressaltando palavras como “paz”, “redução da violência” “lazer e entretenimento” e àquelas empregadas nos “mandamentos” estampados na fachada do paiol.

Figura 23 – Batalhão de polícia no interior do Parque do Jiquiá



Foto: registro do autor. Data: 01 fev. 2018.

Assim, embora a prefeitura siga anunciando atividades pontuais no parque, não há funcionários e uma programação regular, tampouco foram instalados museus e outros equipamentos. Do que havia sido projetado, em funcionamento pleno, apenas a Praça da

Juventude, que fica em uma das extremidades do parque. No seu interior, apenas o batalhão de polícia, a torre para aterrissagem de dirigíveis (figura 24) e ao lado uma placa, a única em que o nome “Parque Científico e Cultural do Jiquiá” aparece.

Figura 24 – Torre de aterrissagem de dirigíveis, Jiquiá, Recife-PE



Foto: registro do autor. Data: 01 fev. 2018.

É pela proximidade entre a UCM Parque do Jiquiá e o terreno onde se pretende construir um shopping e um bairro planejado que passamos a apresentar o papel do Estado como mediador da relação entre os demais agentes. Retomamos, para isso, à reunião do CDU do Recife realizada em 25 de dezembro de 2015. Nela, encontra-se a fala literal do representante da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) da prefeitura; este, quando perguntado sobre as ações mitigadoras de impactos referentes à construção do shopping, informa que *"A Torre do Zeppelin está localizada na área contígua ao Shopping. As ações mitigadoras do empreendimento são para toda a área da APA"*<sup>28</sup>. Também respondendo a questionamento do representante do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o presidente do conselho, secretário de governo João Braga, informou de forma imprecisa que havia 2 ou 3 ações mitigadoras voltadas especificamente ao Parque do Jiquiá. Na ata, no entanto, não constam explicitamente quais ações envolveriam o parque, embora seja listado um conjunto de medidas mitigadoras que implicam em ações da empreendedora na recuperação de ruas e mesmo na construção de novos equipamentos públicos que funcionariam no interior do “bairro planejado” e nas adjacências.

<sup>28</sup> Ata da 227ª Reunião Ordinária do CDU, 22 de setembro de 2015 (Disponível em <<http://licenciamento.recife.pe.gov.br/sites/default/files/arquivos/AtaCDU227.22.12.15.pdf>>. Acesso em 22 jan. 2018.

Além de ações mitigadoras envolverem a construção do *EcoCity*, do shopping e do Parque do Jiquiá, o Estado, através da poder judiciário e do uso da força policial determinou a reintegração de posse do terreno no ano de 2015, ano em que se realizou a ocupação Olga Benário<sup>29</sup>. A reintegração ocorreu menos de um mês após o início da ocupação, impedindo que a ocupação se consolidasse em tempo de tornar mais difícil sua remoção. No caso das comunidades do Caxito e Cabeça de Vaca, localizadas na extremidade do mesmo terreno, a ação do Estado envolve a perspectiva de construção de habitacional para realocar as famílias. Esta realocação é, na perspectiva dos agentes imobiliários envolvidos no conflito, uma condição para execução de ações mitigadoras referentes ao seu projeto.

Assim, o Estado se coloca, através de seus representantes, como mediador do conflito entre a moradia e os usos dela decorrentes e as ações que determinou aos proprietários do terreno. Há, na apresentação do projeto à prefeitura em 2011 uma incorporação no discurso do gestor dos valores que os agentes imobiliários desejavam transmitir. Afirma o prefeito que *“esse projeto cria uma nova centralidade no Recife. Requalifica uma área da cidade que estava praticamente abandonada, com um novo conceito imobiliário que vai contribuir para o meio ambiente, para a mobilidade urbana e para geração de empregos”*<sup>30</sup>. O prefeito, nesta fala, repete em grande medida os argumentos utilizados pelas empresas responsáveis pelo projeto, acrescentando a estes a compreensão de que a área encontrava-se abandonada, perspectiva que a fala de moradores e moradoras do entorno contradita (item 3.3).

Por outro lado, esta aceitação inicial e aprovação legal para a execução do projeto não foi acompanhada de uma resolução do conflito entre as habitações do Caxito e Cabeça de Vaca e o empreendimento. No legislativo municipal este conflito foi objeto de audiência pública em novembro de 2014. O vereador responsável pela marcação da audiência pública abordou a questão da seguinte forma:

“As famílias vivem nas duas comunidades sem a garantia legítima, documentada, e querem das autoridades competentes, através do Estado e Município, fazer uso dos seus direitos e enfrentar as diversas irregularidades fundiárias, com o propósito de assegurar a garantia de moradia e a concessão de Direito Real de Uso”<sup>31</sup>.

<sup>29</sup> Reintegração de posse no terreno ao lado da Justiça Federal, em desfavor da ocupação Olga Benário, contou segundo informação da polícia militar com 800 policiais da Região Metropolitana do Recife. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/05/21/comunidade-no-jiquia-e-alvo-de-reintegracao-de-posse-182190.php?amp>>. Acesso em 22 jan. 2018.

<sup>30</sup> Fala do prefeito João da Costa na apresentação do projeto pelas empresas responsáveis ao poder público. Disponível em: <<https://pedesenvolvimento.com/2011/12/28/jiquia-tera-o-1o-bairro-planejado-do-recife/>>. Acesso em 22 jan. 2018.

<sup>31</sup> Vereador fala em audiência pública cujo tema foi a legalidade das moradias do Caxito e Cabeça de Vaca. Disponível em <<http://www.recife.pe.leg.br/noticias/davi-muniz-debate-legalidade-de-comunidades-de-san-martin>>. Acesso em 26 jun. 2016.

Como a entrevista concedida pela assessoria de imprensa de uma das empresas responsáveis pela construção do shopping revelou, a mesma aguarda uma ação do Estado no sentido de remover as famílias das comunidades no entorno do rio Jiquiá. Paralelamente a isso, a fala do vereador reconhece a inexistência de documentação comprobatória da propriedade dos domicílios, mas acena com a possibilidade de regularização e permanência dos moradores e moradoras no local. Em virtude dos muitos fatores do conflito, com diversos agentes e interesses colocados, as moradias permanecem margeando o rio Jiquiá, sem terem sido regularizadas ou alvo de remoção. No entanto, as transformações realizadas pelas empresas donas do terreno modificaram a forma como esta população lê e vivencia o espaço, conforme abordamos na sequência.

#### 4.3 PERCEPÇÕES, USOS E INTENÇÕES DOS MORADORES E MORADORAS

Por fim, passamos a apresentar as maneiras de ver da população que recorre à autoconstrução como estratégia para obtenção da moradia. Interessa-nos particularmente neste momento entender como a verticalização das habitações, sob a forma de puxadinhos, é apresentada no discurso daqueles que os constroem. Para tanto, recorreremos também a falas pronunciadas pelos moradores e moradoras em veículos de comunicação formais e alternativos. Pretendemos aqui perceber na produção dos discursos quais os referentes ideológicos que embasam as maneiras de ver da população. Em que medida esta incorpora os valores da cultura dominante em suas maneiras de ver e também se é capaz de construir uma paisagem que tem os usos e relações subjetivas com o espaço em um patamar superior a perspectiva do valor de troca. Objetivamos saber se ocorre a passagem da paisagem de uma condição de estética das mercadorias urbanas para a de expressão de valores alternativos, como a relação de vizinhança, de cooperação e de permanência na cidade.

Para abordar as percepções, usos e intenções dos moradores e moradoras do Sudoeste do Recife, particularmente os que estão envolvidos no conflito entorno da construção dos empreendimentos privados no antigo terreno da FUNCEF, recorreremos a um conjunto de entrevistas realizadas pelo jornal comunitário local *Informativo*, em um conjunto de textos publicados pelo mesmo entre os anos de 2014 e 2017 (anexo único). As falas dos moradores e moradoras revelam seus pontos de vista sobre as transformações recentes na área em que moram e das mudanças que isso provocou em seu cotidiano. Considerações que vão desde uma forte contraposição a argumentos utilizados pelos empreendedores proprietários do

terreno até uma incorporação desses argumentos por parte dos próprios membros das comunidades.

Dois elementos presentes nas falas de moradores e moradoras mais fortemente contraditam as falas da assessoria de imprensa: o primeiro é o tempo em que as comunidades estão presentes no terreno e o segundo é que se trata de invasões. Uma primeira moradora afirma: *“Cada família daqui tem uma história pra contar, não somos invasores. Pagamos conta de água e luz e temos direito de continuar morando aqui. Muitos moradores pagam IPTU”*. O morador 04 diz: *“Já invadiram e tudo mais, já me disseram que era no meio desse ano de 2017 que iam chegar as máquinas e que iam começar a fazer[...]”*. Na primeira fala a moradora recusa ser considerada invasora, recorrendo ao pagamento de contas de água, luz e IPTU como comprovantes de uma situação de regularidade das moradias. Na segunda fala, embora haja ambiguidade, o morador imputa a empresa ou a outros moradores a condição de invasor.

Com relação ao tempo no qual a comunidade se estabeleceu, há uma segunda controvérsia. A assessoria de imprensa de uma das empresas afirma em entrevista por duas vezes que as moradias se estabeleceram nos últimos 10 anos. O morador 01, pelo contrário, afirma: *“aqui tá a infância da gente, onde a gente viveu e fez família. Ir pra outros lugares que eles decidirem, também não vale a pena. Moro aqui há 50 anos com minha família e trabalho nessa casa que também é uma oficina de lanternagem de carros”*. Já o morador 02 diz: *“moro aqui há 18 anos, mas já morei lá do outro lado, na Cabeça da Vaca”*. O morador 04 também afirma estar na comunidade mais tempo do que o informado pela empresa: *“moro há quase 20 anos a convite do meu irmão, pago água e luz e meu comércio tem por volta de 10 anos que vendo nessa mercearia para o pessoal da vizinhança”*. As falas indicam uma ocupação já consolidada do terreno, em contraponto a ideia de que se trata de uma ocupação mais recente. Além disso, é explicitado por dois moradores que a comunidade é local de moradia, mas também de trabalho, com os dois a manter pequenos comércios.

Outro componente forte do discurso dos agentes hegemônicos que tem resposta por parte de uma moradora (03) é a geração de empregos para a população do entorno. Pertencente à comunidade Cabeça de Vaca, a moradora sinaliza positivamente para a possibilidade de empregos, responsabilizando o Estado pelas obras ainda não terem sido iniciadas. Ela afirma:

*Nós queremos os empregos. Essa crise econômica deixou muita gente daqui desempregada. Uma construção desse tamanho pode empregar o povo dessa comunidade e depois tem as lojas do shopping e outros serviços. Mas parece que*

*não é do interesse de quem administra a cidade. Veja quantos assaltos e violência por aí! Se tivesse emprego pra todo mundo, com certeza não morria tanta gente por se envolver com coisa ruim (moradora 03).*

Além de responsabilizar a falta de interesse do Estado como possível responsável pelos empregos ainda não terem sido assegurados, a moradora 03 estabelece uma relação em sua fala entre desemprego e violência, pela qual a oferta de empregos reduziria os episódios de violência. No entanto, retomando os condicionantes apresentados pela assessoria de imprensa para contratação, isto é, pertencer a famílias “ordeiras” e “respeitadoras da lei”, as ofertas de emprego não estariam direcionadas diretamente aos moradores e moradoras de sua comunidade.

Em algumas de suas falas, os moradores e moradoras expressaram a relação entre a observação da paisagem e as transformações recentes no terreno do empreendimento. A respeito disso, falam o morador 01, a moradora 04 e a moradora 05

*É só cair uma chuvinha que fica desse jeito, pode ver como o mato tá alto. Teve uma vez que o dono do terreno limpou tudo, isso foi ano passado, mas esse mato sobe rápido e prejudica na segurança... do mesmo jeito são esses muros que tiram nossa visão, devia ser cercado de grades (morador 01).*

*Nasci na comunidade e esse mato alto sempre prejudicou as pessoas que moram perto do terreno. Quando chega a noite não tem energia e dá medo de passar por lá (moradora 04).*

*Esse mato alto é fogo, traz insegurança que nem podemos falar muito porque moramos no lugar. O terreno tem vigilantes que estão apenas para evitar o despejo de entulhos e que façam outras construções no terreno, eles não tem força policial e não podem resolver questões mais difíceis (moradora 05).*

A preocupação com a insegurança trazida pelo bloqueio da visão, no caso, pelo crescimento do mato no terreno é abordada nas três falas. Da mesma forma, a construção do muro (rever figura 18) limitou a visão dos moradores e moradoras sobre o que acontece na Av. João Cabral de Melo Neto, corroborando para prejuízo à segurança relatado pelo morador 01. O muro que representa segurança sob o ponto de vista de quem deseja preservar a propriedade do terreno bloqueia a visão dos moradores e contribui - na visão de um deles - para a insegurança no local. Paralelamente a alteração das condições de quem mora nas comunidades de observar o que ocorre, a instalação do muro veio acompanhada de um aumento da restrição do uso do terreno por moradores e moradoras. O relato da moradora 02, identificada como líder comunitária e membro da comissão de moradores do Caxito e Cabeça de Vaca, apresenta um detalhamento dessa nova configuração, afirmando

*Muitos contratempas aconteceram em relação ao acesso, as pessoas responsáveis pela segurança do terreno não estavam bem instruídas, e fui com a comissão dos*

*moradores do Caxito e Cabeça de Vaca, à prefeitura falar com Secretário João Braga, que ligou para os proprietários, pedindo que flexibilizassem o acesso das pessoas que precisassem passar por ali (moradora 02)*

Em outra fala, segue relatando

*Os moradores já sentem os impactos desta vigilância. É preciso pedir licença para entrar em casa. Quando se trata de uma emergência nem sempre se consegue entrar rápido de carro. Apesar de tudo, em dias de partidas ou treinos, os campos de futebol estão liberados. As pessoas estacionam os carros nas avenidas do lado de fora do terreno e assim vamos convivendo (moradora 02).*

A intermediação por parte do Estado reaparece no conflito através da menção ao secretário João Braga (o mesmo que preside o conselho de desenvolvimento urbano) como pessoa capaz de negociar com os proprietários do terreno para permitir seu uso por parte das comunidades. A líder comunitária apresenta ainda outros usos do terreno, como a realização de partidas e futebol ou a entrada de veículos para atendimento emergencial a moradoras e moradores. Com efeito, em campo foi possível identificar que algumas casas têm suas portas de entrada no terreno, sendo necessário deslocar-se por ele para acessar as principais avenidas do entorno.

Outra moradora que faz parte da comissão e que, segundo o jornal, é responsável também pela vigilância do terreno, falava sobre a sensação de insegurança e afirmou: “o terreno tem vigilantes que estão apenas para evitar o despejo de entulhos e que façam outras construções no terreno, eles não tem força policial e não podem resolver questões mais difíceis” (moradora 05). A distinção entre as falas das duas moradoras sobre o papel dos vigilantes se dá na medida em que a primeira afirma estarem estes disciplinando uma restrição do acesso ao terreno, enquanto que a segunda limita a atividade dos mesmos a proteção contra novas ocupações.

Se a preocupação dos proprietários é, por um lado, a ocorrência de novas ocupações que incorporem outras partes do terreno às comunidades, os moradores e moradoras continuam a construir no seu entorno, nos mesmos moldes do que ocorre em relação à Praça da Juventude, no Parque do Jiquiá (apêndice 03). Sem condições de avançar na ocupação do terreno imediatamente em frente às casas, a solução encontrada é construir acima dos domicílios que já existem. Este tipo de construção circunda todo o terreno, com exceção do lado onde se encontra a Av. Recife.

O crescimento vertical das habitações cumpre algumas funções no contexto das ocupações do Caxito, Cabeça de Vaca e também da que se localiza em redor da Praça da Juventude. No campo, observamos que tais domicílios são majoritariamente utilizados para fins de moradia; o crescimento vertical da autoconstrução teria como finalidade a habitação,

assim como os domicílios originais (figura 25). Em uma parte menor, mais expressiva na paisagem, os moradores e moradoras dos domicílios que cresceram verticalmente utilizam-se do primeiro andar para moradia e do piso térreo para alguma atividade comercial de pequeno porte, tais como: mercearias, borracharias, oficinas mecânicas e bares. As casas mais próximas da Av. João Cabral de Melo Neto possuem mais domicílios que conjugam habitação e uso comercial.

Figura 25 – Crescimento vertical das habitações



Foto: registro do autor. Data: 01 fev. 2018.

#### 4.4 OUTRAS MANEIRAS DE VER: JORNAL COMUNITÁRIO, FOTOGRAFIA, MÚSICA E QUEM PESQUISA

Desvendar as maneiras de ver que interagem na produção de paisagens da cultura popular no Sudoeste do Recife levou-nos a discutir perspectivas de outros atores, que não o Estado, agentes imobiliários e moradores/moradoras. Destacamos, com esta finalidade, quatro narrativas: o jornal comunitário pelo qual se colocam os agentes imobiliários, moradores e moradoras, mas que também apresenta suas considerações próprias; fotografias registradas por um morador do Sudoeste do Recife; uma composição musical que tem coautoria de um músico morador do Jiquiá; a perspectiva do autor deste trabalho, que mora em área próxima ao conflito aqui discutido.

O jornal comunitário *Informativo* circula desde março de 2012 através de publicações impressas mensais cuja abrangência territorial se dá, em suas palavras, na “Região Oeste” do Recife, atingindo bairros como Jiquiá e San Martin, nos quais o conflito que envolve as diferentes perspectivas de uso do antigo terreno da FUNCEF se desenvolve. Com tiragem de 10 mil exemplares e publicação virtual das matérias, o jornal dedicou entre 2014 e 2017 ao menos 18 matérias sobre a questão em relevo. Um apanhado dos títulos das matérias (Quadro 01) sinaliza que as principais preocupações de seus redatores estão no problema ambiental, o direito à moradia e a compatibilidade ou conflito entre desenvolvimento econômico/progresso versus impacto ambiental/justiça social.

Quadro 01 - Títulos das matérias publicadas no jornal comunitário Informativo

<b>TÍTULOS DAS MATÉRIAS PUBLICADAS</b>	<b>MÊS*/ANO DE PUBLICAÇÃO</b>
“Impacto socioambiental x progresso”	Abril/2014
“Para que o progresso e a justiça social trilhem no mesmo caminho”	Abril/2014
“Informativo visita moradores, prefeitura e empresa em busca de novidades”	Julho/2014
“Desenvolver a economia sem esquecer os direitos sociais”	Julho/2014
“Ecocity Jiquiá e Shopping Metropolitano e seus desdobramentos”	Julho/2014
“Em meio ao impasse, moradores cada vez mais apreensivos”	Julho/2014
“Projetando o futuro do passado no presente”	Julho/2014
“Shopping Metropolitano e Ecocity Jiquiá em Stand-by”	Julho/2014
“Secretaria de meio ambiente e empreendedores respondem juntos”	Julho/2014
“O dia a dia desse lugar por quem vive nele”	Setembro/2014
“Moradores da comunidade do Caxito e Cabeça de Vaca recebem a visita dos empreendedores, que trouxeram novidades”	Outubro/2014
“Shopping Metropolitano e Ecocity Jiquiá: a perspectiva do início das obras e os planos de habitação para atuais moradores do terreno”	Janeiro/2015
“Shopping Metropolitano e Ecocity com obras próximas do início”	Fevereiro/2015
“Ocupação Olga Benário retoma o debate sobre moradia”	Mai/2015
“Os desdobramentos pós Ocupação Olga Benário”	Junho/2015
“A espera do comprometimento da prefeitura”	Julho/2015
“Vai ter Shopping Metropolitano e Ecocity?”	Setembro/2015
“O Jiquiá está em desenvolvimento?”	Junho/2016
“O abandono do terreno traz consequências”	Julho/2017
*as datas de publicação têm como referência a publicação no site do jornal comunitário, podendo haver diferenças entre publicação no site e impressa.	

Fonte: Jornal Informativo.

Ainda que os textos privilegiem em sua maioria as falas de moradoras, moradores e representantes dos empreendedores, em alguns momentos o jornal deixa implícita as posições que possuem seus redatores e redatoras, em outros explicita uma linha editorial e em artigos

de opinião, expressa uma posição política diante do conflito. Em um tom mais conciliatório entre os interesses econômicos e os direitos sociais, a editoria do jornal afirma

*A editoria deste jornal comunitário compreende que não há verdadeiro progresso sem uma política de inclusão social, em que as pessoas não estejam no patamar mais elevado dos planos econômicos de empresas e do Poder Público. Espera-se que haja uma discussão horizontal, dialógica, participativa e transparente entre as partes envolvidas (empresa e moradores, mediada pelo poder público) em prol da garantia de moradia digna, emprego e serviços básicos.<sup>32</sup>*

Já em tom mais assumidamente crítico frente à posição da empresa – e também da gestão municipal - no conflito, explicitada em entrevista ao jornal, uma das pessoas que o escreve assinala

*Ambos, empresa e Prefeitura de Recife devem assumir sua responsabilidade social, largando a cômoda e equivocada posição de que é um problema que não lhes pertence, pois as “800 pessoas que prejudicam as 500.000 que sofrem alagamentos” (afirmação dos gestores da Empresa) são famílias que fazem parte da comunidade de San Martín, cujos filhos frequentam nossas escolas e creches, que trabalham, que frequentam nossas igrejas há décadas e, portanto, são cidadãos que merecem ser relocados para novas moradias.<sup>33</sup>*

Entre posições de seus redatores e redatoras e a linha editorial explicitada, há uma transição entre uma posição de crítica às consequências sociais que possam decorrer do empreendimento e de alerta sobre a necessidade de compatibilizar o “desenvolvimento” e o “progresso” (palavras de que se utiliza) com o direito à moradia.

Em uma abordagem em que compreendemos que as paisagens podem ser instrumentos para potencializar a realização do valor de troca ou valorizar os usos e as relações entre moradores, moradoras e seus locais de vida e trabalho, a linha de abordagem do jornal transitaria entre duas compreensões. Na primeira, as paisagens do “desenvolvimento” e do “progresso” anunciadas na construção dos empreendimentos poderiam se estabelecerem sem inviabilizar as paisagens onde os usos habitacionais, de trabalho e lazer predominam sobre a perspectiva de estética das mercadorias. Na segunda, a contradição entre o valor de troca que os empreendedores almejam realizar – que justifica os valores aos quais associam seu projeto – e o valor de uso exercido pelas moradoras e moradores se resolveria pela imposição do primeiro sobre o segundo, através das remoções.

Curiosamente, o próprio jornal buscou um exemplo análogo no qual a presença de uma comunidade pobre ao lado de um shopping – na divisa do Recife com Olinda - foi

<sup>32</sup> Disponível em: <<http://informativo.com.br/no-jiquia-para-que-o-progresso-e-a-justica-social-trilhem-no-mesmo-caminho/>>. Acesso 22 jan. 2018

<sup>33</sup> Disponível em: <<http://informativo.com.br/informativo-visita-moradores-prefeitura-e-empresa-em-busca-de-novidades/>>. Acesso 22 jan. 2018.

escondida com a construção de um muro cercando a comunidade na rua em que esta se encontra de frente para o shopping. Uma moradora desta comunidade é questionada acerca da função do muro, afirma: “*Separar e esconder a parte pobre que mora do lado de fora do shopping. Quem vai ao shopping, passa por aqui, sem saber da pobreza que existe do outro lado do muro e é isso que os donos do shopping querem: sair bonitos na foto*”<sup>34</sup>. A intenção de “sair bonito na foto” é, em nosso entendimento, a de associar o empreendimento a um entorno condizente com os referentes ideológicos da cultura dominante. A autoconstrução das moradias, anterior ao surgimento dos empreendimentos, passa a não ser conveniente para a produção de uma paisagem que o embulhe transmitindo as sensações de conforto, segurança ao público que os empreendedores almejam cativar, criando obstáculos simbólicos à realização do valor de troca.

A separação, no discurso da assessoria de imprensa do *Shopping Metropolitano*, entre “invasores” / “irregulares” e “famílias humildes, mas ordeiras” / “respeitadoras da lei” pode ser interpretada como semelhante ao exemplo que nos referimos acima. Ao associar a imagem das habitações autoconstruídas nas comunidades do entorno a valores como “irregulares”, “invasoras” e “criminosas” ambientalmente, ao passo em que associa à imagem de seu empreendimento a ideia de sustentabilidade, segurança e integração com a cidade, as habitações autoconstruídas transformam-se em obstáculos à paisagem que almejam edificar. Por outro lado, a convivência com os “ordeiros” e “respeitadores da lei” se dá na medida em que estes não causam prejuízos à projeção de uma paisagem como estética para as mercadorias futuras. Ainda que os “ordeiros” construam sem alvará, estacionem seus carros e participem dos jogos de futebol no terreno, o conflito real não está entre o que é legal e ilegal, mas entre o que prejudica e o que facilita a produção da embalagem do empreendimento.

Se a paisagem tem importância para potencializar o valor de troca das mercadorias urbanas por um lado, por outro, pode expressar os usos e relações subjetivas das populações com seus locais de vida e trabalho. As paisagens passam da condição de estética das mercadorias para visibilizarem elementos da vida cotidiana de seus observadores e observadoras. Maneira de ver cujos referentes ideológicos reforçam a cultura na perspectiva de quem tem no espaço uma condição para estabelecer seu modo de vida ante a restrição do espaço a condição exclusiva da acumulação. Encontramos esta potência nos discursos de moradores e moradoras trazidos à tona no subitem anterior, mas é possível também vislumbrar tal possibilidade na produção local de arte. Trazemos para ilustrar estas

---

<sup>34</sup> Disponível em: <<http://informativo.com.br/vai-ter-shopping-metropolitano-e-ecocity/>>. Acesso 22 jan 2018.

considerações, um trecho de composição que está na epígrafe de nosso trabalho, da música *Janela no Jiquiá*, que resulta de um trabalho chamado Pupila Musical, onde as composições se originam de fotografias enviadas ao projeto.

*A minha janela é minha novela  
É o meu cinema independente  
Que me leva pra sessões vazias  
Com legendas das minhas mentiras  
[...]  
Pra voar aqui no Jiquiá  
Tudo o que eu preciso é do ar  
Dentro e fora das minhas certezas  
Destelhando a minha cabeça<sup>35</sup>*

A fotografia que originou esta letra e música é a vista da janela de um de seus compositores, morador do Jiquiá. Não pretendemos reconstituir a intenção original de seus autores, mas ressaltar aspectos da letra que informam, em nossa interpretação da mesma, uma relação entre a observação da paisagem e a valorização dos aspectos da vida cotidiana a esta associados. Nos primeiros quatro versos destacados, ao observar que a janela é novela e cinema, a autoria explicita uma relação entre a observação da paisagem de seu bairro e a contemplação artística; no verso final, reforça a relação entre a interpretação e a subjetividade de seu observador (com legendas das minhas mentiras).

Em seguida, a letra da composição afirma que para voar no Jiquiá, é preciso apenas o ar dentro e fora das certezas; consideramos como possibilidade de interpretação que haja aqui uma metáfora em que o voo das ideias é assemelhado ao voo dos dirigíveis que aterrissavam no Campo do Jiquiá (é a diferença entre o ar dentro e fora dos dirigíveis que permite seu voo). A música ressalta assim aspectos da vida cotidiana de um dos moradores do Jiquiá em sua ação de observar o bairro através de sua janela. A maneira de ver tem, neste caso, não o intuito de viabilizar a realização de uma estética para mercadorias, mas reforça a identidade construída na relação entre morador e bairro, uma relação que se modificaria na medida em que fossem construídos edifícios que restringissem a observação no entorno.

O registro fotográfico de qualquer acontecimento é também uma forma de leitura sobre o mesmo. Nesse quesito, o conflito que discutimos proporcionou a produção de leituras fotográficas. Por esta compreensão acrescentamos à discussão do problema a reflexão sobre a relação entre fotografia e as maneiras de ver, tendo como suporte para esta discussão os

---

<sup>35</sup> A música *Janela no Jiquiá* é uma composição da cantora Lulina e de Graxa, músico que participa na parte instrumental da música que autor da foto que a originou. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XI8tfCXK6XE>>. Acesso 15 dez. 2017.

registros fotográficos profissionais de um dos responsáveis pelo jornal comunitário acima referido. Um registro que bem exemplifica a capacidade da fotografia projetar-se como discurso sobre este conflito a reintegração de posse da Ocupação Olga Benário (figura 26).

Figura 26 – Remoção da ocupação Olga Benário



Foto: Osvaldo Morais. Data: março de 2015.

Na fotografia, os barracos destruídos aparecem em primeiro plano, com o prédio da Justiça Federal ao fundo. A escolha do ângulo pelo qual a foto foi registrada possibilitou contrapor a imagem dos barracos a do edifício do judiciário, de onde partiu (na esfera estadual) a determinação da reintegração de posse. Em outro registro, o mesmo fotógrafo coloca a moradia popular em primeiro plano e o edifício no plano seguinte (figura 27), reforçando o contraste entre as duas formas de ocupar as imediações do terreno em discussão.

Figura 27 – Moradia e prédio da Justiça Federal



Foto: Osvaldo Morais. Data: janeiro de 2016.

Por fim, cabe ainda refletir sobre a posição de quem investiga o conflito como posição que não se pretende neutra, tampouco livre da subjetividade construída no tempo em que vive no Sudoeste do Recife. Permitimo-nos, para esta última discussão, modificar o tempo verbal da escrita, assumindo na primeira pessoa do singular a condição de parte envolvida na trajetória dos bairros e paisagens que foram abordadas.

Nos 25 anos incompletos que tenho, só não morei no bairro de San Martin durante os 06 primeiros meses de minha vida. Tenho, portanto, com muitas das paisagens que foram discutidas no decorrer deste trabalho uma relação anterior a minha capacidade de ler e

escrever. Mesmo depois disso, embora pudesse ler escrito no grande prédio próximo de minha casa as palavras “Justiça Federal”, não tinha noção exata do que aquilo significava. Durante alguns anos, a janela do meu quarto esteve aberta na sua direção e o reflexo da luz do Sol nos espelhos azuis do prédio provocava uma luz azulada que entrava pelo quarto. Quando perguntava, respondiam: é o prédio da justiça; o que também não significava muito, a pesar da justiça parecer algo bastante importante pela imponência de seu edifício. Um prédio grande em um terreno ainda maior localizado há poucos metros de minha casa fazia e faz parte dos objetos que observo cotidianamente.

Nunca me preocupei em entender o que se passava exatamente para aquele terreno tão grande permanecer vazio, tampouco quem eram seus proprietários. Sobre isso, diziam alguns de meus familiares – a memória de minha mãe falando isso é bastante clara - ser um terreno da marinha. Com efeito, esta expressão voltou à tona na ida ao campo, quando uma moradora se referiu ao terreno da mesma forma. Somente a partir da Ocupação Olga Benário comecei a entender de quem era a propriedade daquele terreno, ainda em 2015, ano em que submeti o projeto de pesquisa à seleção da pós-graduação. Vi-me com pouco mais de 20 anos descobrindo que o terreno pertencia a uma empresa. Ora, com toda a gente que se amontoa ao redor dele, com mais de 20 anos – e o marco temporal aqui é a minha observação – aparentemente sem uso pelo proprietário, como pode esse terreno não ter sido utilizado para construção de moradias populares? A resposta a esta primeira inquietação só foi respondida no processo de pesquisa, o terreno atualmente pertence a uma empresa, mas já pertenceu a um fundo de pensão e a União, passando para o primeiro proprietário privado em 2006 e mudando de proprietário em 2011.

Este conjunto de questões esteve na motivação para elaboração do projeto e na forma de abordar a discussão. Nos dois anos em que estive estudando no mestrado, o percurso que fazia para ir à universidade – o mesmo que fiz nos 04 anos de graduação e 07 anos de colégio – incluía uma caminhada de pouco mais de 1,5 km ao redor do terreno e do prédio da justiça. Por mais próximo que estivesse do conflito, busquei compreendê-lo como expressão daquilo que é a dinâmica de produção do espaço no Sudoeste do Recife, isto é, uma das últimas áreas incorporadas plenamente à mancha urbana da cidade. Para isso, recuperei parte da história da cidade em que já na década de 1930 os conflitos entre Estado e população pobre tinham na guerra aos mocambos uma de suas maiores expressões.

Descobri que assim como os mocambos não eram coniventes para a produção de uma paisagem associada à ideia de progresso que o Estado Novo desejava transmitir, os herdeiros

contemporâneos dos mocambos, isto é, as novas formas de autoconstrução, não eram interessantes para criar uma marca comercializável de bairro seguro, sustentável, regular. Assim como nos discursos de Agamenon Magalhães contra os mocambos, as falas contra as “invasões – e invasores – irregulares, criminosas” por parte de empreendedores sinalizam uma inconformidade entre a autoconstrução e a paisagem que desejam.

Os jornais comunitários, expressões artísticas como a música e a fotografia podem, juntamente com a percepção dos moradores e moradoras do Sudoeste do Recife, contribuir para produzir e visibilizar maneiras de ver a cidade em que a observação é mediada pela relação que as pessoas estabelecem com seu bairro, local de moradia e trabalho, pelos diversos usos e vivências que ali se realizam; uma perspectiva que se afasta da concepção da paisagem como estética das mercadorias urbanas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As paisagens podem ser constituídas a partir dos mais variados componentes ideológicos, expressando uma relação prioritária com a busca da realização do valor de troca, por um lado, ou com a vivência cotidiana de moradores e moradoras. Essas maneiras de ver podem estar associadas a um ideário de progresso, sustentabilidade, segurança, mobilidade, desenvolvimento, preservação do patrimônio e dos modos de vida. Tais valores, no entanto, têm significados diferentes de observador para observador, construídos segundo a subjetividade de quem observa e a cultura de que participa. Nesse sentido, paisagens que inspiram segurança para uns, provocam sensação de insegurança para outros.

Na cidade, estas diferentes maneiras de ver têm relação, entre outras coisas, com a posição social dos indivíduos no contexto da produção do espaço urbano. Representantes do Estado, dos agentes imobiliários, das classes populares possuem experiências na cidade que marcam a forma como estes se relacionam com as paisagens. No entanto, isso não significa que todos os indivíduos que representam um mesmo agente produtor do espaço possuam a mesma experiência na cidade e produzam uma mesma maneira de ver.

No Recife, os conflitos entre a autoconstrução realizada pelos moradores e moradoras mais pobres e a perspectiva de paisagem de outros agentes produtores do espaço verificou-se no passado a partir da guerra contra o mocambo, empreendida no contexto do Estado Novo, onde os gestores buscavam aproximar a paisagem da cidade ao ideário de progresso que almejavam transmitir. No entanto, a guerra contra os mocambos não foi capaz de eliminar a autoconstrução como prática importante no processo de produção do espaço urbano, refletindo-se em formas contemporâneas que, já não sendo mocambos, continuam a representar a autoconstrução como estratégia para garantia de moradia por parte de uma parcela importante da população.

No Sudoeste do Recife, área de incorporação recente à malha urbana da cidade, a disputa entre as maneiras de ver se realiza através da atuação de agentes imobiliários e proprietários de terra, do Estado em suas múltiplas representações (municipal, estadual e federal) e poderes (executivo, judiciário e legislativo), bem como dos moradores e moradoras dos bairros consolidados e das ocupações recentes. Registros da década 1930, no contexto da aterrissagem do *Graf Zeppelin* no Campo do Jiquiá demonstram ser esta área, já naquele tempo, utilizada pela população mais pobre para a construção de mocambos. No tempo presente, a autoconstrução segue sendo uma marca importante dos bairros ao sudoeste do

Recife; mais recentemente, o crescimento vertical dessas habitações tem modificado uma vez mais a paisagem.

Neste trabalho, tomamos como exemplo do conflito entre maneiras de ver no Sudoeste do Recife o caso que envolve uma área entre os bairros de San Martin e Jiquiá. Estão localizadas na referida área a UCM Parque do Jiquiá, o edifício da Justiça Federal e um terreno que pertenceu à União e hoje é propriedade de agentes do setor imobiliário, terreno onde se encontram instaladas as comunidades do Caxito e Cabeça de Vaca. Identificados tais agentes, buscamos discutir como seus discursos refletiam as leituras que possuíam da paisagem e a perspectiva futura dos mesmos na disputa pelo que será a paisagem naquela área nos próximos anos.

Os agentes imobiliários, que propõem para o terreno a construção de um “bairro planejado” e de um shopping, projetam através das maquetes virtuais e de outras formas de discurso uma paisagem associada à ideia de sustentabilidade e integração com a cidade. Ao mesmo tempo, expõe através da fala de uma de suas assessorias a compreensão de que as ocupações representam invasão e irregularidade, contrapondo as famílias “invasoras” com as famílias “humildes, mas ordeiras” que vivem no entorno do terreno. Diante de duas ocupações recentes – uma no terreno e outra na UCM Parque do Jiquiá – os proprietários do terreno levantam um muro, sinônimo de segurança para a preservação da propriedade, mas que foi lido por um dos moradores como inseguro, na medida em que bloqueia a visão dos mesmos sobre o que ocorre após o muro.

O Estado participa do conflito como mediador da relação entre empresas proprietárias do terreno, moradores e moradoras das comunidades. Ao mesmo tempo, propõe para a área o “Parque Científico e Cultural do Jiquiá”, um equipamento público ao qual buscam associar ideias de lazer, prática esportiva, educação, preservação ambiental e do patrimônio histórico. Até o momento em que concluímos este trabalho, apenas um dos 10 equipamentos propostos foi concluído e seu entorno foi ocupado por moradias autoconstruídas paralelamente à construção da chamada “Praça da Juventude”. Reside, no interior do parque, uma unidade policial que projeta na paisagem valores distintos daqueles que constam no projeto elaborado em parceria com as universidades locais. O Estado possui ainda um importante papel no conflito como proprietário de terra e regulador do uso do solo, uma vez que o terreno pertencia a um fundo de pensão vinculado a empresa pública federal que teve, por força de resolução, que transferir a propriedade do terreno para a iniciativa privada.

Moradores e moradoras, por sua vez, não reconhecem suas moradias como invasão, argumentando para isso o fato de possuírem contas de água, luz e o tempo em que vivem nas comunidades. Acerca das transformações recentes na paisagem, identificam na construção do muro, para além de uma maior restrição do acesso ao terreno, um aumento da sensação de insegurança uma vez que este bloqueia a visão; da mesma forma que ocorre quando a vegetação do terreno cresce. Assim, o que é seguro na perspectiva do proprietário do terreno provoca sensação de insegurança em moradores e moradoras. Por outro lado, não podendo ocupar o terreno imediatamente à frente de suas casas, os moradores e moradoras tem optado por construir novas casas acima das antigas, assim como utilizando a parte baixa da casa como pequeno comércio e a parte alta como moradia.

No decorrer da pesquisa, outras maneiras de ver foram incorporadas à discussão, tais como as representadas pela editoria do jornal comunitário, fotografias, por uma composição musical e pelo próprio pesquisador. Os textos publicados pelo jornal comunitário transitam entre uma narrativa de compatibilidade entre o progresso representado pelos empreendimentos e direito à moradia e outra que critica as futuras consequências sociais do empreendimento. Nas fotografias, o autor destaca aspectos da vivência dos moradores e moradoras, além de criar composições que põem em contraste as moradias autoconstruídas, as barracas de ocupações e o edifício da Justiça Federal. A composição musical e a narrativa do autor deste trabalho reforçam uma relação entre paisagem e vivência cotidiana.

Encontramos, a partir da aproximação com a área específica que norteou o trabalho e dos discursos proferidos no contexto de suas transformações recentes, uma diversidade de leituras e de sujeitos envolvidos no debate sobre quais serão, nos próximos anos, as perspectivas para cada agente na transformação deste fragmento do Sudoeste do Recife. A demanda por moradia faz com que a população ocupe terrenos ociosos para autoconstrução; na impossibilidade de fazê-lo, a exemplo do que ocorre no terreno em que os proprietários pretendem construir um shopping e um “bairro planejado”, moradores e moradoras ampliam os domicílios já existentes e constroem novas casas acima das anteriores. Concluímos, nesse sentido, que as diferentes maneiras de ver aqui apresentadas que não são orientadas pela perspectiva de realização do valor de troca se relacionam com as maneiras de agir no espaço que tem no acesso à moradia, no trabalho e na vida cotidiana sua principal preocupação.

Considerando as questões que foram abordadas neste trabalho, reafirmamos a possibilidade de discutir as contradições e conflitos existentes na produção do espaço urbano tendo a paisagem como elemento importante para compreender os processos que envolvem

agentes imobiliários, moradores e moradoras e o Estado. Um caminho que permite compreender a relação dialética entre a produção material das formas e sua interpretação pelos sujeitos na direção de realizar suas aspirações na cidade, seja a de defesa da propriedade privada da terra, valorização da memória e do acesso ao lazer e a cultura ou a realização dos direitos sociais, a exemplo do direito à moradia.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **Geografia Econômica do Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- BARBOSA, David Tavares. **Novos Recifes, velhos negócios: política da paisagem no processo contemporâneo de transformações da Bacia do Pina – Recife/PE : uma análise do Projeto Novo Recife**. Recife: O autor, 2014.
- BERDOULAY, Vincent. **Espaço e Cultura**. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa (Org.). *Olhares Geográficos: modos de ver e de viver o espaço*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012, p. 101-131.
- BRAGA, Célia. **O Bem Viver em Recife: uma abordagem do cotidiano de moradores do Casarão do Cordeiro**. Florianópolis, SC, 2014.
- CAPEL, Horacio. **Filosofía y ciência en la Geografía contemporânea: una introducción a la Geografía**. Barcelona: BACANOVA, 1981.
- CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **Apontamentos para uma Geografia Social da Cidade do Recife**. In: GALVÍNIO, Josicleda Domiciano; SOUZA, Verônica Meira de. *Mudanças Climáticas e Biodiversidade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.
- CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e seus bairros**. Recife: Câmara Municipal, 1998.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento; SOUZA, Maria Ângela de Almeida (Orgs.). **Como andam Natal e Recife**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. - 3a. Edição - Rio de Janeiro: Editora Ática, 1989.
- COSGROVE, Denis. **Em direção a uma Geografia Cultural radical: Problemas da Teoria**. In: *Periódico Espaço e Cultura*. Rio de Janeiro: UERJ, n. 5, pp. 5-29, 1998.
- COSGROVE, Denis. **A Geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 92-123
- COSGROVE, Denis; JACKSON, Peter. **New Directions in Cultural Geography**. Area, Vol. 19, No. 2, 1987, pp. 95-101.
- COSTA, F. A. Pereira da. **Arredores do Recife**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.
- DANIELS, Stephen. **Marxism, Culture and the duplicity of landscape**. In: PEET, Richard; THIRF, Nigel; *New Models in Geography*. Volume Two. 1989.

FIGUEIREDO, Jobson. **Zeppelin no Recife**. Recife: Poço Cultural, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife**. 5ª ed. São Paulo: Global, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global Editora, 2004.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. **Recortes de paisagens na cidade do Recife**: uma abordagem geográfica. Recife: Editora Massangana - Fundaj, 2007.

GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HAUG, Wolfgang Fritz. **Crítica da Estética da Mercadoria**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

KONDER, Leandro **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LEITE, Ricardo. **Recife dos Morros e Córregos**: a fragorosa derrota do exterminador de mocambos e sua liga social em Casa Amarela. Recife: X Encontro Nacional de História Oral, 2010.

LULINA. **Pupila Musical #5 - Janela no Jiquiá**. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Xl8tfCXK6XE>>. Acesso em: 15 de. 2017.

MARANDOLA JR., Eduardo. **Humanismo e Abordagem Cultural em Geografia**. GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 30, n. 3, p-393-419, set./dez. 2005.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Volume 1. Centelha - Promoção do Livro, SARL, Coimbra, 1974.

MELO, M.L. **Metropolização e Subdesenvolvimento**: o caso do Recife. Recife: UFPE, 1978.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. – 5ª ed. - São Paulo: Annablume, 2005.

PONTUAL, Virgínia. **Tempos do Recife**: representações culturais e configurações urbanas. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 42, 2001, p. 417-434.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. – 4. ed. 8. reimpr. – São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Renata Nóbrega; DABAT, Christine R. **A Civilização Acompanha as Locomotivas:** a implementação da rede ferroviária no Brasil e na China 1852-1912. Revista Leste Vermelho, V.3., N.1, Janeiro/2017, pp. 453-509.

SERRANO, Maria José Vitoriano. **Planeta dos Macacos:** a negação do pertencer ao lugar e suas implicações na construção do espaço do cidadão. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia, 2006.

VASCONCELOS, Thatiana Lima; SÁ, Lucilene Antunes Correia Marques de. **A Cartografia Histórica da Região Metropolitana do Recife.** 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Paraty, 2011. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/VASCONCELOS\\_THATIANA\\_E\\_SA\\_LUCILENE\\_ANTUNES.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/VASCONCELOS_THATIANA_E_SA_LUCILENE_ANTUNES.pdf)>. Acesso em 27 jun. 2016.

## ANEXO A – FALAS DOS MORADORES E MORADORAS AO JORNAL COMUNITÁRIO INFORMATIVO

“Cada família daqui tem uma história pra contar, não somos invasores. Pagamos conta de água e luz e temos direito de continuar morando aqui. Muitos moradores pagam IPTU”. (moradora 01). Disponível em: <<http://informativo.com.br/no-jiquia-para-que-o-progresso-e-a-justica-social-trilhem-no-mesmo-caminho/>>. Acesso 22 jan. 2018

“Muitos contratemplos aconteceram em relação ao acesso, as pessoas responsáveis pela segurança do terreno não estavam bem instruídas, e fui com a comissão dos moradores do Caxito e Cabeça de Vaca, à prefeitura falar com Secretário João Braga, que ligou para os proprietários, pedindo que flexibilizassem o acesso das pessoas que precisassem passar por ali” / “Os moradores já sentem os impactos desta vigilância. É preciso pedir licença para entrar em casa. Quando se trata de uma emergência nem sempre se consegue entrar rápido de carro. Apesar de tudo, em dias de partidas ou treinos, os campos de futebol estão liberados. As pessoas estacionam os carros nas avenidas do lado de fora do terreno e assim vamos convivendo” (moradora 02). Disponível em: <<http://informativo.com.br/vai-ter-shopping-metropolitano-e-ecocity/>>. Acesso 22 jan. 2018.

“Nós queremos os empregos. Essa crise econômica deixou muita gente daqui desempregada. Uma construção desse tamanho pode empregar o povo dessa comunidade e depois tem as lojas do shopping e outros serviços. Mas parece que não é do interesse de quem administra a cidade. Veja quantos assaltos e violência por ai! Se tivesse emprego pra todo mundo, com certeza não morria tanta gente por se envolver com coisa ruim” (moradora 03). Disponível em: <<http://informativo.com.br/o-jiquia-esta-em-desenvolvimento/>>. Acesso 22 jan. 2018

“Eu ainda não entendo a necessidade de remover os moradores daqui, era só construir dessa rua para frente, eles economizavam e era melhor pra gente. Aqui tá a infância da gente, onde a gente viveu e fez família. Ir pra outros lugares que eles decidirem, também não vale a pena. Moro aqui há 50 anos com minha família e trabalho nessa casa que também é uma oficina de lanternagem de carros. Aqui tenho um lugar para morar e para trabalhar, só de trabalho já fazem 30 anos aqui.” / “Aqui já vi plantar melancia, jerimum... já teve horta também, mas isso faz muito tempo. Essa terra é fértil. É só cair uma chuvinha que fica desse jeito, pode ver

como o mato tá alto. Teve uma vez que o dono do terreno limpou tudo, isso foi ano passado, mas esse mato sobe rápido e prejudica na segurança... do mesmo jeito são esses muros que tiram nossa visão, devia ser cercado de grades. Mas tenho certeza que a maioria achou bom quando fizeram a limpeza no mato, melhorou e foi bom pra todo mundo” (morador 01). Disponível em: <<http://informativo.com.br/o-abandono-do-terreno-traz-consequencias/>>. Acesso 22 jan. 2018.

“Sou de uma família de quase 60 pessoas. Nasci na comunidade e esse mato alto sempre prejudicou as pessoas que moram perto do terreno. Quando chega a noite não tem energia e dá medo de passar por lá. Tem muitos bichos peçonhentos porque além do mato, tem também muito lixo. Devia ter uma caçamba ou qualquer coisa da prefeitura para juntar o lixo e que levassem pelo menos 2 vezes por semana” (moradora 04). Disponível em: <<http://informativo.com.br/o-abandono-do-terreno-traz-consequencias/>>. Acesso 22 jan. 2018.

“Moro aqui há 18 anos, mas já morei lá do outro lado, na Cabeça da Vaca. Tenho duas filhas uma com sete meses e outra com três anos e moro também com minha esposa, meu pai e minha mãe. Quando o mato cresce, dá muitas muriçocas e o pior é que a turma toca fogo, ai é ruim porque prejudica as crianças que respiram a fumaça do mato, misturado com a do lixo queimando. E já foi pior quando podia criar todo tipo de animais, mas agora só vejo vaca, cavalo, bodes e cachorros. Foi bom proibir de criar porcos por causa do mal cheiro e das doenças” (morador 02). Disponível em: <<http://informativo.com.br/o-abandono-do-terreno-traz-consequencias/>>. Acesso 22 jan. 2018.

“Outra bronca foi que esse ano, limparam apenas a boca do Rio Jiquiá e a parte dos canais que ficam fora do terreno, depois da Justiça Federal, mas deixaram os canais da parte interna do terreno entupidos de lixo e de mato, que cresce todo dia e nesses dias de muita chuva a água tem voltado pelos ralos e invadido nossas casas como antigamente. Até jacarés já foram encontrados circulando aqui dentro... tirando os insetos... que trazem todos os tipos de doenças. Olha as pernas da minha filha por exemplo, mesmo a gente tendo cuidado. Esse mato alto é fogo, traz insegurança que nem podemos falar muito porque moramos no lugar. O terreno tem vigilantes que estão apenas para evitar o despejo de entulhos e que façam outras construções no terreno, eles não tem força policial e não podem resolver questões mais difíceis.” – Lucia, comissão de moradores e coordena a vigilância” (moradora 05). Disponível

em: <<http://informativo.com.br/o-abandono-do-terreno-traz-consequencias/>>. Acesso 22 jan. 2018.

“Prefiro não me identificar, mas se tiver que sair quero uma indenização no valor da minha casa, porque eu posso escolher outra parecida. Acho que a maioria concorda em sair se tiver outro lugar já construído, ouvi falar sobre um terreno em Jardim São Paulo, mesmo assim não serve é longe daqui. O que ninguém aceita é o auxílio moradia, onde é que se aluga um lugar pra morar com trezentos e poucos reais? Já participei de duas reuniões, uma no Clube dos Cabos e Soldados e outra no Sport Clube, mas acho que a comunidade tem que se unir, porque já notei que esse pessoal da empresa chega de surpresa, como fizeram com a demolição de um prédio de madrugada, onde derrubaram tudo lá na parte do terreno perto da avenida da frente do parque. Não quero que do dia pra noite, minha família fique sem teto” (morador 03). Disponível em: <<http://informativo.com.br/o-abandono-do-terreno-traz-consequencias/>>. Acesso 22 jan. 2018.

“Já invadiram e tudo mais, já me disseram que era no meio desse ano de 2017 que iam chegar as máquinas e que iam começar a fazer... outros dizem que vai começar do canal para cá, que vão tirar de 10m a 15m a partir do canal. Primeiro vi as casas que foram numeradas, mas é muita falação. Não vejo o dono, só vem os assessores dizendo que vai construir de novo. Só promessa.” À medida em que fala, Jorge revela uma preocupação que não é somente dele e continua dizendo: “ Se eu for removido é difícil até de dizer... a pessoa sair daqui para ir pra um outro canto, terei que fazer minha clientela tudo de novo? Mas se tiver que sair, tenho que ser indenizado e até porque aqui também é um ponto comercial, que moro a quase 20 anos a convite do meu irmão, pago água e luz e meu comércio tem por volta de 10 anos que vendo nessa mercearia para o pessoal da vizinhança” (morador 04). Disponível em: <<http://informativo.com.br/o-abandono-do-terreno-traz-consequencias/>>. Acesso 22 jan. 2018.

## APÊNDICE A - PLACAS DE SERVIÇO NO PARQUE DO JIQUIÁ



Foto: Gabriel Augusto.



Foto: Gabriel Augusto.

## APÊNDICE B - PARQUE DO JIQUIÁ



Foto: Gabriel Augusto.



Foto: Gabriel Augusto.

## APÊNDICE C - PRAÇA DA JUVENTUDE E HABITAÇÕES



Foto: Gabriel Augusto.



Foto: Gabriel Augusto.



Foto: Gabriel Augusto.